



Jorge António Ferreira Araújo

## São João do Património

### O Dia Nacional dos Centros Históricos no Porto

Relatório de estágio no âmbito do Mestrado em Gestão e Programação do Património Cultural, orientado pelo Doutor José Carlos Camponez e apresentado ao Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Outubro de 2015



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Faculdade de Letras

## São João do Património

### O Dia Nacional dos Centros Históricos no Porto

**Ficha Técnica:**

<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Relatório de estágio</b>
<b>Título</b>	<b>São João do Património: O Dia Nacional dos Centros Históricos no Porto</b>
<b>Autor/a</b>	<b>Jorge António Ferreira Araújo</b>
<b>Orientador/a</b>	<b>José Carlos Costa dos Santos Camponez</b>
<b>Júri</b>	<b>Presidente: Doutor João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes</b>
	<b>Vogais:</b>
	<b>1. Doutor Álvaro Francisco Rodrigues Garrido</b>
	<b>2. Doutor José Carlos Costa dos Santos Camponez</b>
<b>Identificação do Curso</b>	<b>2º Ciclo em Gestão e Programação do Património Cultural</b>
<b>Área científica</b>	<b>Gestão e Programação do Património Cultural</b>
<b>Data da defesa</b>	<b>8-10-2015</b>
<b>Classificação</b>	<b>19 valores</b>





*Non nobis, Domine, non nobis,  
sed nomini tuo da gloriam.*



## Notas Prévias

Este relatório de estágio foi originalmente escrito segundo o antigo Acordo Ortográfico. Procedeu-se entretanto à alteração para o *novo acordo*, conforme o regulamento da universidade e as disposições legais. O autor não se revê minimamente na ortografia utilizada e expressa aqui a sua indignação.

Fotografia de capa tirada pelo autor a partir da varanda de São João de Brito, no Seminário Maior de Nossa Senhora da Conceição do Porto.





## **Agradecimentos**

À equipa com quem trabalhei durante estes meses, nomeadamente, Dr.<sup>a</sup> Isabel Osório, arquiteta Marta Cunha, Dr.<sup>a</sup> Orquídea Félix, Dr.<sup>a</sup> Filomena Guimarães, arquiteto António Moura, Dr.<sup>a</sup> Maria Augusta e restantes profissionais com quem tive a oportunidade de estabelecer contacto. Ao colega e amigo Armando Marques, com quem tomei a decisão de fazer o mestrado em Coimbra. À Diana Cardoso e ao seu pai, Sr. Carlos Cardoso, a quem devo a tradução do resumo. Agradeço ainda ao Professor Doutor José Carlos Camponéz, pela sempre pronta orientação, e, finalmente, à minha Mãe.



## Resumo

O presente relatório marca o ponto terminal do estágio realizado na Divisão Municipal de Museus e Património Cultural da Câmara Municipal do Porto, no âmbito do Mestrado em Gestão e Programação do Património Cultural na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Nele ficam registadas as várias atividades realizadas ao longo de quase seis meses e procede-se a um estudo final sobre as temáticas desenvolvidas e sobre o trabalho da própria instituição, com particular ênfase na organização do *Dia Nacional dos Centros Históricos*.

Este evento, descrito pela arquiteta Paula Silva – chefe da Divisão Municipal de Museus e Património Cultural – como sendo o *São João do Património*, pelo carácter festivo e pelo grande número de pessoas que traz às ruas do centro histórico do Porto, constitui-se como o principal objeto de trabalho do estágio e vê-se aqui analisado segundo as diferentes perspetivas das políticas, da gestão e programação, da comunicação e até da ética do património cultural.

A partir da análise de dados dispersos sobre um tema até agora por estudar – mesmo dentro da própria Câmara Municipal do Porto – procura-se sistematizar a informação referente ao evento Dia Nacional dos Centros Históricos e apresenta-se uma reflexão, que se pretende um contributo para o desenvolvimento das políticas culturais municipais e da programação do património cultural portuense.

**Palavras-chave:** Dia Nacional dos Centros Históricos; Património Urbano; Câmara Municipal do Porto; Gestão e Programação do Património Cultural; Património Mundial da UNESCO; Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto.

## Resume

This actual report marks the final point of the stage held in the Municipal Division of Museums and Cultural Heritage of the Town Hall of Oporto, under the scope of the Master's degree in Management and Programming of the Cultural Heritage at the Faculty of Arts, of the University of Coimbra. In it are registered the various activities carried out over almost six months and shall be proceeded to a final study on the developed subjects and the work of the institution itself, with particular emphasis on the organization of the *National Day of Historic Centers*.

This event, described by the architect Paula Silva - Head of the Municipal Division of Museums and Cultural Heritage - as being the *São João / Saint John* of the Heritage, by the festive nature and the large number of people that it brings to the Oporto historic center streets, is constituted as the main work object of the stage and is seen here analyzed according to the different perspectives of the policies, management and programming, communication and even the cultural heritage ethics.

From the scattered data analysis on a topic so far to be studied yet - even within the Oporto Town Hall - is sought to systematize the information regarding the event National Day of Historic Centers and is presented a reflection that is intended to be a contribute for the development of municipal cultural policies and the cultural heritage programming of Oporto.

**Keywords:** National Day of Historic Centers; Urban Heritage; Oporto Town Hall; Management and Programming of the Cultural Heritage; UNESCO World Heritage; Management Plan of the Oporto Historic Center.

## Sumário

Introdução.....	17
Capítulo I – A Divisão Municipal de Museus e Património Cultural .....	21
Capítulo II – Património Urbano e Centros Históricos .....	33
Capítulo III – O Centro Histórico do Porto .....	45
Capítulo IV – O Dia Nacional dos Centros Históricos.....	59
Capítulo V – O Dia Nacional dos Centros Históricos 2015 no Porto.....	73
Capítulo VI – Balanço e Discussão Crítica.....	89
Conclusão.....	105
Referências Bibliográficas .....	109
Apêndices.....	123
Anexos .....	175
Índices .....	191



## **Lista de Acrónimos e Siglas**

APMCH – Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico;

CMP – Câmara Municipal do Porto;

DGPC – Direção-Geral do Património Cultural;

DMC – Direção Municipal da Cultura;

DMMPC – Divisão Municipal de Museus e Património Cultural;

DIMS – Dia Internacional dos Monumentos e Sítios;

DIM – Dia Internacional dos Museus;

DNCH – Dia Nacional dos Centros Históricos;

ICOM – Conselho Internacional dos Museus;

ICOMOS – Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios;

JEP – Jornadas Europeias do Património;

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.





## Introdução

O relatório que agora se apresenta assume-se como uma análise de índole final sobre o estágio realizado na Divisão Municipal de Museus e Património Cultural da Câmara Municipal do Porto (DMMPC), por um período aproximado de 400 horas, compreendidas entre os dias 11 de novembro de 2014 e 23 de abril de 2015<sup>1</sup>. Desde as primeiras diligências para definição de uma entidade de acolhimento, foi demonstrada preferência pela área da programação do património cultural, em projetos reconhecidos e com alguma visibilidade. Existindo já a experiência de um estágio curricular realizado na Direção de Serviços dos Bens Culturais da Direção Regional de Cultura do Norte, organismo público de âmbito regional, pretendia-se desta vez conhecer a realidade e o funcionamento de um serviço que concentrasse a sua atuação essencialmente ao nível local ou municipal. Sendo o autor deste relatório natural do Porto e existindo nesta cidade um conjunto de iniciativas interessantes no campo da programação do património cultural, promovidas pelo município, a escolha da Câmara e da Divisão Municipal de Museus e Património Cultural para entidade de acolhimento do estágio acaba por ser óbvia.

Por ironia, questões de calendário ditaram como principal objeto ou tarefa de estágio a organização do *Dia Nacional dos Centros Históricos* (DNCH), tema que havia já sido explorado na disciplina de *Deontologia do Património Cultural*, num trabalho que visava desconstruir este evento e lançar algumas questões sobre certos fenómenos observados na edição de 2014 do mesmo. Ao integrar a equipa organizadora do Dia Nacional dos Centros Históricos, tudo aquilo que anteriormente havia sido questionado torna-se numa realidade presente de trabalho, merecendo talvez várias reconsiderações. A visão exclusivamente exterior sobre o evento é abandonada, passando a nossa própria atuação a poder ser alvo dos anteriores questionamentos.

O Dia Nacional dos Centros Históricos, apesar de, como o nome indica, possuir um âmbito nacional, encontra na cidade do Porto uma adesão talvez inédita em todo o país, tanto pela extensão do programa de atividades, como pelo número de público que movimenta. De facto, o evento assume uma dimensão tal que levou a arquiteta Paula Silva – chefe da Divisão Municipal de Museus e Património Cultural – a classificá-lo, numa das reuniões realizadas ao longo do estágio, como sendo o São

---

<sup>1</sup> Vide Apêndice 1.

*João do Património*. Se a comparação pode, em certo sentido, parecer apropriada, pelo carácter festivo do dia e pelo grande número de pessoas que traz às ruas do centro histórico, não podemos, porém, deixar de questionar uma certa *folclorização* que esta ideia parece deixar transparecer, com todas as questões éticas e deontológicas que daí advêm. Certo é que o Dia Nacional dos Centros Históricos encontra-se, inclusivamente, previsto no *Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto*, precisamente ao lado da *Festa de São João*<sup>2</sup>, facto que parece dar ainda mais força à comparação.

Antes de partirmos para uma análise ao nível da programação e do trabalho desenvolvido ao longo do estágio no âmbito da organização da edição de 2015 do Dia Nacional dos Centros Históricos, devemos começar por enquadrar o próprio conceito de *centro histórico* e a sua complexidade. Devemos ainda aplicar este enquadramento ao próprio caso do *centro histórico do Porto*, por ser, afinal, o objeto do evento e pela preponderância que este bem patrimonial assume nas políticas culturais e de ordenamento do território da Câmara Municipal, em razão de vários motivos: por estar inscrito na *Lista do Património Mundial* da UNESCO e por ter a classificação de *Monumento Nacional*; por ser hoje o principal atrativo turístico da cidade<sup>3</sup>; por a sua delimitação local coincidir com o núcleo urbano primitivo da cidade; por ser uma zona de forte pressão imobiliária e prioritária ao nível da reabilitação, entre outros.

Estas noções de enquadramento, ainda que já sobejamente estudadas e documentadas por diversos autores, são fundamentais para uma completa análise teórica e crítica ao evento e ao trabalho desenvolvido. Para uma evolução dos diversos conceitos do património e do surgimento do *património urbano*, vejam-se as obras de Françoise Choay: *Alegoria do Património* e *As Questões do Património*. Sobre a história da cidade do Porto e da evolução da área hoje definida como *centro histórico*, tivemos por referência, pela sua atualidade e qualidade, a *História do Porto*, coordenada por Luís de Oliveira e Ramos. Também sobre o centro histórico, a Câmara Municipal do Porto (CMP) publicou, entre 1993 e 2000, três volumes referentes à candidatura à Lista do Património Mundial da UNESCO e ao trabalho de reabilitação desenvolvido pelo CRUARB. Poderíamos certamente referir aqui muitos outros

---

<sup>2</sup> Cf. PORTO. Câmara Municipal; PORTO VIVO, SRU – *Plano de gestão: centro histórico do Porto património mundial*, pp. 129-130.

<sup>3</sup> Sobre este assunto, veja-se um estudo apresentado em 2010 que traça o perfil do turista/visitante da cidade do Porto: DIAS, Francisco – Estatísticas de turismo urbano: o centro histórico do Porto e o turismo. In *Actas do Seminário “Centros Históricos: Passado e Presente”*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011, pp. 165-197.

trabalhos de investigação aprofundada sobre estas temáticas. Tentaremos porém dar nota dos mesmos no decorrer do texto.

O relatório encontra-se dividido em seis capítulos. No primeiro é desenvolvido um enquadramento à entidade de acolhimento e aos serviços do património cultural da Câmara Municipal do Porto, dando conta das suas áreas de atuação e da inserção do estágio na própria organização. Seguem-se dois capítulos referentes, respetivamente, à evolução do conceito de *património urbano* e ao enquadramento do centro histórico do Porto e da sua classificação na Lista do Património Mundial da UNESCO. No quarto capítulo é abordado o Dia Nacional dos Centros Históricos, procurando-se a sua fundamentação e o esmiuçamento do evento a nível nacional e, sobretudo, na cidade do Porto. Segue-se, no quinto capítulo, uma análise sobre a edição de 2015 e a descrição do trabalho desenvolvido ao longo do estágio, com o discurso crítico e as propostas de intervenção no capítulo sexto.

Se nas já referidas questões teóricas sobre o enquadramento evolutivo da noção de património urbano e do centro histórico do Porto são vastas as possíveis fontes bibliográficas de investigação a que recorrer, o mesmo não se pode dizer no que concerne à temática específica do Dia Nacional dos Centros Históricos, onde pouco ou nada está registado para fins de estudo. Assim, recorreremos nesta parte da investigação sobretudo à pesquisa nas fontes primárias, como os relatórios de avaliação anuais do evento, notícias de jornais, os próprios programas e desdobráveis informativos, entre outras, procedendo-se a contagens de entidades participantes e atividades realizadas, de modo a traçar um quadro evolutivo ao longo dos anos.

Segundo palavras da Dr.<sup>a</sup> Isabel Osório, orientadora de estágio pela Divisão Municipal de Museus e Património Cultural da Câmara Municipal do Porto, esta é a primeira sistematização dos dados existentes sobre o Dia Nacional dos Centros Históricos na cidade, podendo aí residir parte do valor e da utilidade do trabalho, mesmo que muita informação seja de difícil acesso, limitando o aprofundamento de resultados e a retirada de conclusões. Para além disso, com este trabalho espera-se complementar o processo de avaliação da edição de 2015 do Dia Nacional dos Centros Históricos, contribuindo para a melhoria das futuras edições do evento e de certos aspetos da programação do património cultural no município do Porto.



# Capítulo I – A Divisão Municipal de Museus e Património Cultural

## 1 – Enquadramento

São vários os tratados internacionais do pós-Segunda Guerra Mundial que atribuem aos Estados responsabilidades na área cultural e, especificamente, no campo do património, como caminho para «o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações»<sup>4</sup>, «uma compreensão mútua mais ampla entre os povos»<sup>5</sup> e o assegurar do «exercício das liberdades fundamentais do Homem e dos povos, e do seu direito à autodeterminação»<sup>6</sup>. A *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, de 1948, afirma já, no seu artigo 22.º:

«Toda a pessoa, como membro da sociedade, [...] pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos económicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país».

Também na *Convenção Cultural Europeia*, de 1955, os Estados signatários são incumbidos de fomentar o «estudo», a «salvaguarda» e o «acesso» ao património cultural, incumbências que, em 1972, são reforçadas na *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*, resultante da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura<sup>7</sup>, conforme demonstra o artigo 4.º da mesma:

«Cada um dos Estados parte na presente Convenção deverá reconhecer que a obrigação de assegurar a identificação, protecção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do património cultural e natural [...] situado no seu território constitui obrigação primordial»<sup>8</sup>.

---

<sup>4</sup> DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos de 10 de dezembro de 1948. Aviso nº (057IA0/78)C de 9 de março de 1978. *D. R. I Série A. N.º 57* (1978 – 03 – 09) p. 489.

<sup>5</sup> CONVENÇÃO Cultural Europeia de 19 de dezembro de 1955. Decreto n.º 717/75 de 20 de dezembro. *D. R. I Série A. N.º 293* (1975 – 12 – 20) p. 2107.

<sup>6</sup> ICOMOS – *Declaração do México* [Em linha]. [Consult. 7 de maio de 2015]. Disponível na Internet: <URL:<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>>

<sup>7</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, doravante denominada por UNESCO.

<sup>8</sup> CONVENÇÃO para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural. Decreto n.º 49/79 de 6 de junho. *D. R. I Série A. N.º 130* (1979 – 06 – 06) p. 1267.

Após o 25 de abril de 1974, Portugal torna-se progressivamente signatário destes acordos, transpondo-os para a legislação nacional. No entanto, a Constituição saída do novo regime reserva já um importante lugar para a cultura e o património cultural, desde logo quando, no artigo 9.º, alínea e), declara como tarefa fundamental do Estado: «proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correcto ordenamento do território»<sup>9</sup>.

Consciente da importância da ação do poder local para o cumprimento desta *tarefa fundamental*, o Estado atribui aos municípios um conjunto de deveres, resumidos no n.º 3 do artigo 3.º da chamada *Lei de Bases do Património Cultural*, que refere: «o conhecimento, estudo, protecção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais»<sup>10</sup>. Assim, o *Regime Jurídico das Autarquias Locais* consagra definitivamente o *património* e a *cultura* como atribuições dos municípios, no artigo 23.º, alínea e). No artigo 33.º, alínea t), do mesmo regime, define-se como competência material das câmaras municipais:

«Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal»<sup>11</sup>.

É neste contexto que as câmaras municipais têm vindo a desenvolver os seus serviços no âmbito do património cultural, com reflexos ao nível das suas próprias estruturas orgânicas.

A estrutura orgânica da Câmara Municipal do Porto encontra-se definida na Deliberação n.º 1409/2012, de 10 de outubro<sup>12</sup>, e divide-se por quinze direções municipais<sup>13</sup>. Entre estas encontra-se a Direção Municipal da Cultura (DMC), dirigida atualmente pela Dr.ª Olga Maia e com sede no Palacete dos Viscondes de Balsemão, à Praça de Carlos Alberto, n.º 71. É missão da Direção Municipal da Cultura:

---

<sup>9</sup> RODRIGUES, Benjamim da Silva – *Constituição da República Portuguesa*, p. 16.

<sup>10</sup> LEI n.º 107/2001 de 8 de setembro. *D. R. I Série A*. N.º 209 (2001 – 09 – 08) p. 5808.

<sup>11</sup> LEI n.º 75/2013 de 12 de setembro. *D. R. I Série A*. N.º 176 (2013 – 09 – 12) p. 5698.

<sup>12</sup> DELIBERAÇÃO n.º 1409/2012 de 10 de outubro. *D. R. II Série H*. N.º 196 (2012 – 10 – 10) pp. 33856 – 33861.

<sup>13</sup> À data de conclusão deste relatório, estaria para ser publicada em *Diário da República* uma nova estrutura orgânica da Câmara Municipal do Porto, pelo que a apresentada na Deliberação n.º 1405/2012, de 10 de outubro, encontra-se desatualizada. Optamos, assim, por seguir a estrutura disponibilizada no próprio *site* da Câmara, que tem já algumas alterações. Cf. PORTO. Câmara Municipal – *Direções Municipais* [Em linha]. [Consult. 27 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL:<http://www.cm-porto.pt/direcoes-municipais>>.

«Zelar pela defesa e divulgação do património histórico e cultural do Porto; promover e projectar a imagem da cidade reforçando a sua auto-estima; apoiar a disseminação do conhecimento, a criatividade e a inovação, através da articulação entre diversos agentes e de um conceito de cultura plural e da gestão dos equipamentos culturais; corresponder às necessidades e expectativas de residentes e visitantes; valorização da dimensão do Porto como cidade europeia e Património cultural da Humanidade; envolver a competitividade dos colaboradores no cumprimento da missão»<sup>14</sup>.

A Direção Municipal da Cultura da Câmara Municipal do Porto divide-se por sete unidades orgânicas, cujos nomes e respetivos responsáveis seguem indicados na figura seguinte:

**Figura 1 - Unidades orgânicas da Direção Municipal da Cultural e respetivos responsáveis.**

<b>Direção Municipal da Cultura</b>
Diretora: Olga Emília Guimarães de Matos Maia
<b>Departamento Municipal de Cultura</b> Maria Sofia Huet de bacelar Sá Alves
<b>Gabinete de Teatros</b> João Fontes
<b>Divisão Municipal de Equipamentos Cénicos</b> Maria Manuela Machado Teixeira Rezende Pereira
<b>Divisão Municipal de Bibliotecas</b> Maria João Rodrigues Quadrado Sampaio
<b>Divisão Municipal de Arquivo Histórico</b> Maria Helena de Paiva Gil Braga
<b>Divisão Municipal de Arquivo Geral</b> João Paulo Fernandes Lopes
<b>Divisão Municipal de Museus e Património Cultural</b> Paula Araújo Pereira da Silva

Fonte: PORTO. Câmara Municipal – *Direções Municipais* [Em linha]. [Consult. 27 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.cm-porto.pt/direccoes-municipais>>.

<sup>14</sup> PORTO. Câmara Municipal – *Direção Municipal da Cultura* [Em linha]. [Consult. 27 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.archive-pt-2012.com/pt/c/2012-07-09\\_94129\\_36/C-M-Porto/](http://www.archive-pt-2012.com/pt/c/2012-07-09_94129_36/C-M-Porto/)>.

## 2 – O Serviço do Património Cultural

A Divisão Municipal de Museus e Património Cultural é uma unidade orgânica municipal dependente da Direção Municipal da Cultura da Câmara Municipal do Porto, que tem como atribuições: a administração de museus e espaços culturais municipais; a valorização do património cultural, móvel, imóvel e imaterial; a promoção, apoio e acolhimento de iniciativas culturais<sup>15</sup>. A concentração dos serviços dos museus e do património cultural sob a mesma unidade orgânica data de 1996, ano de criação de uma nova macroestrutura municipal que introduziu novas divisões e direções municipais<sup>16</sup>. Funcionam, no entanto, estes dois serviços em locais distintos, encontrando-se o primeiro na Casa Tait, à Rua de Entre-Quintas, n.º 219, e o segundo no Palacete dos Viscondes de Balsemão, à Praça de Carlos Alberto, n.º 71, partilhando o edifício com a Direção Municipal da Cultura (DMC), que aí tem a sua sede, o Gabinete de Numismática e o Banco de Materiais<sup>17</sup>. Tendo sido o estágio realizado no serviço do património cultural, é neste que nos focaremos ao longo do relatório.

No Porto existem atualmente nove *núcleos museológicos* municipais, que constituem uma espécie de *Museu da Cidade*. São eles: o Banco de Materiais, o Museu do Vinho do Porto, o Gabinete de Numismática, o Museu Romântico da Quinta da Macieirinha, a Casa-Museu Marta Ortigão Sampaio, as Reservas Municipais (Palacete Pinto Leite), a Casa-Museu Guerra Junqueiro, o Arqueossítio da Rua de D. Hugo n.º 5 e a Casa-Oficina António Carneiro<sup>18</sup>. Tendo em conta a quantidade, a dimensão e a visibilidade dos núcleos museológicos municipais do Porto, facilmente percebemos o enorme peso que este sector adquire no seio da Divisão Municipal de Museus e Património Cultural, com outros recursos e uma «programação totalmente autónoma e diferenciada»<sup>19</sup> face ao serviço do património cultural.

Se é certo que a gestão museológica e a gestão do património cultural têm subjacentes os mesmos princípios de promoção da cultura e da qualidade de vida, os instrumentos e objetivos de cada um destes sectores parecem ser bastante diferentes e específicos, o que se traduz, desde logo, na própria *missão* de cada serviço. Assim,

<sup>15</sup> Cf. DELIBERAÇÃO n.º 1409/2012 de 10 de outubro. *D. R. II Série H. N.º 196 (2012 – 10 – 10)* p. 33859.

<sup>16</sup> Cf. PORTO. Câmara Municipal. Direção Municipal da Cultura – *Para quê um serviço municipal de património*, p. 2.

<sup>17</sup> Considerou-se útil e conveniente desenvolver um estudo e uma pequena contextualização relativa ao Palacete dos Viscondes de Balsemão. *Vide* Apêndice 2.

<sup>18</sup> *Vide* Anexo 1.

<sup>19</sup> PORTO. Câmara Municipal. Direção Municipal da Cultura – *Ob. cit.*, p. 2.



é missão do serviço de museus: «gerir os museus municipais e promover e apoiar iniciativas culturais»<sup>20</sup>. Cada núcleo museológico tem depois a sua missão específica, que não aprofundamos. Por outro lado, é missão do serviço do património cultural:

«O estudo, a conservação e divulgação do Património Arquitectónico e Arqueológico da tutela do Município, promovendo e apoiando o inventário e a salvaguarda do património existente no concelho do Porto, em articulação com os instrumentos de ordenamento do território, as políticas sectoriais e as entidades com competência na área»<sup>21</sup>.

A partir daqui verificamos que os serviços dos museus e do património cultural têm afinal objetos de trabalho bastante distintos, sendo o primeiro dedicado exclusivamente ao património museológico e o segundo direcionado, sobretudo, para o património arquitetónico e arqueológico da cidade, em estreita ligação às problemáticas do ordenamento do território e do urbanismo. Esta dicotomia expressa-se ainda ao nível dos objetivos estratégicos dos serviços do património cultural, que no quadro seguinte seguem elencados e que em momento algum referem explicitamente uma ligação ou articulação com os museus, mas antes com os «serviços de Urbanismo (Planeamento e Gestão Urbanística)».

**Quadro 1 - Objetivos estratégicos dos serviços do património da Divisão Municipal de Museus e Património Cultural.**

<b>OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS</b>	<p>Identificar e inventariar os bens arquitetónicos e arqueológicos com valor patrimonial, para seu conhecimento e proteção, enquanto bens portadores de valores essenciais à preservação da identidade da Cidade e das realidades locais (Vd. Lei 107/2001), promovendo o seu correto e mais adequado registo;</p> <p>Implementar medidas que visem a proteção efetiva dos bens patrimoniais, e controlar o seu desempenho, nomeadamente através da elaboração de processos de classificação ou apoio a iniciativas do género, informação a pedidos de licenciamento, apoio ao planeamento urbanístico, atualização da Planta de Condicionantes, Carta de Património etc.;</p> <p>Conservar e valorizar os bens com valor patrimonial que se encontram sob tutela/administração municipal, bem como apoiar ações destinadas à conservação dos bens classificados ou com interesse histórico, arquitetónico ou arqueológico, pertencentes de outras entidades e particulares;</p> <p>Organizar e apoiar ações que visem a promoção sociocultural das comunidades pela</p>
--------------------------------	---

<sup>20</sup> GRAÇA, Manuel de Sampayo Pimentel Azevedo; PEREIRA, Liliana Patrícia da Silva – *Museu do Vinho do Porto: arquitetura, programa e conteúdos do espaço* [Em linha]. [Consult. 28 de abril de 2015]. Disponível na Internet:

<URL:[http://museudodouro.pt/tpls/mu/files/encontros/pdf/Manuel\\_Sampayo.pdf](http://museudodouro.pt/tpls/mu/files/encontros/pdf/Manuel_Sampayo.pdf)>.

<sup>21</sup> PORTO. Câmara Municipal. Direção Municipal da Cultura – Ob. cit., p. 6.

divulgação do Património Arquitetónico e Arqueológico, incluindo ações de sensibilização, ações educativas, ações de divulgação (edições, site, etc.) de temáticas várias do Património, colocação de informação *on-line* etc.;

Dar resposta atempada às solicitações que nos são colocadas por munícipes e outras entidades em matéria de Património Arquitetónico e Arqueológico, apostando na qualificação dos seus profissionais;

Promover internamente os instrumentos necessários ao desenvolvimento das ações descritas, e incrementar medidas com vista à circulação da informação sobre o tema, para maior eficácia do nível de proteção e valorização do Património, destacando-se a articulação com os serviços de Urbanismo (Planeamento e Gestão Urbanística).

Fonte: PORTO. Câmara Municipal. Direção Municipal da Cultura – *Para quê um serviço municipal de património*, p. 6.

### 3 – Áreas de Atuação

Tendo em vista o cumprimento da sua missão e dos seus objetivos estratégicos, os serviços do património cultural da Divisão Municipal de Museus e Património Cultural dividem a sua atuação por três grandes áreas: o conhecimento, a conservação e a divulgação<sup>22</sup>.

#### 3.1 - Conhecimento e Gestão da Informação

Vimos já alguns dos normativos legais que responsabilizam os Estados e os municípios no campo do *conhecimento* do património cultural, recorrendo a termos como *a identificação, o levantamento, a valorização* ou *o estudo*<sup>23</sup>. No âmbito dos serviços do património cultural da DMMPC, estas serão, porventura, as premissas que desaguam em projetos como os *Catálogos de Materiais* ou o *Inventário do Património Arquitetónico*, este integrado «num projeto mais alargado de criação da Carta do Património do Porto – dimensão arquitetónica e arqueológica – que tem por principal objetivo o conhecimento do tecido construído e do potencial arqueológico da

<sup>22</sup> Vide Anexo 2, onde é apresentado um *quadro sinóptico* de competências e serviços, dividido pelas três áreas de atuação referidas.

<sup>23</sup> Vide ponto 1 deste capítulo.

cidade»<sup>24</sup>. Mas o *conhecimento* do património não pode limitar-se a uma simples identificação e ao levantamento dos dados mais relevantes. Neste sentido, os serviços do património cultural são responsáveis pela constituição e permanente atualização de uma base de dados sobre o tecido urbano do Porto, que serve não apenas para informação aos diversos serviços municipais mas também para resposta a munícipes, investigadores e outras entidades. Esta base de dados, gerida através do *software LOCVS – Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico do Porto*, pretende centralizar a informação relativa ao património, permitindo uma mais rápida e completa consulta e utilização da mesma<sup>25</sup>. São assim evidentes as potencialidades desta ferramenta ao nível da divulgação, mas é sobretudo no domínio da conservação que a reunião e o acesso ao conhecimento se assumem vitais, traçando-se um panorama sobre as diferentes etapas da evolução urbana, processo que constitui a base para o planeamento urbanístico e para o desenvolvimento de qualquer política de sensibilização, proteção e valorização do património.

### 3.2 - Proteção e Conservação

No campo das teorias e práticas da conservação e restauro contemporâneas, a investigação e o conhecimento do objeto de intervenção precedem sempre a passagem à ação. Isto porque é necessário conhecer previamente um conjunto de fatores, que vão desde a antiguidade, ao tipo de materiais, o histórico de restauros, entre muitos outros possíveis, que determinarão as medidas e as metodologias a adotar. O trabalho levado a cabo pelos serviços municipais do património cultural na área do *conhecimento e gestão da informação*, tem revelado a sua utilidade também no que respeita à conservação e restauro dos bens patrimoniais, permitindo-lhe assessorar diversas intervenções, «de que são exemplo várias estátuas e esculturas localizadas um pouco por toda a cidade, bem como as intervenções de conservação de fachadas urbanas (APOR) ou a [...] recuperação do aqueduto de Montebelo (Foz do Douro)»<sup>26</sup>. Tem sido desenvolvida ainda uma estreita colaboração com o Banco de

---

<sup>24</sup> PORTO. Câmara Municipal – *Inventário do Património Arquitetónico do Porto* [Em linha]. [Consult. 4 de maio de 2015]. Disponível na Internet: <URL:<http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cultura/patrimoniocultural/patrimonioarquitetonico/atividadesprojetos/ipap/Paginas/ipap.aspx>>.

<sup>25</sup> Vide Anexo 3.

<sup>26</sup> PORTO. Câmara Municipal. Direção Municipal da Cultura – Ob. cit., p. 4.

Materiais – que se encontra igualmente instalado no Palacete dos Viscondes de Balsemão – ao nível da disponibilização de assessoria técnica especializada<sup>27</sup>.

É, finalmente, este serviço municipal que coordena a atividade arqueológica da cidade, por meio de um *Gabinete de Arqueologia Urbana*, recebendo e tratando os espólios e registos das escavações. A atividade deste gabinete cobre áreas tão diversas como «a elaboração de cadernos de encargos de intervenções arqueológicas, acompanhamento dos trabalhos, conservação, tratamento e restauro de espólios, tratamento dos registos e demais informação, bem como realização de acções de divulgação (edições e mostras expositivas)»<sup>28</sup>.

### 3.3 - Divulgação e Educação

As áreas da *divulgação e educação* são aquelas que mais visibilidade adquirem junto do público em geral. Não basta ter um trabalho de excelência quanto ao conhecimento e conservação do património, quando existe uma manifesta incapacidade para transpor as fronteiras institucionais e dar dele divulgação e expressão públicas. Além disso, são a divulgação e a educação caminhos fundamentais para o fomento da democracia cultural e da democratização da cultura.

Atualmente coexistem dois paradigmas de intervenção no domínio educativo: a *educação para o património* e a *educação pelo património*. De facto, o património está aí, na ordem do dia, em todo o lado, e, sendo verdade que é ainda necessário chamar a atenção para a sua importância e questões prementes, não deixa de ser enorme o seu potencial como meio de transmissão de conhecimentos e de promoção do diálogo e compreensão entre culturas. Neste campo, têm os serviços do património cultural da DMMPDC desenvolvido o programa educativo *Conhecer pelo Património*, junto das escolas do concelho do Porto, com apresentações temáticas e a organização de visitas guiadas, oficinas e materiais didáticos (de que é exemplo o CD-ROM *O Nosso Património*<sup>29</sup>). São ainda regularmente editadas publicações que pretendem reunir e

---

<sup>27</sup> O Banco de Materiais funciona como um centro de recolha de materiais arquitetónicos e construtivos, possuindo um vasto acervo de elementos recolhidos em obras municipais ou entregues por particulares – com especial incidência nos azulejos – que se destinam a ser reintegrados em imóveis do Porto.

<sup>28</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>29</sup> Editado em 2007 e destinado às escolas do 3.º Ciclo e Secundário da cidade, este CD-ROM pretende introduzir os alunos ao património de quatro freguesias (Lordelo, Ramalde, Massarelos e Cedofeita) que foram objeto de levantamento no âmbito do projeto *Inventário do Património Arquitetónico do Porto*.

dar a conhecer a um público mais lato o património da cidade e o trabalho que nesta área é desenvolvido.

Os *momentos-altos* da divulgação acompanham o calendário anual de eventos. É através do desenvolvimento de uma programação cultural que os serviços do património da DMMPC conseguem chegar com maior impacto aos públicos e envolver diferentes entidades públicas e privadas. Desta programação anual destacam-se, pela sua regularidade, os *Percursos Culturais*, trimestralmente renovados, e o ciclo *Um Objeto e Seus Discursos por Semana*<sup>30</sup>. Culminam este calendário quatro grandes eventos, que nos últimos anos têm vindo a adquirir uma crescente dimensão e importância na cidade, movimentando milhares de pessoas e dezenas de entidades parceiras: as *Jornadas Europeias do Património* (JEP), o *Dia Internacional dos Monumentos e Sítios* (DIMS), o *Dia Internacional dos Museus* (DIM) e o *Dia Nacional dos Centros Históricos*.

#### **4 - Inserção do Estagiário e Atividades Desenvolvidas**

O estágio decorreu ao longo de cerca de 6 meses, integrado numa equipa de trabalho multidisciplinar, sediada no Palacete dos Viscondes de Balsemão, que há vários anos assume o serviço do património cultural da DMMPC. Constituem esta equipa a Dr.<sup>a</sup> Isabel Osório (orientadora do estágio), a Dr.<sup>a</sup> Filomena Guimarães, a Dr.<sup>a</sup> Orquídea Félix, a Arqt.<sup>a</sup> Marta Cunha e o Arqt.<sup>o</sup> António Moura. Desde o início foi definida uma tarefa principal a desempenhar: o apoio à organização do Dia Nacional dos Centros Históricos. No entanto, as atividades realizadas acabaram por extravasar para outros domínios, nomeadamente ao nível da programação e da investigação. Foi realizado um *diário de bordo*, que dá agora uma perspetiva distanciada das tarefas desempenhadas no decorrer do estágio<sup>31</sup>. Segue-se uma breve descrição das principais áreas de atuação e do trabalho desenvolvido.

---

<sup>30</sup> Atualmente na sua segunda edição, este ciclo anual propõe-se debater todas as semanas uma peça ou um lugar do património da cidade do Porto.

<sup>31</sup> Vide Apêndice 3.

## 4.1 - Dia Nacional dos Centros Históricos

Desde os primeiros contactos para iniciação do estágio, sugeriu-se como área de trabalho preferencial a programação do património cultural. Por esta razão, e em articulação com o calendário já estabelecido pela DMMPC, foi definido como principal propósito do estágio o apoio à organização do Dia Nacional dos Centros Históricos, processo que se estenderia desde finais de novembro de 2014 a meados de abril de 2015, estando o evento previsto para o dia 28 de março<sup>32</sup>.

Um projeto da dimensão do Dia Nacional dos Centros Históricos apenas se tornaria comportável e exequível se integrado numa equipa de trabalho. Constituíram esta equipa, para além do autor, a Dr.<sup>a</sup> Isabel Osório e a Dr.<sup>a</sup> Filomena Guimarães, profissionais já com larga experiência na organização deste evento em anos anteriores, mas subitamente sobrecarregadas com a preparação do ciclo *Um Objeto e Seus Discursos por Semana*. Se, por um lado, esta situação veio dificultar o trabalho de estágio e a comunicação com a orientadora, por outro, trouxe uma maior liberdade de atuação, também com maior grau de responsabilidade.

É possível afirmar que o estágio abrangeu todas as fases da programação do Dia Nacional dos Centros Históricos 2015, da pré-produção à pós-produção, conforme a seguir se detalha.

**Pré-Produção** – A primeira fase caracterizou-se pela definição daquilo que se pretendia para esta edição do DNCH, tendo por base a avaliação resultante da edição do ano anterior. A partir daqui, foi desenvolvida uma base de dados de possíveis entidades participantes sediadas no centro histórico do Porto – ou com atividade frequente neste local – e respetivos contactos. Elaborou-se ainda um inventário e mapa da arquitetura religiosa do centro histórico, com vista ao desenvolvimento da atividade *Igrejas e Capelas do Centro Histórico do Porto*, a inserir na programação do DNCH 2015<sup>33</sup>.

**Produção** – Na fase de produção do evento, para além do apoio ao contacto com as entidades, foi realizado um amplo trabalho de investigação no âmbito da atividade

---

<sup>32</sup> A extensão até abril conta com o período de análise e balanço final do evento.

<sup>33</sup> Esta atividade encontra-se aprofundada no Capítulo V.

*Igrejas e Capelas do Centro Histórico do Porto*. Neste contexto, procedeu-se à elaboração dos *guiões* informativos que viriam a ser utilizados nessa atividade. Coube-nos ainda a gestão de toda a programação inserida na plataforma *online* especificamente criada para o DNCH, trabalhando e uniformizando os dados de modo a poderem ser apresentados no *website* da Câmara Municipal do Porto e transmitidos à equipa responsável pelo desenho dos desdobráveis informativos.

Já próximo do evento, participou-se no processo de divulgação e contacto com o público e, no próprio dia 28 de março, na atividade *Igrejas e Capelas do Centro Histórico do Porto*, através da realização de visitas guiadas à igreja paroquial de São Nicolau.

**Pós-Produção** – A fase da pós-produção corresponde à reta final do estágio e a um processo de balanço com o envolvimento de todos os intervenientes, que constitui a base para o desenvolvimento da próxima edição do DNCH. Nesta etapa, procedeu-se novamente ao contacto com as entidades, tirando-se ilações dos números, das críticas e dos elogios recebidos. A compilação e análise destes registos servem de suporte, em parte, à discussão crítica que será apresentada neste relatório. Esta fase culminou com uma reunião conjunta de balanço entre a equipa de trabalho e todas as entidades envolvidas.

## **4.2 - Programação do Património Cultural**

Para além do Dia Nacional dos Centros Históricos, foi proporcionada a oportunidade de acompanhar a restante programação da DMMPC, intervindo ao nível da observação direta e do apoio à organização. Exemplo disso foram as presenças nas inaugurações da obra *Dead End #15*, de João Louro (no âmbito do *Programa de Arte Pública da Câmara Municipal do Porto*), e do centro interpretativo *O Infante D. Henrique e os Novos Mundos* (na Casa do Infante), na iniciativa *Conhecer os Cantos à Casa* (realizada no arqueossítio da Rua D. Hugo) e nas várias sessões do ciclo *Um Objeto e Seus Discursos por Semana*.

Sobre este ciclo, é de salientar o contributo dado ao nível da sugestão de possíveis oradores e na pesquisa de contactos. Destaca-se ainda a participação no

programa *Centro Histórico do Porto: 18 anos Património Cultural da Humanidade*<sup>34</sup>, onde foi dado um importante apoio logístico para a conferência que nesse contexto se realizou. Por fim, inclui-se aqui uma visita à Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclo Irene de Lisboa, para uma sessão de sensibilização face ao património e as suas problemáticas, junto de uma turma do 6.º ano.

### 4.3 - Investigação

Para aquisição de um maior conhecimento histórico sobre a cidade, foi proposta a elaboração de uma base de dados de acontecimentos e personagens marcantes da vida portuense. Assim, com recurso a uma longa pesquisa bibliográfica, desenvolveu-se uma cronologia síntese de momentos históricos que contribuíram para a evolução da cidade do Porto<sup>35</sup>. Foi ainda elaborado um registo de *portuenses ilustres*<sup>36</sup>, bem como das datas anuais comemorativas de certo modo relacionáveis com a cultura e o património<sup>37</sup>. O objetivo destes registos seria também o de servirem como ferramenta de trabalho, para apoio e *inspiração* de uma programação comemorativa ou rememorativa do património da cidade.

---

<sup>34</sup> Vide Anexo 4.

<sup>35</sup> Vide Apêndice 4.

<sup>36</sup> Expressão inspirada na obra de Sampaio Bruno, *Portuenses Ilustres*, que serviu como referência bibliográfica a esta tarefa.

<sup>37</sup> Vide Apêndices 5 e 6.



## Capítulo II – Património Urbano e Centros Históricos

### 1 – Nascimento e Evolução do Património Urbano

O reconhecimento do valor patrimonial de um determinado espaço geográfico alargado e, especificamente, do espaço urbano, evolui ao longo de um moroso processo cujas origens podem ser situadas na segunda metade do século XIX, a partir das ideias de Ruskin. Até esse reconhecimento, não é possível falarmos de conceitos como o de *centros históricos* ou *idades históricas*, uma vez que isso pressupõe a atribuição de um valor, dito *histórico*, até então circunscrito aos *monumentos históricos*. Choay mostra-nos isso mesmo, quando refere que «até ao século XIX, inclusive, as monografias eruditas que descrevem as cidades só abordam o seu espaço através dos monumentos, símbolos cuja importância varia de acordo com os autores e os séculos»<sup>38</sup>. Os estudos históricos interessavam-se então pelas cidades, não quanto à sua evolução espacial, mas apenas quanto às suas estruturas económicas e sociais e instituições políticas, jurídicas e religiosas.

Foi este o espírito que permitiu em inúmeros locais a destruição dos tecidos urbanos antigos, em nome da modernidade, das grandes avenidas e da salubridade. A nova cidade, nascida da revolução industrial, traria, porém, o «abalo traumático»<sup>39</sup> necessário para o reconhecimento e para a redescoberta dos valores tradicionais em perda, resultando, por contraste, numa nova consciência de aproximação aos testemunhos culturais do passado. Choay destaca três fases distintas de evolução da ideia e do conceito de património urbano, teorizadas respetivamente por três diferentes personalidades: Ruskin, Sitte e Giovannoni.

Ruskin (1819-1900), pioneiro na crítica às intervenções lesivas para a estrutura dos tecidos urbanos antigos, baseia as suas teorias no valor que atribui à arquitetura anónima, ou arquitetura doméstica, a qual considera ser o fator diferenciador das cidades, muito para além dos grandes edifícios religiosos e civis. Isso mesmo refere em *The Seven Lamps of Architecture*:

«Considero o espírito [...] e a sabedoria secular [que animam a arquitectura doméstica] como a primeira e incontestável fonte da grande arquitectura da Itália e da França de outros tempos. Ainda hoje a qualidade das suas mais belas cidades

---

<sup>38</sup> CHOAY, Françoise – *Alegoria do Património*, p. 192.

<sup>39</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 193.

não depende da riqueza isolada dos seus palácios, mas do cuidado posto no acabamento dos mais pequenos alojamentos das suas épocas gloriosas»<sup>40</sup>.

Ruskin não vê estas características nas construções da sua época, que caracteriza como «lamentáveis concreções de cal e de argila, finas conchas oscilantes e sem fundação ou sinistros alinhamentos de modelos reduzidos, todos idênticos»<sup>41</sup>. Pelo contrário, diz pressentir um «cancro que corroerá as raízes da nossa grandeza nacional depois de um tal tratamento ter sido infligido ao nosso solo»<sup>42</sup>. Deste modo, Ruskin distingue claramente a cidade antiga da cidade pós-revolução industrial, atribuindo à primeira valores superiores que considera ausentes na segunda. Esta diferenciação parece-nos conter já em si os princípios para um futuro conceito de *centro histórico*, que valoriza também um determinado espaço urbano, em detrimento de outros supostamente não merecedores da mesma consideração. Para este autor, o Homem deveria continuar a habitar a cidade pré-industrial segundo a vivência tradicional, como garantia da sua «identidade, pessoal, local, nacional, humana»<sup>43</sup>, e recusando a transformação do espaço urbano pela sociedade da técnica.

Visão oposta tem o arquiteto e historiador vienense Camillo Sitte (1843-1903), para quem a cidade antiga é considerada desadequada face às necessidades do seu tempo, tornando-se inevitável o advento de uma nova forma de planear o espaço urbano fundada sob a tomada de consciência das transformações técnicas, económicas e sociais da era industrial. Para Sitte, porém, o carácter essencialmente técnico e a inflexível regularidade geométrica da cidade contemporânea, fornecem-lhe uma «fealdade», ou «falta de qualidade estética»<sup>44</sup>, inédita na história da construção das cidades ocidentais. E aí reside o papel da cidade antiga, onde a beleza plástica permanece para estudo e contemplação, como objeto musealizado, de enorme potencial para a apreensão de lições sobre as regras e princípios que ao longo dos tempos marcaram o desenvolvimento dos conjuntos urbanos.

O estudo morfológico das cidades antigas e da história formal do seu espaço constitui uma ferramenta de aprendizagem, que abre as portas de uma estética urbana experimental adaptada às condições do seu próprio tempo. A mesma teoria havia sido já antecipada em cerca de uma vintena de anos por Viollet-le-Duc (1814-1879), na sua obra *Entretiens sur l'architecture*. Aí, o arquiteto francês defende a procura de uma arquitetura contemporânea, necessariamente diferente das formas de arte antigas,

---

<sup>40</sup> RUSKIN, John – The Seven lamps of architecture. Londres: J.M. Dent and Sons, 1849. *Apud* CHOAY, Françoise – *As Questões do património*, p. 160.

<sup>41</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 159.

<sup>42</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 160.

<sup>43</sup> IDEM – *Alegoria do Património*, p. 195.

<sup>44</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 196.

mas nascida a partir do conhecimento dos *princípios que dirigiram os artistas do passado*.

«Eu não sou daqueles que fiam desesperados com o presente e lançam um olhar nostálgico para o passado. [...] Não posso admitir que se imponha a reprodução de formas de arte antigas [...].

[...] mas os princípios que dirigiram os artistas do passado são ainda hoje verdadeiros, ainda hoje os mesmos, e nunca mudarão [...]. Tentemos, então, submetemo-nos de novo a estes princípios invariáveis [...]. Se quisermos ter uma arquitectura do nosso tempo, façamos primeiro de modo que esta arquitectura seja nossa. [...] sem nunca esquecer o passado, mas apoiando-nos nele, iremos mais longe»<sup>45</sup>.

Tanto para Viollet-le-Duc como para Sitte, a cidade antiga pertence a um outro tempo histórico, o passado, não tendo, no presente e no futuro, outra função que não seja a de servir de contentor da cultura passada e do prazer estético. Na sua procura por uma cidade do seu tempo, são, paradoxalmente, os percursos da musealização das cidades antigas.

As teorias de Ruskin e de Sitte são sintetizadas e superadas já no século XX, pelo arquiteto, engenheiro e urbanista italiano Giovannoni (1873-1943), apontado como o primeiro autor a introduzir o termo *património urbano*, na sua obra *Vecchie Città ed Edilizia Nuova*, de 1931.

«Para Giovannoni a arquitectura menor consistia, no seu conjunto, um novo tipo de «monumento» colectivo: a cidade histórica (definida pela sua estrutura, morfologia, paisagem e imagem urbanas, a qual deveria ser sujeita a leis de protecção e a critérios de restauro similares aos já existentes para os monumentos)»<sup>46</sup>.

Giovannoni defende a protecção dos conjuntos urbanos antigos, reclamando-lhes simultaneamente usos atualizados compatíveis com as características específicas dos lugares. Segundo este autor, os núcleos antigos das cidades não podem ser excluídos dos planos de ordenamento territorial, nem vistos pelo seu valor meramente museológico, mas sim de utilidade na vida presente. Paralelamente, considera que estes locais devem renunciar a uma vocação de centralidade única no contexto territorial, devendo as cidades funcionar numa lógica de «sistema urbanístico polinuclear»<sup>47</sup>. Segundo Choay, estas questões constituem a base «de qualquer interrogação actual, não apenas sobre o destino dos antigos tecidos urbanos, mas

---

<sup>45</sup> VIOLLET-LE-DUC, Eugène – Entretiens sur l'architecture. Paris: A. Morel e Cie, 1863-1872. *Apud* CHOAY, Françoise – *As Questões do património*, pp. 187-188.

<sup>46</sup> AGUIAR, José – *Algumas breves notas sobre a história da reabilitação urbana* [projeção visual]. Diapositivo n.º 10. [Consult. 24 de maio de 2015]. Disponível na Internet: <URL:<http://icomos.fa.utl.pt/documentos/coimbra2007/jacoimbra2007.pdf>>.

<sup>47</sup> IDEM, *Ibidem*.

sobre a própria natureza dos estabelecimentos a que se continua hoje a chamar cidades»<sup>48</sup>.

Efetivamente, Giovannoni introduz uma série de novas ideias, que serão vertidas para os principais documentos internacionais da proteção do património urbano, sobretudo a partir da década de 1960. Entre estas encontram-se conceitos relativos à conservação e restauro, que influenciarão em grande medida a *Carta de Veneza*.

## 2 – Afirmação do Conceito de Centros Históricos

Percebe-se a evolução da relevância atribuída ao património urbano se analisarmos dois documentos internacionais diferentes, intervalados por mais de um tricénio: a *Carta de Atenas* (1931) e a *Carta de Veneza* (1964).

O primeiro, resultante da *Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos*, apresenta já algumas propostas inovadoras, estabelecendo, pela primeira vez, critérios normativos quanto à conservação e restauro do património edificado a nível internacional. Recomenda, nomeadamente, o abandono das reconstituições integrais e a instituição de «uma manutenção regular e permanente, adequada a assegurar a conservação dos edifícios»<sup>49</sup>. Aponta ainda a necessidade de manter a ocupação dos monumentos, consagrando-os a «utilizações que respeitem o seu carácter histórico ou artístico»<sup>50</sup>. No ponto III, relativo à *valorização dos monumentos*, surge finalmente a referência à cidade:

«A Conferência recomenda o respeito, na construção dos edifícios, pelo carácter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança de monumentos antigos cuja envolvente deve ser objecto de cuidados particulares. Também alguns conjuntos e certas perspectivas particularmente pitorescas, devem ser preservadas»<sup>51</sup>.

Esta citação mostra-nos que a cidade, apesar de ser tida em conta, representa um aspeto secundário, limitado essencialmente à *envolvente* dos monumentos históricos e ingrediente para a sua valorização. É aqui que a *Carta de Veneza* vem

---

<sup>48</sup> CHOAY, Françoise – *Alegoria do Património*, p. 207.

<sup>49</sup> SERVIÇO INTERNACIONAL DE MUSEUS – *Carta de Atenas* [Em linha]. [Consult. 25 de maio de 2015]. Disponível na Internet: <URL:<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartaDeAtenas.pdf>>.

<sup>50</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>51</sup> IDEM, *Ibidem*.

trazer grandes mudanças. Influenciada pelas teorias de Giovannoni, e já depois da Segunda Guerra Mundial, que deixou devastadas importantes cidades, esta carta, resultante do 2.º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, eleva, no seu artigo 1.º, ao próprio estatuto de monumento histórico, o «sítio rural ou urbano que testemunhe uma civilização particular, uma evolução significativa ou um acontecimento histórico»<sup>52</sup>.

Devemos atentar que a descrição utilizada não refere exclusivamente um carácter arquitetónico ou monumental, cabendo aqui várias interpretações daquilo que pode ser um *sítio rural ou urbano* com as características enunciadas. Lembremo-nos que este é um período em que começam a ser dados passos também ao nível da reflexão institucional sobre os aspetos intangíveis do património, o que certamente influenciou a redação da *Carta de Veneza*<sup>53</sup>. O mesmo documento afirma ainda que estes «sítios monumentais devem ser objecto de cuidados especiais a fim de salvaguardar a sua integridade e assegurar a sua sanidade, organização e valorização»<sup>54</sup>. Integrada nesta ideia, a *cidade* torna-se por si própria num monumento histórico, mas inicia desde logo o caminho em direção a um estatuto cada vez mais autónomo. A Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural da UNESCO, adotada em 1972, parece, porém, deixar de parte os possíveis valores intangíveis da cidade, na divisão que faz dos bens do património cultural pelas categorias de *monumentos, conjuntos e locais de interesse*<sup>55</sup>.

De facto, os centros históricos têm sido integrados na categoria dos conjuntos (como é o caso do centro histórico do Porto), definidos pela convenção como sendo «grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência»<sup>56</sup>. Vemos que esta definição deixa de fora os valores intangíveis, etnológicos e antropológicos que os centros históricos também

---

<sup>52</sup> CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETOS E TÉCNICOS DE MONUMENTOS HISTÓRICOS, 2, Veneza, 1964 – *Carta de Veneza: sobre a conservação e restauro dos monumentos e sítios* [Em linha]. [Consult. 25 de maio de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>>.

<sup>53</sup> Precisamente em 1964 a *Comissão Internacional das Artes e Tradições Populares* – órgão fundado em 1928 que tinha até então colaborado com a *Comissão Internacional de Cooperação Intelectual*, primeiro, e, depois, com a sua sucessora, a UNESCO – separa-se das Nações Unidas e adota a designação de *Sociedade Internacional de Etnologia e de Folclore*, mantendo-se até hoje em atividade. Também na década de 1950 verificam-se as primeiras tentativas para encontrar uma forma de proteger a propriedade intelectual do folclore. Sobre este assunto *vide* CABRAL, Clara Bertrand – *Património Cultural Imaterial: Convenção da UNESCO e seus contextos*. Lisboa: Edições 70, 2011, pp. 72-73.

<sup>54</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>55</sup> Cf. CONVENÇÃO para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural. Decreto n.º 49/79 de 6 de junho. *D. R. I Série A. N.º 130* (1979 – 06 – 06) p. 1267.

<sup>56</sup> IDEM, *Ibidem*.

podem ter e que se encontram enquadrados pela mesma convenção na categoria de *locais de interesse*. Clara Bertrand Cabral afirma mesmo que os bens intangíveis dificilmente cabem na Lista do Património Mundial da UNESCO e dá nota do «óbice apontado em 1973 pela Missão Permanente da Bolívia junto da UNESCO»<sup>57</sup>, que «resultou numa maior tomada de consciência dos aspetos imateriais do património e alertou para esta lacuna na Convenção do Património Mundial»<sup>58</sup>.

A *Carta de Nairobi*, resultante da 19.<sup>a</sup> sessão da Conferência Geral da UNESCO, de 1976, aprofunda a definição de *conjunto* e reforça nesta categoria a posição da *cidade histórica*:

«Considera-se conjunto histórico ou tradicional, todo o agrupamento de construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto-de-vista arqueológico, arquitectónico, pré-histórico, histórico, estético ou sócio-cultural.

Entre esses "conjuntos", que são muito variados, podem-se distinguir especialmente os sítios pré-históricos, *as cidades históricas, os bairros urbanos antigos, as aldeias e lugarejos (...)*»<sup>59</sup>.

A *Carta de Quito*, resultante das conclusões do *Colóquio sobre a Preservação dos Centros Históricos face ao Crescimento das Cidades Contemporâneas*, também promovido pela UNESCO, em 1977, contém a primeira referência específica que encontramos a *centros históricos*, definindo-os como «todos aqueles assentamentos humanos vivos, fortemente condicionados por uma estrutura física proveniente do passado, reconhecíveis como sendo representativos da evolução de um povo»<sup>60</sup> (tradução nossa). Nesta condição, o mesmo documento diz enquadrarem-se «tanto os assentamentos que se mantêm íntegros, de aldeias e cidades, como aqueles que, fruto do seu crescimento, constituem hoje parte de uma estrutura maior»<sup>61</sup> (tradução nossa). Ao referir-se apenas à condicionante de *uma estrutura física proveniente do passado*, a definição de *centros históricos* apresentada na *Carta de Quito* parece, de novo, atender somente a aspetos morfológicos e arquitetónicos, indo de encontro àquilo que havia sido escrito na *Carta Europeia do Património Arquitetónico*

---

<sup>57</sup> CABRAL, Clara Bertrand – *Património Cultural Imaterial*, p. 72.

<sup>58</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 73

<sup>59</sup> UNESCO – Carta de Nairobi. *Cadernos de Sociomuseologia*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Vol. 15, n.º 15 (1999), p. 190. Itálicos nossos.

<sup>60</sup> UNESCO; PNUD – Carta de Quito. *Informes de la Construcción* [Em linha]. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Vol. 41, n.º 405 (1990), p. 13. [Consult. 25 de maio de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://informesdelaconstruccion.revistas.csic.es/index.php/informesdelaconstruccion/article/viewFile/1473/1639>>.

<sup>61</sup> IDEM, *Ibidem*.

(Estrasburgo, 1975), que afirma, no artigo 1.º: «o *património arquitectónico europeu é formado* não apenas pelos nossos monumentos mais importantes mas *também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades antigas...*»<sup>62</sup>. As cidades antigas são vistas, assim, quase como uma subcategoria da metalinguagem do património arquitetónico, sem referência a outros valores. No entanto, este documento refere já que «os conjuntos, mesmo na ausência de edifícios excepcionais, podem oferecer uma qualidade de atmosferas que faz deles obras de arte diversificadas e articuladas»<sup>63</sup>. Em face do exposto, surge-nos a questão: poderia esta referência à *qualidade de atmosferas* ser uma pequena *janela aberta* para o futuro reconhecimento dos valores intangíveis da cidade?

Ainda que sem podermos dar uma resposta concreta à questão anterior, encontramos o culminar de todo este processo em 1987, com a aprovação, em Washington, da *Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas*, promovida pelo Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS). Neste documento, logo na secção correspondente aos *princípios e objetivos*, são definidos como *valores a preservar*: «o carácter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e *espirituais* que exprimem a sua imagem...»<sup>64</sup>. Esta referência ao *conjunto de elementos espirituais* constitui uma expansão clara dos valores patrimoniais reconhecidos à *cidade histórica*, que vai muito para além dos valores históricos ou arquitetónicos, enquadrando-se já num contexto em que a afirmação do *património imaterial* conhece novos contornos<sup>65</sup>. A Carta também não faz distinção entre os conjuntos de bens que devem ou não ser preservados, referindo tacitamente a necessidade de incluir mesmo aqueles mais modestos. Declara ainda ser indispensável a participação e a implicação dos habitantes no processo de salvaguarda.

A partir daqui a cidade histórica vê-se como um conceito afirmado e sucedem-se as inscrições na Lista do Património Mundial da UNESCO. Em diferentes partes do mundo, a designação atribuída ao bem inscrito, no campo da *cidade histórica*, adquire

---

<sup>62</sup> CONSELHO DA EUROPA – *Carta Europeia do Património Arquitectónico* [Em linha]. [Consult. 7 de maio de 2015]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/carta\\_europeiapatrimonioarquitectonico1975.pdf](http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/carta_europeiapatrimonioarquitectonico1975.pdf)>. Itálicos nossos.

<sup>63</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>64</sup> ICOMOS – *Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas* [Em linha]. [Consul. 7 de maio de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CARTAINTERNACIONALPARASALVAGUARDADASCIDADESHISTICAS.pdf>>. Itálicos nossos.

<sup>65</sup> Em 1982 a UNESCO havia constituído o *Comité de Peritos para a Salvaguarda do Folclore* e criado a *Secção do Património Não Tangível*. Segundo Clara Bertrand Cabral, estas diligências resultaram na adoção, em 1989, da *Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*. Vide: CABRAL, Clara Bertrand – Ob. cit., p. 73.

classificações diferentes, mas sempre para expressar uma mesma ideia, pois quer tratando-se de uma *cidade histórica*, *cidade antiga* ou *centro histórico*, o que está classificado é apenas uma parte do território urbano, escolhido em detrimento de outro, e nunca a cidade na sua totalidade (exceto, talvez, nos casos das cidades pequenas que não se expandiram). Através de uma consulta ao *website* da Lista do Património Mundial da UNESCO<sup>66</sup>, pela designação oficial atribuída aos diferentes bens inscritos, confirmamos isso mesmo. A classificação mais comum neste âmbito é, sem dúvida, a de *historic centre*<sup>67</sup>, em português *centro histórico*, que surge em 53 denominações. Logo a seguir encontra-se a *old town*<sup>68</sup> (cidade antiga), em 14 inscrições. Seguem-se a *historic town*<sup>69</sup> (cidade histórica), em 10, a *old city*<sup>70</sup> (cidade antiga), em 8, e a *historic city*<sup>71</sup> (cidade histórica), em 6. Portugal tem até o curioso caso do *Centro Histórico de Angra do Heroísmo*<sup>72</sup>, cuja designação na Lista do Património Mundial da UNESCO é *Central Zone of the Town of Angra do Heroísmo in the Azores* (Zona Central da Cidade de Angra do Heroísmo nos Açores). Outro caso interessante é o da cidade de Tallinn, capital da Estónia, cuja designação na lista da UNESCO é *Historic Centre (Old Town) of Tallinn* (sublinhados nossos), sendo a única a possuir esta especificação pleonástica.

Tal situação verifica-se devido à falta de uma terminologia, ou de um *Thesaurus*, comum para a área do património cultural a nível internacional. Assim se explica também o facto de existirem no Porto duas classificações com designações distintas para uma área bastante aproximada: a do *Centro Histórico do Porto* (Monumento Nacional, inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO) e a da *Zona Histórica do Porto* (classificada como Imóvel de Interesse Público), que distinguiremos no Capítulo III.

---

<sup>66</sup> UNESCO – *World Heritage List* [Em linha]. [Consult. 27 de maio de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://whc.unesco.org/en/list/>>.

<sup>67</sup> Exemplos: *Historic Centre of Cordoba* (Espanha); *Historic Centre of Vienna* (Áustria); *Historic Centre of Guimarães* (Portugal) ...

<sup>68</sup> Exemplos: *Old Town of Santiago de Compostela* e *Old Town of Cárceres* (Espanha); *Old Town Lunenburg* (Canadá) ...

<sup>69</sup> Exemplos: *Historic Town of Ouro Preto* (Brasil); *Historic Town of Guanajuato* (México) ...

<sup>70</sup> Exemplos: *Old City of Jerusalem and its Walls*; *Old City of Berne* (Suíça) ...

<sup>71</sup> Exemplos: *Historic City of Toledo* (Espanha); *Historic City of Sucre* (Bolívia) ...

<sup>72</sup> Designação oficial atribuída pela Direção-Geral do Património Cultural. Vide DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL – *Centro Histórico de Angra do Heroísmo nos Açores* [Em linha]. [Consult. 26 de agosto de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-mundial/portugal/centro-historico-de-angra-do-heroismo-nos-acoeres/>>.



### 3 – Considerações Atuais

Na continuação deste relatório iremos retomar a utilização do termo *centro histórico*, não por preferência pessoal, mas por ser esta a designação mais comumente utilizada em Portugal, por ser assim que se encontra oficialmente designado o caso do Porto na lista da UNESCO (*Centro Histórico do Porto – Historic Centre of Oporto*) e por nos prepararmos para abordar um tema afinal denominado de *Dia Nacional dos Centros Históricos*.

Convém anotar, porém, que o termo não é hoje inteiramente consensual e que tem sido colocado em questão, desde logo porque, segundo opinião de vários autores, aqui sintetizada pelas palavras de José Rio Fernandes, «a história atravessa todos os territórios e todos os tempos»<sup>73</sup>, não sendo, portanto, claro o limite a partir do qual um determinado espaço possa ser considerado *mais histórico* do que outro. A própria expansão das cidades, que levou à criação de novos *centros* e ao esvaziamento dos centros históricos, faz duvidar desta ideia de *centralidade* normalmente apresentada relativamente a estes lugares. Ainda segundo José Rio Fernandes, os centros históricos representam, hoje, uma ínfima parte de uma metrópole expandida, tanto ao nível espacial como populacional, e dá como exemplo o centro histórico do Porto. Este, afirma o autor, corresponde a menos de 1% do território da Área Metropolitana do Porto, contando, em 2008, com cerca de 7000 residentes<sup>74</sup>, número que Fernandes considera francamente inexpressivo se considerarmos a totalidade de habitantes de toda a área metropolitana<sup>75</sup>. Mesmo ao nível municipal, verificamos que os cerca de 4260 habitantes registados em 2011 no centro histórico, pela *Sociedade de Reabilitação Urbana Porto Vivo*, constituem apenas, aproximadamente, 1,79% do total da população residente no município<sup>76</sup>. Isto não impede, todavia, que a imagem do centro histórico do Porto continue a ser apresentada, sobretudo no exterior, como

---

<sup>73</sup> FERNANDES, José A. Rio – *Centro histórico e urbanismo: questões, reflexões e inquietações, a propósito do Porto*, p. 13.

<sup>74</sup> Os censos de 2011 apontam uma população residente nas freguesias do centro histórico (Sé, S. Nicolau, Vitória e Miragaia) de 9334 habitantes, mas deve ser tido em conta o facto de apenas S. Nicolau estar integralmente incluída na área classificada. Segundo dados da *Porto Vivo, SRU*, em 2011 a população residente no centro histórico seria apenas de 4260 habitantes. Cf. PORTO VIVO, SRU – *Delimitação da área de reabilitação urbana do centro histórico do Porto em instrumento próprio*, p. 29.

<sup>75</sup> Cf. IDEM, *Ibidem*, pp. 13-14.

<sup>76</sup> Segundo os censos de 2011, o município do Porto contava com uma população de 237.591 habitantes. Vide PORDATA – *População residente segundo os Censos: total e por grandes grupos etários-Municípios* [Em linha]. [Consult. 26 de agosto de 2015]. Disponível na Internet: <URL:<http://www.pordata.pt/Municipios/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+segundo+os+Censos+total+e+por+grandes+grupos+et%C3%A1rios-22>>.

sendo o centro de uma área metropolitana e uma das principais centralidades da região norte do país.

Em todo o caso, a noção que em Portugal tem sido atribuída a *centro histórico* confunde-se quase na sua totalidade com o *núcleo primitivo* das cidades. Isso mesmo fica expresso em definições como a apresentada em 2005 pela Direcção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), ao referir que «o centro histórico coincide por via de regra com o *núcleo de origem do aglomerado*, de onde irradiam outras áreas urbanas sedimentadas pelo tempo...»<sup>77</sup>.

O centro histórico é frequentemente associado à *identidade da cidade*, quer «como referência para uma comunidade de cidadãos de um mesmo espaço urbano»<sup>78</sup>, quer como «imagem resumida da cidade para o visitante»<sup>79</sup>. No entanto, com a atual abrangência da noção de património cultural, e sobretudo em cidades policêntricas, não será possível considerarmos, agora ou no futuro, outras áreas da cidade como sendo *centros históricos*? No Porto, o *Conjunto da Foz Velha*<sup>80</sup> não poderá ser considerado um centro histórico, mesmo quando descrito como um «agregado eclético de centros habitacionais que expressa, com notável coerência, o seu *longo percurso histórico*, desde o núcleo piscatório de matriz medieval até ao moderno espaço de prestígio burguês»<sup>81</sup>? Será que, por exemplo, uma antiga zona industrial não pode um dia ser considerada um *centro histórico*? Percebendo a limitação do conceito, o arquiteto Nuno Portas opta por falar em *áreas antigas*, na sua obra *Os Tempos das Formas*:

«Escrevi áreas “antigas” e não “históricas” porque o que nos interessa é encarar os problemas das zonas já existentes e consolidadas, incluindo as construídas já neste século e não apenas aquelas partes a que se atribui um valor histórico ou monumental especial. E escrevi “áreas” e não “centros” porque, em geral, quando falamos em “centro”, referimos apenas a área central onde se concentram os principais comércio e edifícios públicos, quando nos interessa tratar também de bairros residenciais mais ou menos antigos, de maior ou menor valor arquitectónico, que podem não constituir uma área central»<sup>82</sup>.

---

<sup>77</sup> PORTUGAL. Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano – Vocabulário de termos e conceitos do ordenamento do território. Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2005, p. 128. *Apud* CARVALHO, Maria João Esperança de – *O Centro histórico na dinamização das cidades*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011, p. 9. Itálicos nossos.

<sup>78</sup> FERNANDES, José A. Rio – *Reabilitação de centros históricos e reutilização da cidade: o caso de Porto-Gaia*, p. 214.

<sup>79</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>80</sup> Classificado como *Conjunto de Interesse Público* pela Portaria n.º 323/2013, de 3 de junho.

<sup>81</sup> PORTARIA n.º 323/2013 de 3 de junho. *D. R. II Série*. N.º 106 (2013 – 06 – 03) p. 17705. Itálicos nossos.

<sup>82</sup> PORTAS, Nuno – *Os Tempos das Formas*. Guimarães: Departamento Autónomo de Arquitetura da Universidade do Minho, 2005, p. 155. *Apud* CARVALHO, Maria João Esperança de – *Ob. cit.*, p. 11.

Portas consegue, desta forma, *esquivar-se* às duas características que no fundo têm alimentado a ideia do centro histórico – a historicidade/monumentalidade e a centralidade – e que, como vimos, nem sempre são verdadeiras. Ao mesmo tempo, admite que este conceito não é suficientemente lato para poder cobrir áreas urbanas que podem não ser tão monumentais nem constituir uma clara centralidade, mas que ainda assim poderão ter o seu valor patrimonial. Estarão então as cidades condenadas a ter um único centro histórico, coincidente com o seu núcleo fundacional? Não temos para já uma resposta a esta questão, mas fiamos que o tempo encarregar-se-á de a dar.



## Capítulo III – O Centro Histórico do Porto

### 1 – Enquadramento Evolutivo do Local

A cidade do Porto, sede de concelho e capital de distrito, situa-se na margem direita do rio Douro, nos últimos 7 Km do seu curso. Parece comumente aceite que daqui derivará o nome de Portugal, da antiga designação *Portucale*<sup>83</sup>. A sua área urbana, de aproximadamente 41,5 Km<sup>2</sup>, forma um concelho atualmente dividido por 7 freguesias<sup>84</sup>, com cerca de 238 000 habitantes<sup>85</sup>. Constitui também o centro da Área Metropolitana do Porto, a qual conta com quase 1,8 milhões de habitantes<sup>86</sup> «e que polariza o desenvolvimento de toda a Região Norte»<sup>87</sup>. Esta região constitui o maior centro populacional do país, com cerca de 3,7 milhões de habitantes<sup>88</sup>, aproximadamente um terço de toda a população portuguesa, numa área de 21 278 Km<sup>2</sup>, cerca de um quarto da área total de Portugal Continental. Conhecida como uma «cidade de granito, escura e austera»<sup>89</sup>, é imagem de marca do Porto o casario escarpado junto ao rio, visto do lado de Gaia.

O Douro é descrito por Orlando Ribeiro como sendo o único rio português que «conserva, até à foz, as suas escarpadas vertentes de canhão, talhadas na espessura do maciço granítico»<sup>90</sup>. Segundo o mesmo autor: «a sua foz, a topografia alcantilada das margens, fixaram e moldaram a cidade; o rio é uma sorte de personagem

---

<sup>83</sup> Existem diferentes teorias sobre esta questão. A teoria maioritariamente veiculada até há poucas décadas e defendida por investigadores de renome diz que no início da romanização existiam já dois portos nas duas margens do rio Douro, perto do Atlântico: na margem direita *Portus*, na margem esquerda *Cale* (que viria a dar o nome de Gaia). A partir da década de 1980, porém, apoiados pelos resultados das escavações arqueológicas, diversos autores têm defendido que *Cale* seria o nome de um castro no Morro da Sé do Porto, território dos *Calaicos*, cujo radical da palavra (*\*Kal-*), de matriz indo-europeia, surge com o significado de *pedra, rochedo, duro*, expressões adequadas às características do local. Vide: SILVA, Armando Coelho da – *Origens do Porto*. In RAMOS, Luís A. de Oliveira, dir. – *História do Porto*. 2.<sup>a</sup> ed. Porto: Porto Editora, imp. 1995, p. 68 – 97.

<sup>84</sup> Antes da reorganização administrativa de 2013 eram 15 freguesias.

<sup>85</sup> Segundo Censos de 2011. Em 1991 tinha 302 472 habitantes, o que mostra uma significativa redução.

<sup>86</sup> Segundo Censos de 2011.

<sup>87</sup> LOZA, Rui Ramos, coord. – *Porto a Património Mundial: processo de candidatura da cidade do Porto à classificação pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade*, p. 30.

<sup>88</sup> Segundo Censos de 2011.

<sup>89</sup> PORTO VIVO, SRU – *Estudo de caracterização institucional do Centro Histórico do Porto*, p. 16.

<sup>90</sup> RIBEIRO, Orlando. *Apud* PARQUE BIOLÓGICO DE GAIA – *Dunas: conhecer e conservar* [Em linha]. Vila Nova de Gaia: Parque Biológico de Gaia, [2008], p. 10. [Consult. 1 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.parquebiologico.pt/userdata/site-downloads/GuiaDunas-conhecereconservar.pdf>>.

caprichosa que sempre com ela convive»<sup>91</sup>. As mesmas características são apontadas por Paulo Paes de Faria:

«Uma das particularidade do Estuário do Douro deve-se ao encaixo do rio até junto da foz, originando margens escarpadas, em plena cidade de Gaia e Porto. Junto à ponte da Arrábida, a uma distância de 2,5 km do mar, existem declives com cerca de 50%, descendo abruptamente a partir de um patamar à cota de 70-75 metros»<sup>92</sup>.

Este é um dos fatores que estará na origem do assentamento castrejo do final da Idade do Bronze (1.<sup>a</sup> metade do I milénio a.C.) no Morro da Sé do Porto, também conhecido por Morro da Pena Ventosa, e que constitui o núcleo inicial daquilo que é hoje o centro histórico do Porto. Segundo Armando Coelho da Silva, este facto é comparável com outros povoados da mesma época, implantados «em pontos estratégicos situados segundo uma diversidade topográfica, com realce para posições em remates de esporões, de altitude média, visando primordialmente o controlo das bacias fluviais (...) e o acesso a vias de penetração e comercialização, (...) que genericamente se adequa à excelência das condições geográficas observadas no Morro da Sé do Porto»<sup>93</sup>.

As escavações arqueológicas realizadas neste local a partir da década de 1980<sup>94</sup> deram a conhecer a existência de um período de trocas comerciais com diferentes civilizações, com especial destaque para o comércio púnico (entre os séculos VI a.C. e III a.C.) e romano (entre os século II a.C. e a segunda metade do século I d.C.). Mas é apenas na Idade Média que assistimos à afirmação e ao crescimento do burgo portuense, desde logo com o início no Reino Suevo, no século V, que aqui firma uma importante fortificação<sup>95</sup>, sendo para aqui transferida também a sede episcopal da diocese de *Magnetum* (Meinedo, Lousada), no último quartel do século VI.

Desconhece-se o local onde estaria edificada a igreja episcopal. Sabe-se, contudo, que a diocese vê a sua atividade interrompida a partir do ano 716, com as invasões muçulmanas, sendo restaurada em 868, com a presúria de Vimara Peres. Irá então funcionar intermitentemente até ao século XII, restaurando-se definitivamente já em 1114, com a nomeação do bispo D. Hugo, que põe fim a uma sede vacante de 27

---

<sup>91</sup> RIBEIRO, Orlando – *Temas urbanos*, p. 305.

<sup>92</sup> FARIA, Paulo Paes de – *Caracterização geral do local*, p. 29.

<sup>93</sup> SILVA, Armando Coelho da – *Origens do Porto*, p. 69.

<sup>94</sup> Sobre este assunto *vide*: REAL, Manuel Luís [et. al.] – Escavações arqueológicas no Morro da Sé. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto. Série II, vol. III/IV (1985/1986), pp.7-44.

<sup>95</sup> Que a arqueologia comprovou pela descoberta da muralha. *Vide*: IDEM, *Ibidem*.

anos. Nos séculos seguintes, com o avanço da Reconquista e o desenvolvimento do Reino de Portugal e das atividades comerciais, vão constituir-se os dois polos urbanos que resultam na atual delimitação do centro histórico:

«Um pequeno núcleo populacional abrigado nas muralhas, em volta de um edifício de carácter religioso – hoje a Catedral – e no ponto topograficamente mais elevado. Junto ao rio, o cais de embarque e desembarque de mercadorias, o centro piscatório, o ponto de atravessamento para a outra margem»<sup>96</sup>.

Em 1355, com o objetivo de ligar e proteger estes dois polos de crescimento urbano, dá-se início à construção da cerca gótica, concluída em 1374. É aos limites desta cerca que hoje corresponde a quase totalidade da área classificada como *Centro Histórico do Porto*. Por esta altura havia sido já atribuído foral a Gaia e a Vila Nova<sup>97</sup>, estando assim constituído todo o território com responsabilidades sobre o bem inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO.

Até meados do século XVIII, a cidade do Porto confina-se praticamente ao perímetro das muralhas. Este é, porém, um século de grande desenvolvimento, que corresponde à primeira fase de expansão extramuros, impulsionada pelo comércio do vinho e o conseqüente crescimento económico e demográfico. É o século do Marquês de Pombal, fundador da *Real Companhia Velha*<sup>98</sup>, do plano *almadino*, marcado pela construção de importantes edifícios e arranjos urbanísticos<sup>99</sup>, de Nasoni e da profusão do Barroco na cidade, de que são expoentes máximos a Torre e Igreja dos Clérigos e as talhas das igrejas de S. Francisco e Santa Clara. Este desenvolvimento manter-se-ia na transição para o século XIX e a influência da comunidade inglesa faz-se notar nos novos edifícios neoclássicos palladianos, de que são exemplos a Feitoria Inglesa, o Hospital de Santo António ou o edifício do Tribunal e Cadeia da Relação (atual Centro Português de Fotografia, este claramente ainda de transição). Expressa-se também pelo estabelecimento de importantes propriedades ao redor do velho burgo e das famosas caves do Vinho do Porto, na zona ribeirinha do lado de Gaia<sup>100</sup>.

---

<sup>96</sup> LOZA, Rui Ramos, coord. – *Porto a Património Mundial: processo de candidatura da cidade do Porto à classificação pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade*, p. 31.

<sup>97</sup> Gaia recebe carta de foral em 1255, Vila Nova em 1288. Em 1383, os dois concelhos são integrados no Termo da cidade do Porto até recuperarem a autonomia administrativa a 20 de junho de 1834, data de fundação do Município de Vila Nova de Gaia.

<sup>98</sup> Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto-Douro, fundada por Alvará Régio de El-Rei D. José I, em 10 de setembro de 1756.

<sup>99</sup> Sobre esse assunto várias obras poderiam ser apontadas. Talvez a mais referenciada seja: ALVES, Joaquim J. B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadãs: arquitectura: obras públicas*. Porto: [s.n.]; Braga: Litografia A. C., 1988-1990. ISBN 972-605-026-X. 2 Vols.

<sup>100</sup> Estas caves constituem uma importante referência, uma vez que integram o *Centro Histórico de Vila Nova de Gaia* e a *Zona de Proteção do Centro Histórico do Porto*.

Na primeira metade do século XIX, Porto e Gaia são palco de alguns dos acontecimentos mais marcantes da vida nacional, nomeadamente com o desastre da Ponte das Barcas (1809), aquando da 2.<sup>a</sup> invasão francesa, ou com o cerco do Porto (1832-1833), durante a guerra civil, no qual a Serra do Pilar assume posição estratégica fundamental<sup>101</sup>. Mas será a Revolução Industrial, então cada vez mais afirmativa, que virá romper definitivamente os limites amuralhados da cidade, desde logo com a deslocação do centro cívico, da beira-rio para a Praça da Liberdade, e com o desenvolvimento da indústria fabril, instalada no centro histórico e nas zonas periféricas que então nascem.

Uma nova arquitetura em ferro e vidro definirá os contornos de novas construções como a Alfândega, o Palácio da Bolsa e o Mercado Ferreira Borges. A isto associa-se o desenvolvimento dos transportes, que passam a ligar Porto e Gaia por duas pontes emblemáticas: a primeira, ferroviária, Ponte de D. Maria Pia (1877); a segunda, rodoviária e ferroviária, Ponte de D. Luís I (1886)<sup>102</sup>. Os transportes e a necessidade de abertura e alargamento de ruas e estradas levam à demolição das várias portas e troços da muralha fernandina, definindo-se em grande parte neste período a fisionomia que ainda hoje todo este território urbano conserva.

## **2 – Antecedentes da Candidatura à Lista do Património Mundial**

No final do século XIX, o Porto é, essencialmente, uma cidade industrial, que atrai as populações rurais em busca de trabalho nas oficinas e fábricas. Progressivamente, as classes sociais proprietárias e capazes de manter e preservar em bom estado as suas propriedades transferem-se para as novas construções da então periferia urbana, onde usufruem das condições condizentes com a vida moderna, dando lugar à população que chega em massa no processo de êxodo rural.

«As suas anteriores moradias, então desocupadas, foram sucessivamente divididas em cada vez mais pequenas habitações que foram sendo ocupadas

---

<sup>101</sup> Localizado em Vila Nova de Gaia, o Mosteiro da Serra do Pilar encontra-se inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO, integrado no conjunto do Centro Histórico do Porto.

<sup>102</sup> Esta também integrada no conjunto do Centro Histórico do Porto, inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO.



pelos operários, vindos do mundo rural para trabalhar nas fábricas e na construção da grande cidade»<sup>103</sup>.

Este facto constitui um rastilho para uma futura crise de alojamento – «com todo o conjunto de consequências que lhe são inerentes: a falta de higiene e as grandes epidemias, a sobreocupação, a degradação, etc»<sup>104</sup>. Certos relatos dão conta de que «em edifícios onde hoje, após a recuperação, foi possível realizar uma dúzia de habitações, viviam em muitos casos mais de 300 pessoas»<sup>105</sup>. Talvez tendo em conta que, entre agosto de 1899 e janeiro de 1900, a cidade foi colocada sob quarentena devido ao alastrar da peste bubónica, numa altura em que todas as outras cidades europeias já a haviam erradicado, possamos ter uma ideia das condições de degradação atingidas neste local.

«O Recenseamento Geral da População mostra o povoamento galopante: 86.761 habitantes em 1864; 138.860 em 1890, 194.009 em 1910. Com ele, propagavam-se doenças. Não era só a peste - a tuberculose, por exemplo, matou 31 por cada mil habitantes entre 1880 e 1900»<sup>106</sup>.

Em 1950 a população continuava a crescer, ultrapassando já os 280 mil habitantes<sup>107</sup>. O Centro Histórico do Porto cai em ruína, entre fenómenos de subaluguer que desresponsabilizam os proprietários de realizar obras de conservação.

Procurando fazer face a estas questões, é aprovado, pelo Decreto-Lei n.º 40 616, de 28 de maio de 1956, o *Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto*, que prevê a construção dos grandes bairros sociais na periferia da cidade e o «descongestionamento das suas zonas centrais»<sup>108</sup>. Como meta, definia-se a construção, num espaço de dez anos, de, no mínimo, seis mil fogos habitacionais, «de rendas módicas, destinados exclusivamente a habitação das famílias provenientes das construções a demolir ou a beneficiar...»<sup>109</sup>. Esta é uma das medidas fundamentais para que hoje o Porto concentre «à volta de 20 por cento da população em habitação social»<sup>110</sup>. Paralelamente, para acabar com áreas degradadas do centro histórico, a solução encontrada passa pela «demolição completa do habitat, destruindo todas as marcas da ocupação antiga, procurando inserir aqui novos conceitos de cidade e de

---

<sup>103</sup> LOZA, Rui Ramos, coord. – *Porto a Património Mundial: processo de candidatura da cidade do Porto à classificação pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade*, p. 32.

<sup>104</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 32.

<sup>105</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>106</sup> COMO é que o Porto se tornou num arquipélago de bairros sociais? [Em linha]. [Consult. 24 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.publico.pt/temas/jornal/como-e-que-o-porto-se-tornou-num-arquipelago-de-bairros-sociais-19814756>>.

<sup>107</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>108</sup> DECRETO – Lei n.º 40 616, de 28 de maio. *D. R. I Série*. N.º 108 (1956 – 05 -28) p. 631.

<sup>109</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>110</sup> COMO é que o Porto se tornou num arquipélago de bairros sociais? [Em linha], cit. 106.

vida urbana inspirados no modernismo»<sup>111</sup>. Foi isto o que aconteceu no Terreiro da Sé e na Avenida da Ponte, entre outros casos, não sendo maiores as perdas por fortuita falta de meios<sup>112</sup>.

Contrariando a política vigente de demolição, o Arquiteto Fernando Távora realiza, entre 1964 e 1969, estudos-piloto para a reabilitação da zona do Barredo, que juntamente com a Ribeira era tema de estudo e investigação de estudantes de arquitetura e de serviço social. Será talvez oportuno recordar que a Carta de Veneza data de 1964, e que os seus princípios terão sido uma grande influência para o trabalho de Távora, direta ou indiretamente. Os estudos deste arquiteto seriam recuperados em 1974, quando, após o 25 de abril, «rebenta um forte movimento de reivindicação de casa por parte dos moradores da Ribeira e do Barredo, grandes vítimas do problema habitacional, da degradação urbana, social, económica e moral»<sup>113</sup>. Como resposta a estes problemas, que iriam agravar-se por fatores como a diminuição da emigração, a desmobilização militar e o regresso de população das ex-colónias, é criado, por despacho conjunto dos Ministérios da Administração Interna e do Equipamento Social e do Ambiente de 28 de setembro de 1974, o *CRUARB – Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo*.

É importante notar que o CRUARB surge num contexto em que se procura efetivamente implementar medidas de promoção da habitação, das quais resultariam programas como o *SAAL, Serviço de Apoio Ambulatório Local*, integrado no *Fundo de Fomento da Habitação*<sup>114</sup>. Segundo Filomena Mesquita Guimarães<sup>115</sup>, os estudos do Arquiteto Fernando Távora serviam de base às operações do CRUARB<sup>116</sup>, que em 1982 havia já concluído a recuperação dos quarteirões mais degradados da referida área urbana da Ribeira-Barredo, na freguesia de S. Nicolau.

Nesse mesmo ano, «em consequência da Lei das Finanças Locais, em que o Governo deixa de poder intervir de forma discricionária nos investimentos das

---

<sup>111</sup> PORTO. Câmara Municipal; PORTO VIVO, SRU – *Plano de gestão: centro histórico do Porto património mundial*, p. 30.

<sup>112</sup> Cf. IDEM, *Ibidem*.

<sup>113</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>114</sup> Ainda este ano o Museu de Arte Contemporânea de Serralves apresentou a exposição *O Processo SAAL: Arquitectura e Participação, 1974-1976*, comissariada por Delfim Sardo. Sobre este assunto *vide* também: SALGUEIRO, Teresa Barata – A Promoção habitacional e o 25 de Abril. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais. N.º 18/19/20 (fevereiro 1986), p.673-691.

<sup>115</sup> A Dr.ª Filomena Mesquita Guimarães entrou para a equipa do CRUARB como administrativa, em junho de 1975. Integra hoje a DMMPC e foi uma das pessoas com quem tivemos a oportunidade e a honra de trabalhar ao longo do estágio.

<sup>116</sup> Cf. GUIMARÃES, Filomena Mesquita – *Uma História do CRUARB*, p. 87.

autarquias»<sup>117</sup>, a Câmara Municipal do Porto assume a responsabilidade pelos trabalhos do CRUARB. No ano seguinte, o campo de ação do comissariado é alargado, pelas ordens de serviço n.º 315/83 e 329/83, a uma vasta área delimitada pela «Rua da Restauração, Rua Prof. Vicente José de Carvalho, Rua do Carmo, Praça Gomes Teixeira, Rua das Carmelitas, Rua dos Clérigos, Praça da Liberdade, Rua 31 de Janeiro, Praça da Batalha, Rua Alexandre Herculano e Alameda das Fontainhas»<sup>118</sup>.

Não conseguimos identificar ao certo a primeira vez que surge uma delimitação para o centro histórico do Porto. No entanto, estas ordens de serviço parecem conter já em si o *gérmen* daquela que viria a ser a futura classificação, ao circunscrever o «chamado Centro Histórico do Porto, ou Cidade Antiga»<sup>119</sup>, a «toda a área limitada pela linha de “muralhas do séc. XIV” e as zonas extra-muros de características sociais e de degradação física da referida muralha»<sup>120</sup>. Podemos reparar que esta área corresponde praticamente àquela que em 1997 viria a ser classificada como *Imóvel de Interesse Público*, com o nome de *Zona Histórica do Porto*<sup>121</sup>. Mais específico ainda é o Decreto-Regulamentar n.º 54/85, de 12 de agosto, que declara oito áreas do concelho do Porto como «áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística»<sup>122</sup>, estando estas distribuídas exclusivamente pelas freguesias de Miragaia, S. Nicolau, Sé e Vitória, ou seja, as freguesias que hoje compõem a classificação do Centro Histórico, Monumento Nacional na Lista do Património Mundial da UNESCO<sup>123</sup>.

No início da década de noventa começa a ganhar forma a ideia de levar à UNESCO a proposta de inscrição de uma área da cidade do Porto na Lista do Património Mundial, que corresponderia à delimitação do campo de ação do CRUARB. Na verdade, não seria apenas uma área da cidade do Porto, uma vez que também a zona histórica de Gaia estaria incluída, numa extensão pertencente à freguesia de Santa Marinha, que permitia abranger o Mosteiro e Serra do Pilar e as caves do Vinho do Porto, e procurava proteger o cenário paisagístico a partir do rio. A ideia partiu do arquiteto Viana de Lima, consultor da UNESCO, entre 1968 e 1977, para «o estudo do

---

<sup>117</sup> PORTO. Câmara Municipal; PORTO VIVO, SRU – *Plano de gestão: centro histórico do Porto património mundial*, p. 31.

<sup>118</sup> GUIMARÃES, Filomena Mesquita – Ob. cit., p. 92.

<sup>119</sup> PORTO. Arquivo Geral Municipal do Porto – Ordem de Serviço n.º 329/83. In *Livro de Ordens de Serviço da Presidência*.

<sup>120</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>121</sup> Vide Anexos 5 e 6 para comparação de plantas.

<sup>122</sup> DECRETO-Regulamentar n.º 54/85 de 12 de agosto. *D. R. I Série*. N.º 184 (1985 – 08 – 12) p. 2543.

<sup>123</sup> Cf. IDEM, *Ibidem*, p. 2544-2546.

Plano Diretor da cidade histórica de Ouro Preto»<sup>124</sup>, e que na década de 1980 estuda também medidas de preservação para a ilha de Moçambique. Tanto a cidade histórica do Ouro Preto como a ilha de Moçambique encontram-se inscritas na Lista do Património Mundial da UNESCO (desde 1980 e 1991, respetivamente), o que demonstra a experiência do arquiteto a este nível, tendo ainda elaborado «estudos e planos de reabilitação e expansão de cidades históricas no Maranhão, em Alagoas e em Sergipe...»<sup>125</sup>. Viana de Lima, à época consultor do CRUARB, nunca chega a ver o resultado da sua ideia, pois falece subitamente a 27 de dezembro de 1991.

### 3 – Detalhes do Bem Inscrito

A proposta de inscrição do centro histórico do Porto na Lista do Património Mundial da UNESCO é elaborada pelo CRUARB e apresentada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros/Comissão Nacional da UNESCO em 1993. Como *mote* justificativo, são referidos os valores históricos e estéticos de um espaço urbano que «constitui uma obra-prima do génio criativo da humanidade»<sup>126</sup>, expressão dos «valores culturais de sucessivos períodos – românico, gótico, renascimento, barroco, neoclássico e moderno – adaptados à configuração geográfica e social do lugar»<sup>127</sup> (tradução nossa). O relatório de avaliação do ICOMOS, de outubro de 1995, confirma os valores excecionais do centro histórico do Porto, considerando que o mesmo preserva, numa considerável extensão, as evidências de uma longa e contínua ocupação, que moldou o seu tecido urbano em harmonia com o rio e o terreno escarpado. O mesmo relatório aponta as características únicas do centro histórico do Porto, apenas comparáveis, segundo o ICOMOS, aos casos de Lisboa, Bordéus e Bristol<sup>128</sup>. Finalmente, recomenda a inscrição do bem na Lista do Património Mundial,

---

<sup>124</sup> UNIVERSIDADE DO PORTO – *Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto: Alfredo Viana de Lima* [Em linha]. [Consult. 31 de maio de 2015]. Disponível na Internet: <URL:[https://sigarra.up.pt/up/pt/web\\_base.gera\\_pagina?p\\_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20alfredo%20viana%20de%20lima](https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20alfredo%20viana%20de%20lima)>.

<sup>125</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>126</sup> ICOMOS – *Advisory Body Evaluation: Historic Centre of Oporto*. [Consult. 31 de maio de 2015]. Disponível na Internet: <URL:[http://whc.unesco.org/archive/advisory\\_body\\_evaluation/755.pdf](http://whc.unesco.org/archive/advisory_body_evaluation/755.pdf)>.

<sup>127</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>128</sup> Sendo que Lisboa sofreu drásticas alterações em consequência do terramoto de 1755. Também Bordéus e Bristol tiveram uma matriz de desenvolvimento económico e social muito diferente nos séculos XIX e XX. Esta última cidade sofreu ainda graves bombardeamentos durante a Segunda Guerra Mundial.

na categoria de *conjuntos*, com base no critério IV das *Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial*, que diz que os bens propostos devem «representar um exemplo excepcional de um tipo de construção ou de conjunto arquitetónico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana»<sup>129</sup>.

«A 5 de Dezembro de 1996, na cidade de Mérida, no México, é deliberada a passagem do Centro Histórico a Património da Humanidade. A notícia é alegremente festejada no Porto. Às 11 horas os “muppies” já ostentavam os parabéns e, ao meio dia, todos os sinos da cidade tocaram a rebate, anunciando o acontecimento. Deslocaram-se ao México, para assistir à reunião do Comité do Património Mundial da Unesco, o Sr. Presidente da Câmara, Dr. Fernando Gomes, o Sr. Vereador Luiz Oliveira Dias e o Sr. Director do CRUAR, Arq. Rui Loza»<sup>130</sup>.

A decisão do Comité do Património Mundial da UNESCO tem por base a consideração de que o centro histórico do Porto possui um «notável valor universal pelo seu tecido urbano e pelos seus inúmeros edifícios históricos que testemunham o desenvolvimento ao longo do último milénio de uma cidade europeia virada para o ocidente e pelas ligações comerciais e culturais»<sup>131</sup>, respondendo igualmente às condições de integridade e autenticidade.

A área urbana inscrita, apesar de limitada ao núcleo inserido nos limites da muralha fernandina, foi alargada de modo a abranger também, entre outros locais, a Torre e Igreja dos Clérigos, a Praça da Batalha e o Teatro Nacional de S. João, o Passeio das Virtudes, a Ponte D. Luís I e a Igreja e Mosteiro da Serra do Pilar, em Vila Nova de Gaia, numa dimensão territorial com cerca 49 hectares. Bem mais extensa é a zona de proteção desta área, limitada, a Norte, pelos «quarteirões periféricos da Avenida dos Aliados, a Praça Carlos Alberto, o Jardim do Carregal, Miragaia, Monchique e Fontainhas»<sup>132</sup>, e, a Sul, por uma grande parte do Centro Histórico de Vila Nova de Gaia, nomeadamente a zona ribeirinha, com as suas caves do Vinho do Porto, cumprindo-se assim o objetivo inicial da proposta de candidatura<sup>133</sup>.

Sobre esta zona de proteção é importante recordar, porém, que a mesma encontra-se atualmente suspensa por providência cautelar entreposta pelo município de Vila Nova de Gaia, que alega, entre outras considerações, os «prejuízos de difícil

---

<sup>129</sup> UNESCO. World Heritage Centre – *Orientações técnicas para aplicação da Convenção do Património Mundial*, p. 17.

<sup>130</sup> GUIMARÃES, Filomena Mesquita – Ob. cit., p. 98.

<sup>131</sup> LOZA, Rui Ramos, coord. – Porto Património Mundial II: processo de candidatura do Centro Histórico do Porto à UNESCO. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1998, p. 35. *Apud* PORTO. Câmara Municipal; PORTO VIVO, SRU – *Plano de gestão: centro histórico do Porto património mundial*, p. 48.

<sup>132</sup> PORTO. Câmara Municipal; PORTO VIVO, SRU – *Plano de gestão: centro histórico do Porto património mundial*, p. 44.

<sup>133</sup> Vide plantas em Anexo 7.

reparação potencialmente advindos da aplicação da dita zona, abalando o planeamento e ordenamento constante do seu PDM, e potenciando a declaração de nulidade de licenças, de autorizações e comunicações prévias já admitidas, com consequentes indemnizações...»<sup>134</sup>. Para o arquiteto Rui Loza, antigo diretor do CRUARB, esta questão é de extrema relevância e urge ser resolvida, uma vez que, segundo refere, «se Gaia deixasse demolir as caves [do Vinho do Porto], o Porto perdia a classificação da UNESCO»<sup>135</sup>. Isto num contexto em que os processos de armazenamento e envelhecimento do vinho mudaram, deixando grande parte das caves sem utilização e expostas a alterações arquitetónicas profundas de adaptação a novas funcionalidades. No entanto, ao que parece, segundo notícias publicadas no *website* do município de Vila Nova de Gaia, o objetivo da Câmara passa por levar à inclusão do centro histórico gaiense na área inscrita na lista da UNESCO<sup>136</sup>, corrigindo assim aquilo que diz ser «os erros do passado»<sup>137</sup>. Talvez por este motivo foi já apresentada, junto do Comité do Património Mundial da UNESCO, uma proposta de alteração do nome do bem inscrito *Centro Histórico do Porto* para *Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar*<sup>138</sup>, procurando destacar estes dois últimos elementos que, efetivamente, estão localizados em Vila Nova de Gaia, ainda que o primeiro apenas parcialmente.

Enquanto durar a contenda, a proteção à envolvente do centro histórico do Porto é assegurada pela existência de uma outra classificação, de nome *Zona Histórica do Porto*, definida como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto n.º 67/97, de 31 de dezembro. Esta área classificada não tem, porém, a mesma extensão que a zona de proteção suspensa, nem tampouco abrange o lado de Vila Nova de Gaia<sup>139</sup>.

---

<sup>134</sup> TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO DO NORTE – *Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte* [Em linha]. [Consult. 1 de maio de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.dgsi.pt/jtcn.nsf/89d1c0288c2dd49c802575c8003279c7/7b795f3de177121b8025785d0041e1e4?OpenDocument>>.

<sup>135</sup> SE GAIA deixasse demolir as caves o Porto perdia classificação da Unesco. [Em linha]. [Consult. 1 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.jn.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Porto&Concelho=Vila%20Nova%20de%20Gaia&Option=Interior&content\\_id=4477996&page=1](http://www.jn.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Porto&Concelho=Vila%20Nova%20de%20Gaia&Option=Interior&content_id=4477996&page=1)>.

<sup>136</sup> VILA NOVA DE GAIA. Câmara Municipal – *Gaia prepara património mundial* [Em linha]. [Consult. 15 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.cm-gaia.pt/portais/cm/Noticia.aspx?contentid=F696809F81CO&categoryOID=E8818080808980GC>>.

<sup>137</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>138</sup> Cf. PORTO VIVO, SRU – *Centro Histórico do Porto poderá ter novo nome* [Em linha]. [Consult. 31 de maio de 2015]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.portovivosru.pt/morro\\_se/verNoticia.php?m=5&id\\_not=99&pagina=1](http://www.portovivosru.pt/morro_se/verNoticia.php?m=5&id_not=99&pagina=1)>.

<sup>139</sup> Conforme vimos já no Anexo 6.

## 4 – Estado da Arte

A partir da publicação da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, por meio do artigo 15.º, n.º 7, os bens culturais imóveis incluídos na lista do património mundial passam a integrar a «lista dos bens classificados como de interesse nacional»<sup>140</sup>. Deste modo, o centro histórico do Porto adquire uma nova classificação, passando a designar-se como *monumento nacional*, segundo o n.º 3 do mesmo artigo. É por este motivo que, como já referido anteriormente, existem duas classificações distintas para uma área bastante similar: a da *Zona Histórica do Porto* (Imóvel de Interesse Público, desde 1997) e a do *Centro Histórico do Porto* (Monumento Nacional, desde 2001).

Esta é apenas uma das grandes mudanças ocorridas nos 18 anos que passaram desde a inscrição do centro histórico do Porto na Lista do Património Mundial da UNESCO. Atualmente, o centro histórico é uma *marca* da cidade, a sua principal atração turística<sup>141</sup>. Os números do turismo batem recordes de ano para ano<sup>142</sup>. Em 2012 e 2014, a cidade vence a competição *European Best Destination* (Destino Europeu do Ano), promovida pela *European Consumers Choice*, o que lhe garante uma ampla divulgação a nível internacional<sup>143</sup>. O novo terminal de cruzeiros do Porto de Leixões, este ano inaugurado, promete impulsionar o fluxo de visitantes que chega por via marítima. Fruto desta efervescência, multiplicam-se os hotéis e os estabelecimentos de alojamento local como os *hostels*. Inúmeros edifícios têm sido reabilitados, mas convertidos exclusivamente para estas funções, colocando em causa a sua utilização futura.

É verdade que grandes manchas de tecido urbano foram já recuperadas, reconhecendo-se hoje o mérito desse processo, sobretudo relativamente ao trabalho do CRUARB, nas operações de Miragaia e Vitória e no *Projeto-piloto Urbano do Bairro da Sé*, onde imperavam gravíssimos problemas sociais. Também o programa *Porto 2001: Capital Europeia da Cultura* vem trazer nova vida à cidade e ao seu centro histórico, com um forte investimento na recuperação do espaço público e em equipamentos como o Funicular dos Guindais, a que se seguiria a afirmação do Metro

<sup>140</sup> LEI n.º 107/2001 de 8 de setembro. *D. R. I Série A*. N.º 209 (2001 – 09 – 08) p. 5811.

<sup>141</sup> Recentemente a marca *Coca-Cola* utilizou o centro histórico do Porto nas suas latas. *Vide* NETO, Rita – *Coca-Cola põe o Porto numa lata*. [Em linha]. [Consult. 26 de maio de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.publico.pt/local/noticia/cocacola-poe-o-porto-numa-lata-1696902>>.

<sup>142</sup> Cf. PORTO. Câmara Municipal – *Melhor ano de sempre do turismo no Porto* [Em linha]. [Consult. 31 de maio de 2015]. Disponível na Internet: <URL:<http://www.porto.pt/noticias/mais-de-26-milhoes-de-dormidas-de-turistas-registadas-no-porto-e-norte-durante-os-primeiros-dez-mes>>.

<sup>143</sup> Embora seja de realçar a campanha realizada pela Câmara Municipal no apelo ao voto.

do Porto. Por outro lado, são conhecidos e amplamente criticados determinados processos de reabilitação, entre os quais se destaca o do quarteirão das Cardosas, que esteve até na origem da realização, pelo ICOMOS-Portugal, do seminário *Porto Património Mundial: boas práticas em reabilitação urbana*, a 25 de outubro de 2013, com o envio de relatórios à UNESCO<sup>144</sup> e com a introdução de termos até então ausentes do léxico patrimonial portuense, como a *gentrificação*<sup>145</sup>.

Os dados mais recentes que conseguimos obter indicam que, em 2010, 34% do edificado desta área urbana achava-se «em mau ou muito mau estado de conservação, necessitando de intervenções muito profundas»<sup>146</sup>, e 51% requeria pequenas ou médias reparações. Notícias vindas a público em março deste ano dão conta, porém, que a percentagem do edificado em mau ou muito mau estado encontra-se agora nos 24%, o que, a confirmar-se, representa uma descida de 10% em 5 anos<sup>147</sup>. Outros projetos de reabilitação, como o do Morro da Sé, estão há muito prometidos.

O Porto é hoje uma marca firmada internacionalmente, conforme demonstrado pela forte aposta numa imagem gráfica da cidade, que tem conquistado alguns dos maiores prémios no mundo do *design* e do *branding*, nomeadamente nos *D&AD Awards 2015* e nos *European Design Awards 2015*<sup>148</sup>. O centro histórico encontra-se inscrito nesta marca, sendo sua parte fundamental. Neste sentido, a programação do património cultural assume uma enorme relevância, tanto ao nível do trabalho e envolvimento com a comunidade local, como ao nível da atracção turística e do desenvolvimento económico. Isso mesmo demonstra o *Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto*, ao reservar, num capítulo específico para as áreas do *Turismo*, *Programação Cultural e Indústrias Criativas*, um espaço considerável para os eventos

---

<sup>144</sup> Cf. CARVALHO, Patrícia – *Relatório do Icomos-Portugal arrasa intervenção nas Cardosas do Porto* [Em linha]. [Consult. 31 de maio de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.publico.pt/local/noticia/relatorio-do-icomosportugal-arrasa-intervencao-nas-cardosas-do-porto-1589749>>.

<sup>145</sup> Do inglês *gentrification*, diz-se do processo a partir do qual a valorização de um determinado lugar obriga à saída das populações com baixos rendimentos, e à sua substituição por classes sociais favorecidas.

<sup>146</sup> PORTO VIVO, SRU – *Delimitação da área de reabilitação urbana do centro histórico do Porto em instrumento próprio*, p. 15.

<sup>147</sup> CARVALHO, Patrícia – *Casas em bom estado já ultrapassaram aquelas em mau estado no centro histórico do Porto* [Em linha]. [Consult. 31 de maio de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.publico.pt/local/noticia/casas-em-bom-estado-ja-ultrapassaram-aquelas-em-mau-estado-do-centro-historico-do-porto-1689088>>.

<sup>148</sup> PORTO. Câmara Municipal – *Marca “Porto Ponto” distinguida como a melhor de 2014 na Europa* [Em linha]. [Consult. 1 de junho de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.porto.pt/noticias/marca-porto-ponto-distinguida-como-a-melhor-de-2014-ba-europa>>.



relacionados com as tradições e o património cultural da cidade. Entre esses eventos encontra-se o *Dia Nacional dos Centros Históricos*<sup>149</sup>, que a partir daqui analisamos.

---

<sup>149</sup> Cf. PORTO. Câmara Municipal; PORTO VIVO, SRU – *Plano de gestão: centro histórico do Porto património mundial*, p. 129.



# Capítulo IV – O Dia Nacional dos Centros Históricos

## 1 – Enquadramento

No último quartel do século XX são criadas as primeiras iniciativas públicas de grande impacto a nível internacional, com o objetivo de sensibilizar e chamar a atenção do público em geral para a importância e as questões do património cultural. A primeira grande campanha surge por iniciativa do Conselho da Europa, que declara o ano de 1975 como *Ano Europeu do Património Arquitectónico*. Nesse âmbito, são levadas a cabo ações de sensibilização da opinião pública para «os valores insubstituíveis do património»<sup>150</sup> e para a importância da sua salvaguarda.

«O “Ano Europeu do património Arquitectural” 1975 (...) trata-se de uma campanha, a empreender ao longo de três anos, que visa trazer ao conhecimento geral o património arquitectural enquanto elemento determinante da qualidade de vida e levar ao melhoramento da conservação deste património. Dirigindo-se aos poderes públicos a todos os níveis, aos meios profissionais interessados e ao grande público esta campanha deve culminar em 1975, intitulando-se “Ano Europeu do Património Cultural”. Deverá marcar o princípio dum vasto movimento a favor da conservação e da restauração deste património»<sup>151</sup>.

Desta campanha resultam importantes iniciativas como a *Carta Europeia do Património Arquitectónico*, adotada em Estrasburgo a 26 de setembro de 1975, e o *Congresso sobre o Património Arquitectónico Europeu*, em outubro do mesmo ano, Amesterdão (do qual resulta a *Declaração de Amesterdão*).

Desde então, outras iniciativas seguiram-se, à medida que as temáticas do património tornavam-se cada vez mais discutidas publicamente e acompanhando a tendência de alargamento do espectro da patrimonialização. Em 1977, o Conselho Internacional dos Museus (ICOM) instituiu o *Dia Internacional dos Museus*, celebrado anualmente a 18 de maio, com o objetivo de promover estas instituições, o seu papel

---

<sup>150</sup> HENRIQUES, Eduardo Brites – *O Património nas políticas territoriais* [Em linha]. [Consult. 27 de agosto de 2015]. Disponível na Internet: <URL:[http://www.apgeo.pt/files/docs/CD\\_V\\_Congresso\\_APG/web/pdf/E5\\_14Out\\_Eduardo%20Brito%20Henriques.pdf](http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_V_Congresso_APG/web/pdf/E5_14Out_Eduardo%20Brito%20Henriques.pdf)>.

<sup>151</sup> COMISSÃO EUROPEIA – *Recomendação da Comissão, de 20 de Dezembro de 1974, aos Estados-membros relativa à protecção do património arquitectural e natural* [Em linha]. [Consult. 11 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:31975H0065>>.

na sociedade e os seus profissionais<sup>152</sup>. Assim, todos os anos, até hoje, o ICOM tem vindo a definir um tema específico sobre o qual os museus associados desenvolvem a sua programação neste dia. Outros possíveis exemplos a apontar são o *Ano Europeu da Reabilitação Urbana* (1980) e o *Ano Europeu do Renascimento das Cidades* (1981), estes já com uma incidência óbvia sobre a importância das cidades e daquilo que é objeto de trabalho deste relatório: a temática dos *centros históricos*.

Em 1982, o Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS) propõe a criação do *Dia Internacional dos Monumentos e Sítios* (18 de abril), aprovado pela UNESCO no ano seguinte, com o objetivo de alertar para a diversidade do património cultural, para a sua vulnerabilidade e necessidades específicas<sup>153</sup>. Desta forma, tal como acontece no Dia Internacional dos Museus, é anualmente definido um tema, neste caso pelo ICOMOS, que serve de mote ao trabalho das entidades que a este evento se associam.

E não ficaria por aqui. Em 1984 realizam-se em França as primeiras *Journées Portes Ouvertes*, uma iniciativa do Ministério da Cultura desse país, que pretendia promover a visita do público em geral ao património, com especial destaque para os locais que habitualmente não estão acessíveis. No ano seguinte, em Granada, na 2.<sup>a</sup> Conferência Europeia dos Ministros responsáveis pelo Património Arquitetónico, o Ministro da Cultura francês propõe o alargamento da iniciativa pelo Conselho da Europa, o que acontece em setembro de 1991, com os primeiros *European Heritage Days*, em português, *Jornadas Europeias do Património*. Esta iniciativa passaria a contar, a partir de 1999, com o apoio da Comissão Europeia, sendo hoje o projeto cultural europeu que maior valor económico gera, estimando-se que movimente cerca de vinte milhões de *visitantes* anualmente, nos 50 Estados aderentes<sup>154</sup>.

É inegável a influência que todas estas iniciativas têm para a criação do Dia Nacional dos Centros Históricos, sobretudo as Jornadas Europeias do Património, cuja leitura dos seus objetivos e princípios aqui recomendamos ao leitor mais interessado. Exemplos posteriores poderiam ser apontados, como é talvez o caso mais flagrante do

---

<sup>152</sup> ICOM – *International Museum Day* [Em linha]. [Consult. 11 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://icom.museum/events/international-museum-day/>>.

<sup>153</sup> Cf. ICOMOS – *18 April: History* [Em linha]. [Consult. 11 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.icomos.org/en/what-we-do/focus/18-april-international-day-for-monuments-and-sites/18-april-history>>.

<sup>154</sup> Cf. CONSELHO DA EUROPA – *About the European Heritage Days* [Em linha]. [Consult. 11 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.europeanheritagedays.com/Home/Content-page.aspx?id=33da673f-1180-4d50-ab55-db80f6b13d15>>.

*Ano Internacional do Património Cultural*, declarado pela UNESCO em 2002<sup>155</sup>. Mesmo neste ano (2015), encontra-se a decorrer a campanha do *Ano Europeu do Património Industrial e Técnico*, por iniciativa do Conselho da Europa e da *Federação Europeia das Associações de Património Industrial e Técnico* (E-FAITH), que pretende assinalar também os 40 anos do Ano Europeu do Património Arquitetónico. Portugal integra ainda o grupo de países ibero-americanos que participam na *Década do Património Museológico* (2012 - 2022)

## 2 – Descrição da Iniciativa

### 2.1 - Fundamentação

O Dia Nacional dos Centros Históricos encontra a sua fundamentação teórica em alguns documentos internacionais, nomeadamente na Carta Europeia do Património Arquitetónico (1975), que aponta, no seu artigo 5.º, o valor educativo determinante deste tipo de património e a importância da imagem e do contacto direto com o mesmo para a formação do Homem, sobretudo entre as gerações mais jovens, que amanhã terão responsabilidades sobre ele<sup>156</sup>. Também a *Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico*, igualmente conhecida como *Convenção de Granada*, resultante da 2.ª Conferência Europeia dos Ministros Responsáveis pelo Património Arquitetónico, de 1985, propõe, no artigo 15.º, a valorização «do património arquitetónico junto da opinião pública, quer como elemento de identidade cultural, quer como fonte de inspiração e de criatividade das gerações presentes e futuras»<sup>157</sup>. Exorta ainda a que sejam promovidas políticas de informação e de sensibilização, com «auxílio de técnicas modernas de difusão e de promoção»<sup>158</sup>, tendo como objetivos:

---

<sup>155</sup> Ano seguinte à destruição dos Budas de Bamiyan, no Afeganistão. Assinala também os 30 anos da Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural.

<sup>156</sup> IDEM – *Carta Europeia do Património Arquitectónico* [Em linha]. [Consult. 7 de maio de 2015]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/carta\\_europeia\\_patrimonioarquitectonico1975.pdf](http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/carta_europeia_patrimonioarquitectonico1975.pdf)>.

<sup>157</sup> CONFERÊNCIA EUROPEIA DOS MINISTROS RESPONSÁVEIS PELO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO, 2, Granada, 1985 – *Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico* [Em linha]. [Consult. 11 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/granada.pdf>>.

<sup>158</sup> IDEM, *Ibidem*.

«a) Despertar ou desenvolver a sensibilidade do público, a partir da idade escolar, para a protecção do património, qualidade do ambiente edificado e expressão arquitectónica;

b) Realçar a unidade do património cultural e dos laços existentes entre a arquitectura, as artes, as tradições populares e modos de vida, à escala europeia, nacional ou regional»<sup>159</sup>.

A *Resolução n.º 2*, parte *C*, da mesma conferência de ministros, aponta para a necessidade de apoio aos proprietários dos monumentos e sítios, para que abram as suas propriedades e as tornem acessíveis ao público. Incentiva ainda os ministros a tirar vantagem do património cultural enquanto recurso para o turismo, com relevante impacto económico direto e indireto. Para tal, sugere «o desenvolvimento de ações concertadas entre as autoridades públicas, as empresas privadas e as associações voluntárias» (tradução nossa)<sup>160</sup>.

Desta conferência em Granada resultam, assim, as principais fundamentações para iniciativas que surgiriam posteriormente, como as Jornadas Europeias do Património e o Dia Nacional dos Centros Históricos, tendo por base, em suma:

- O fator educativo (da educação para o património), sobretudo entre as gerações mais jovens;
- O princípio da democracia cultural, promovendo a participação e a fruição do património pelas pessoas;
- O princípio da democratização da cultura, favorecendo a acessibilidade, por meio de condições especiais ou com a abertura de espaços normalmente inacessíveis;
- O fomento do turismo como motor económico;
- O trabalho em rede e as parcerias entre diferentes entidades.

Através da *Resolução n.º 3*, parte *C.b*, da 3.<sup>a</sup> Conferência de Ministros responsáveis pelo Património Cultural (Malta, 16-17 de janeiro, 1992), podemos perceber o quanto este tipo de iniciativas agradava ao Conselho da Europa, quando refere que projetos como as *European Heritage Classes*<sup>161</sup>, as Rotas Culturais Europeias<sup>162</sup> e os Dias Europeus do Património iriam contribuir em grande medida

---

<sup>159</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>160</sup> IDEM – *Second European Conference of Ministers responsible for the Architectural Heritage: resolutions of the conference* [Em linha]. [Consult. 11 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL:[http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/Resources/Texts/Conf2\\_EN.pdf](http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/Resources/Texts/Conf2_EN.pdf)>.

<sup>161</sup> Não encontramos qualquer tradução deste projeto em português.

<sup>162</sup> De que são exemplos as Rotas do Volfrâmio na Europa, a Rota Europeia da Cerâmica, a Rota Europeia dos Cemitérios, a Rota Cultural Europeia da Transromânica (na qual se integra a conhecida Rota do Românico), entre muitas outras.

para o *despertar de consciências* entre os jovens europeus e o público em geral<sup>163</sup>. No ano seguinte ao da realização desta conferência teria lugar a primeira edição do Dia Nacional dos Centros Históricos.

## 2.2 – Descrição e Implementação no Porto

O Dia Nacional dos Centros Históricos é uma iniciativa anual criada em 1993 pela *Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico (APMCH)*<sup>164</sup>. A data escolhida para as comemorações – 28 de março – assinala o aniversário do nascimento de Alexandre Herculano – nascido em Lisboa a 28 de março de 1810 –, homenageando, assim, um dos percursores do estudo e da proteção do património em Portugal, dentro das ideias vigentes no século XIX<sup>165</sup>.

«Ao instituir o “Dia Nacional dos Centros Históricos Portugueses”, na data do aniversário natalício de Alexandre Herculano, o Governo e a APMCH quiseram homenagear, de forma “perene”, o espírito e a obra do “escritor de bronze que dignificou a língua, do historiador que renovou os métodos para a averiguação do passado e do homem de carácter que modelou um tipo de cidadania que muitos tomam ainda como espelho”»<sup>166</sup>.

O objetivo da criação desta data foi o de «lançar, a nível nacional, uma campanha de sensibilização para o problema da recuperação social, cultural e imobiliária das zonas históricas dos nossos municípios»<sup>167</sup>. Assim, anualmente, a

---

<sup>163</sup> Cf. CONFERÊNCIA EUROPEIA DOS MINISTROS RESPONSÁVEIS PELO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO, 3, Malta, 1992 – *Third European Conference of Ministers responsible for the Cultural Heritage: resolutions of the conference* [Em linha]. [Consult. 12 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL:[http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/Resources/Texts/Conf3\\_EN.pdf](http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/Resources/Texts/Conf3_EN.pdf)>.

<sup>164</sup> Em 1987 realiza-se o *I Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico*, promovido pela *Património XXI-Associação para o Desenvolvimento da Cultura*. Das conclusões desse encontro resulta a necessidade de criação da APMCH, que viria a ser fundada em Lamego, a 22 de julho de 1988. Aquando da sua fundação, contava com dezasseis municípios. Hoje, são cerca de uma centena as autarquias associadas. Tem como objetivos reunir os municípios portugueses que possuam zonas antigas merecedoras de preservação, promovendo ações de divulgação e salvaguarda desses espaços, em articulação com outras entidades que visem os mesmos objetivos. O município do Porto tornou-se associado a 18 de janeiro de 1993, segundo informação obtida por contacto telefónico com a APMCH.

<sup>165</sup> O próprio Herculano afirmava: «...fui eu, se não me engano, o primeiro que proclamei a possibilidade e a necessidade de conciliar o amor dos foros de homens livres com a veneração às tradições gloriosas e santas do passado, ao que neste havia grande e belo e que era muito». *Vide*: MOURÃO-FERREIRA, David – *Alexandre Herculano e a valorização do património cultural português*. Lisboa: Secretaria-Geral da Secretaria de Estado da Cultura, 1977, p. 7.

<sup>166</sup> APMCH – *Dia Nacional dos Centros Históricos* [Em linha]. [Consult. 12 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL:<http://www.apmch.pt/#/dia-dos-centros-histicos/czja>>.

<sup>167</sup> ÉVORA. Câmara Municipal – *Dia Nacional dos Centros Históricos: Évora e Alexandre Herculano* [Em linha]. [Consult. 27 de março de 2014]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.cm-evora.pt/pt/site->

APMCH promove as «acções encetadas pelos municípios no que toca à salvaguarda dos seus centros históricos»<sup>168</sup> e apresenta os projetos concebidos, em curso ou já concretizados neste domínio. Segundo palavras do próprio *website* da APMCH, o DNCH «tornou-se como o 10 de junho do património em Portugal»<sup>169</sup>.

Desde a institucionalização do DNCH, é anualmente designada uma autarquia para centralizar, em termos oficiais, as comemorações de tal acontecimento. Lisboa foi a primeira, em 1993, repetindo em 2001. Coimbra foi designada em 2007. O Porto, em 2003. No entanto, sobretudo desde 2008<sup>170</sup>, o município do Porto tem vindo a desenvolver uma forte aposta nesta iniciativa, com uma programação autónoma, destacada da APMCH. Haverá talvez algumas razões para este facto, desde logo: por estar o centro histórico do Porto inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO, o que só acontece com outros três municípios portugueses (Guimarães, Évora e Angra do Heroísmo); por ser o turismo uma área de forte aposta do município, que deseja afirmar-se como um destino europeu de referência, contando, para tal, com a *animação* dos seus espaços mais emblemáticos; por estar este evento – não esqueçamos – incluído no *Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto*, precisamente na parte que concerne à *programação cultural*, ao lado de eventos como o *Fantasporto – Festival Internacional de Cinema do Porto*, o *Desfile Anual de Carros Eléctricos* ou a festa de S. João.

A assumida relevância que o Dia Nacional dos Centros Históricos adquire no município do Porto espelha-se ao nível dos recursos utilizados e da programação apresentada, que não encontram paralelo em nenhum outro local. Por exemplo: desde 2011, a Câmara Municipal do Porto desenvolve, em articulação com a Divisão Municipal de Museus e Património Cultural e a Direção Municipal de Sistemas de Informação, um sítio *web* apropriado e específico para exclusivo acolhimento e divulgação da programação do Dia Nacional dos Centros Históricos<sup>171</sup>. Neste *microsite*<sup>172</sup>, as entidades parceiras procedem ao registo das suas atividades, ficando estas acessíveis ao público, sob uma plataforma centralizada de divulgação, de acesso rápido e fácil. Através de uma pesquisa pelo exemplo de outros municípios, concluímos que o Porto é o único a aplicar este recurso, pelo menos no que concerne

---

[viver/culturaepatrimonio/cultura/EquipamentosCulturaisMunicipio1/livraria-municipal/Documents/dianacionaldosCH.pdf](http://www.apmch.pt/viver/culturaepatrimonio/cultura/EquipamentosCulturaisMunicipio1/livraria-municipal/Documents/dianacionaldosCH.pdf)>.

<sup>168</sup> APMCH, cit. 166.

<sup>169</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>170</sup> Data em que adere, de facto, ao Dia Nacional dos Centros Históricos.

<sup>171</sup> Vide PORTO. Câmara Municipal – *Dia Nacional dos Centros Históricos* [Em linha]. [Consult. 28 de agosto de 2015]. Disponível na Internet: <URL:<http://centrohistorico.cm-porto.pt>>.

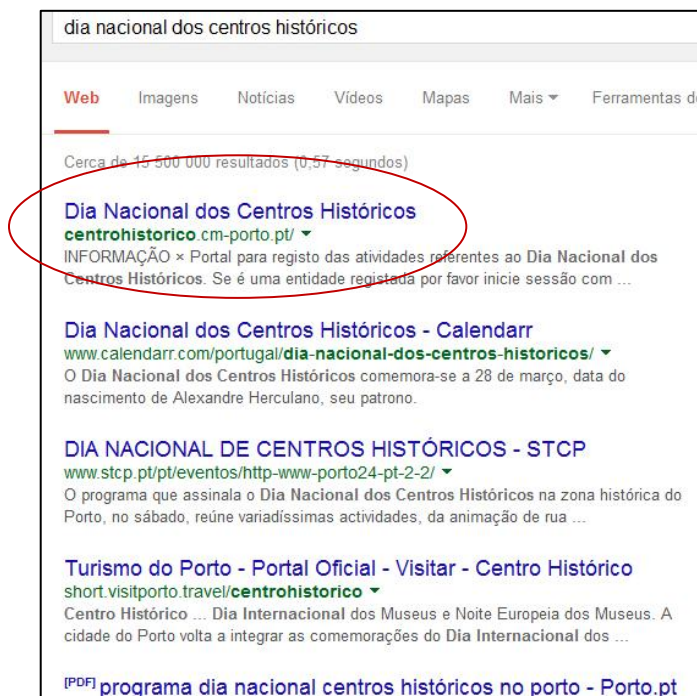
<sup>172</sup> Página *web* individual, normalmente temporária, que serve para funções muito específicas.



ao Dia Nacional dos Centros Históricos<sup>173</sup>. E se tivermos em conta que, em 2014, este *microsite* registou mais de dez mil visitas, percebemos a sua importância como ferramenta de divulgação do evento e do trabalho das entidades parceiras.

Procurando aferir o alcance do *microsite* e da aposta promocional do Dia Nacional dos Centros Históricos feita pelo município do Porto, recorremos a uma estratégia bastante simples, mas cujos resultados podem ter algum significado: um teste em motores de pesquisa da *Internet*. Através de uma pesquisa simples por *Dia Nacional dos Centros Históricos* no conhecido motor de pesquisas *Google*, verificamos que quatro dos cinco primeiros resultados fazem referência ao Porto, encontrando-se em primeiro lugar o *microsite* da CMP, conforme mostra a Figura 2.

Figura 2 - Resultados da pesquisa por *Dia Nacional dos Centros Históricos* no motor de pesquisas *Google*.



Fonte: GOOGLE – *dia nacional dos centros históricos* [Em linha]. [Consult. 15 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: [https://www.google.pt/webhp?ie=utf-8&oe=utf-8&gws\\_rd=cr&ei=yaTfVbzb\\_MsWLU8zLmcgB#q=dia+nacional+dos+centros+hist%C3%B3ricos](https://www.google.pt/webhp?ie=utf-8&oe=utf-8&gws_rd=cr&ei=yaTfVbzb_MsWLU8zLmcgB#q=dia+nacional+dos+centros+hist%C3%B3ricos)>.

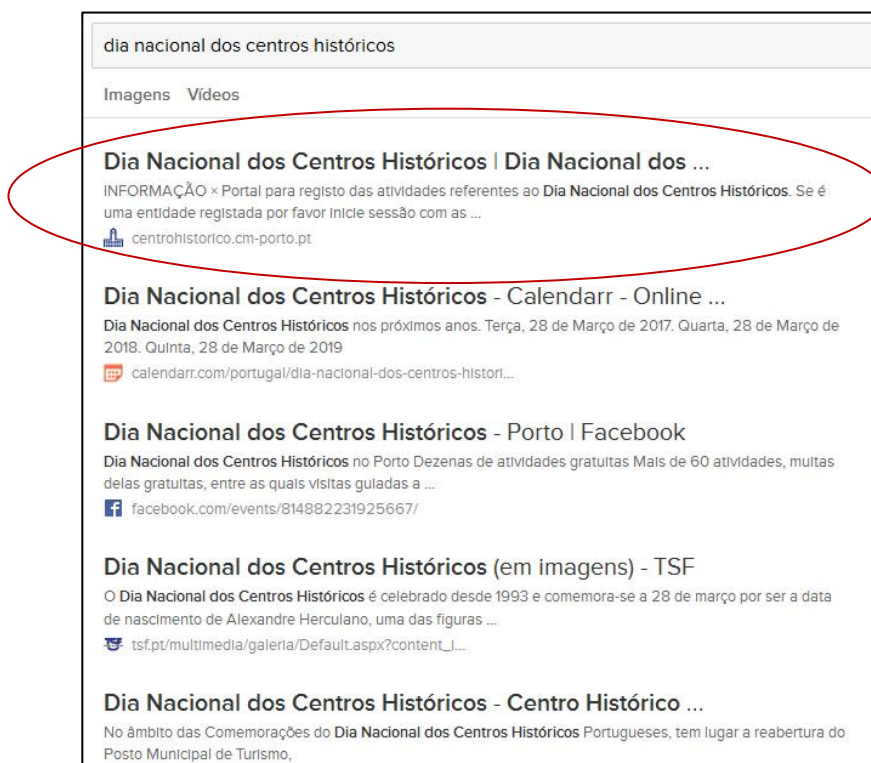
<sup>173</sup> A DGPC utiliza *microsites* para congregar a nível nacional a programação do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, do Dia Internacional dos Museus e das Jornadas Europeias do Património. Vide, respetivamente: DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL – *Programação DIMS 2015* [Em linha]. [Consult. 28 de agosto de 2015]. Disponível na Internet: <URL:<http://w3.patrimoniocultural.pt/dims/>>.

DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL – *Dia Internacional dos Museus e Noite dos Museus* [Em linha]. [Consult. 28 de agosto de 2015]. Disponível na Internet: <URL:<http://w3.patrimoniocultural.pt/museus/>>.

DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL – *Jornadas Europeias do Património 2015* [Em linha]. [Consult. 28 de agosto de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://w3.patrimoniocultural.pt/jep2015/>>.

É verdade que o *Google* responde tendo em conta diversos fatores, como a localização do utilizador (e a pesquisa foi feita no Porto), podendo os resultados ser muito diferentes noutros contextos. Por esta razão, recorremos a um outro motor de pesquisas, que não utiliza estes dados na apresentação dos resultados: o *DuckDuckGo*<sup>174</sup>. No entanto, o resultado não engana: para a mesma pesquisa simples efetuada no *Google*, é-nos devolvido, no *DuckDuckGo*, como primeiro resultado, o *microsite* da CMP. Em segundo e quarto lugar surgem referências ao Dia Nacional dos Centros Históricos num âmbito geral. Em terceiro, mais uma referência ao Porto, com o evento criado pela página de *Facebook CMP-Porto Cultura*. Só na quinta posição surge uma atividade inserida no âmbito do DNCH no município de Santarém (Vide Figura 3). Se pesquisarmos por *Dia Nacional dos Centros Históricos 2015* os resultados são ainda mais esclarecedores, encontrando-se as referências ao Porto nas quatro primeiras posições (Vide Figura 4). Uma vez mais, porém, é necessário alertar que estes resultados podem variar e alterar-se com o tempo, pelo que devem ficar limitados ao período temporal de redação deste trabalho.

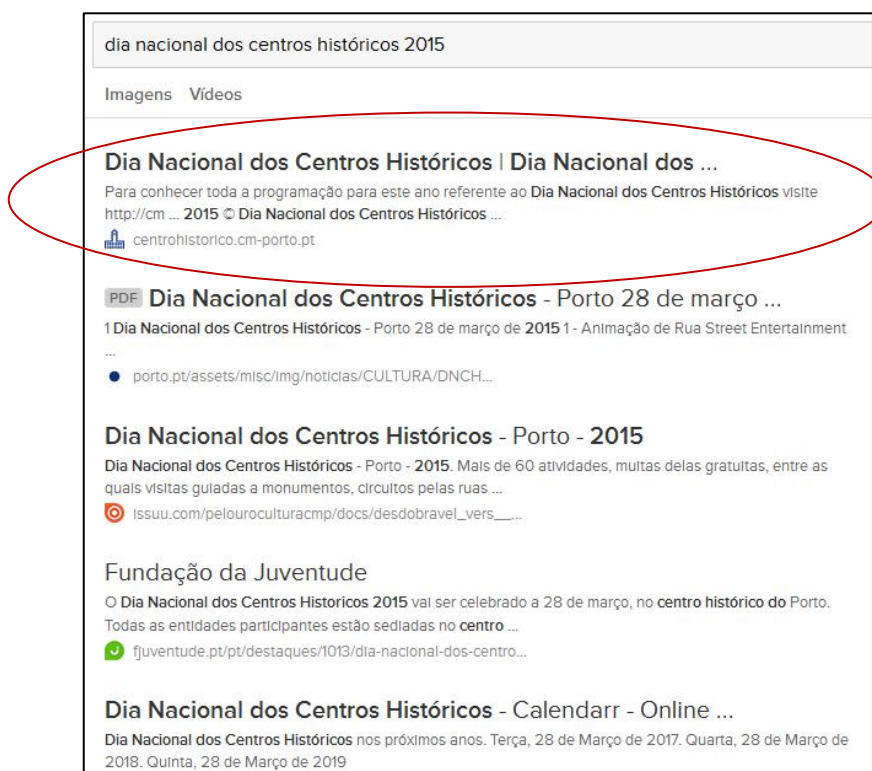
Figura 3 - Resultados da pesquisa por *Dia Nacional dos Centros Históricos* no motor de pesquisas *DuckDuckGo*.



Fonte: DUCKDUCKGO – *dia nacional dos centros históricos* [Em linha]. [Consult. 15 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <https://duckduckgo.com/?q=dia+nacional+dos+centros+hist%C3%B3ricos>>.

<sup>174</sup> «DuckDuckGo: o motor de busca que não o monitoriza», pode ler-se na página inicial. Cf. DUCKDUCKGO [Em linha]. [Consult. 15 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <https://duckduckgo.com/>>.

Figura 4 - Resultados da pesquisa por *Dia Nacional dos Centros Históricos 2015* no motor de pesquisas DuckDuckGo.



Fonte: DUCKDUCKGO – *dia nacional dos centros históricos 2015* [Em linha]. [Consult. 15 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <https://duckduckgo.com/?q=dia+nacional+dos+centros+hist%C3%B3ricos+2015>>.

Para esta disparidade, muito contribui, certamente, o grande número de atividades e entidades envolvidas no programa do DNCH no Porto. Neste ano de 2015, só no programa oficial lançado em desdobrável pela DMMPC, contavam-se mais de sessenta atividades, muitas delas repetindo em diferentes horários. Temos ainda conhecimento de outras atividades, decorridas no âmbito do DNCH 2015, que não estavam incluídas neste programa<sup>175</sup>, e que, mesmo assim, terão tido sucesso, pelo menos a nível de afluência<sup>176</sup>. Paralelamente, não encontramos qualquer outra autarquia com uma aposta equivalente. No entanto, destacamos aqui as várias atividades decorridas em diferentes locais como Silves<sup>177</sup> (um *pedipaper*, uma ação de

<sup>175</sup> Por várias razões, como o preço (uma vez que é suposto as atividades a constar no programa do DNCH serem tendencialmente gratuitas ou terem condições claramente especiais face ao habitual), por atrasos na divulgação ou até por opção das próprias entidades.

<sup>176</sup> São os casos da mostra de rua promovida pelo Espaço T-Associação Cultural ou a visita guiada promovida pelo IS CET, cuja lotação esgotou, mesmo tendo um custo de participação de 4€.

<sup>177</sup> Cf. SILVES. Câmara Municipal – *Município de Silves assinala Dia Nacional dos Centros Históricos* [Em linha]. [Consult. 23 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL:[http://www.cm-silves.pt/portalautarquico/silves/v\\_pt-PT/pagina\\_inicial/noticias/DNCHistoricos2015.htm](http://www.cm-silves.pt/portalautarquico/silves/v_pt-PT/pagina_inicial/noticias/DNCHistoricos2015.htm)>.

sensibilização e exposições), Pombal<sup>178</sup> (concerto, teatro de rua, concurso de fotografia, roteiros e atividades desportivas), Coimbra<sup>179</sup> (atividades integradas no programa *Páscoa em Coimbra*, com visitas guiadas, concerto, teatro, oficinas para crianças e exposições), Braga<sup>180</sup> (visitas guiadas a locais normalmente não acessíveis ao público e entrada livre em todos os espaços museológicos e arqueológicos municipais) e outros.

Importa ainda referir o facto de, em 2014, a CMP ter utilizado o DNCH como pretexto para a reabertura oficial do requalificado *eixo Mouzinho/Flores*<sup>181</sup>, que compreende locais emblemáticos como o Largo dos Loios, a Rua das Flores e o Largo de S. Domingos (convertidos em vias pedonais), e o que dá também nota da relevância política que este evento adquire no município do Porto.

### 3 – Alguns Factos e Números

Não é possível apresentarmos estatísticas detalhadas sobre o Dia Nacional dos Centros Históricos na cidade do Porto, visto que não existem estudos de público ou dados suficientes. Podemos, porém, tentar retirar algumas conclusões, a partir da análise aos programas e relatórios de balanço realizados desde 2009<sup>182</sup>. Também não foi possível o acesso aos orçamentos anuais do evento, uma vez que grande parte das despesas, nomeadamente a referente aos materiais de divulgação, é suportada pela empresa municipal *Porto Lazer*.

---

<sup>178</sup> Cf. POMBAL: “Dia Nacional dos Centros Históricos” vai ser assinalado [Em linha]. [Consult. 28 de agosto de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://pombal97.com/index.php?lang=pt&post=4302>>.

<sup>179</sup> Cf. NOTÍCIAS DE COIMBRA – *Páscoa em Coimbra? Sim! Com Cultura e Desporto* [Em linha]. [Consult. 23 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.noticiasdecoimbra.pt/pasco-em-coimbra-sim-com-cultura-e-desporto/>>.

<sup>180</sup> Cf. BRAGA. Câmara Municipal – *Dia Nacional dos Centros Históricos, 28 de março* [Em linha]. [Consult. 23 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.cm-braga.pt/wps/portal/publico/!ut/p/c4/04\\_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os\\_gAN0evQE8zH09TEzPnMBMTHy9jAwjQL8h2VAQAxlZWRw!!/?WCM\\_GLOBAL\\_CONTEXT=/wps/wcm/connect/cmbinfoservicos/is\\_destaque+dinamicos/is\\_gabinete+comunicacao/dia+nacional+dos+centros+historicos%2C+28+de+marco](http://www.cm-braga.pt/wps/portal/publico/!ut/p/c4/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os_gAN0evQE8zH09TEzPnMBMTHy9jAwjQL8h2VAQAxlZWRw!!/?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/wps/wcm/connect/cmbinfoservicos/is_destaque+dinamicos/is_gabinete+comunicacao/dia+nacional+dos+centros+historicos%2C+28+de+marco)>.

<sup>181</sup> Sobre o Eixo Mouzinho/Flores e o seu programa de reabilitação urbana *vide*: PORTO VIVO, SRU – *Eixo Mouzinho/Flores: território do recolhimento e do mercadejar*. Porto: Porto Vivo, SRU, 2012.

<sup>182</sup> Não foi encontrado o programa nem o relatório de balanço relativo à edição de 2008.

### 3.1 – Entidades Promotoras de Atividades

Para esta amostra foram tidas em conta apenas as entidades interlocutoras ou promotoras de atividades. Seria quase impossível apresentarmos o número total de entidades envolvidas, pois são imensas e nem sempre com uma intervenção óbvia. Assim, encontram-se aqui excluídos grupos de estabelecimentos comerciais (restaurantes, ourivesarias...) e outros intervenientes, cujo contacto foi feito por via de entidades como a *Associação de Bares da Zona Histórica do Porto* ou a *Porto Lazer* (estas, sim, incluídas)<sup>183</sup>. Integram ainda estes números as entidades municipais que participaram, como os museus, o Banco de Materiais, o Departamento Municipal de Turismo, a própria DMMPC e outras.

O quadro seguinte mostra a evolução do número de entidades promotoras de atividades no âmbito da programação do DNCH, ao longo de seis edições:

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014
N.º de Entidades	20	26	31	28	30	38

Quadro 2 - N.º de entidades promotoras de atividades por ano.

Apesar de não termos dados referentes a 2008, sabemos que a edição desse ano, a primeira realizada, teve lugar a uma sexta-feira, 28 de março, e que foi afetada pelo mau tempo meteorológico<sup>184</sup>. A edição de 2009 foi, portanto, a primeira a coincidir com um sábado, o que talvez explique o ainda fraco número de entidades envolvidas e o aumento substancial no ano seguinte, pelo sucesso da iniciativa. No ano 2011, a partir da criação do *microsite*, atinge-se um pico de 31 entidades, apenas ultrapassado em 2014, o ano do *record* turístico.

De 2009 a 2014, participaram na promoção de atividades no âmbito do DNCH cerca de 60 entidades diferentes, algumas das quais entretanto desaparecidas<sup>185</sup>.

---

<sup>183</sup> Por exemplo: o programa do DNCH 2009 anunciava um grande conjunto de estabelecimentos da área da restauração com petiscos e bebidas a um euro, iniciativa promovida pela Associação de Bares da Zona Histórica do Porto. Foi decidido não incluir estes estabelecimentos e este tipo de iniciativas nas contagens, por não ser possível contabilizar cada uma dessas entidades e por nos focarmos aqui essencialmente em atividades culturais e artísticas. Porém, a Associação de Bares da Zona Histórica do Porto integra o grupo das entidades promotoras de atividades, em representação de todos esses pequenos estabelecimentos, uma vez que constituiu uma parceria oficial do evento e foi responsável pela coordenação de todos os participantes que *angariou*.

<sup>184</sup> Cf. RIBEIRO, Amanda – *Festejos no Centro Histórico levantam questões* [Em linha]. [Consult. 25 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL:<http://jpn.up.pt/2008/03/28/festejos-no-centro-historico-levantam-questoes/>>.

<sup>185</sup> Vide Apêndice 7.

Deste conjunto, conseguimos identificar 20 entidades que participaram nas seis edições analisadas. Destaque ainda para o facto de, entre as 60 entidades identificadas, 40 encontrarem-se sediadas na área inscrita na Lista do Património Mundial da UNESCO, sendo que as restantes localizam-se nas suas imediações ou desenvolvem uma atividade frequente no centro histórico.

### 3.2 – Número de Atividades

Uma vez mais não integram esta amostra as iniciativas relacionadas com descontos e ofertas na área da restauração ou do comércio. Incluem-se, no entanto, as atividades de rua promovidas pela *Porto Lazer*, como teatros, concertos, etc., por se enquadrarem na vertente cultural/artística, pela sua dimensão e visibilidade e por constituírem já uma imagem de marca do Dia Nacional dos Centros Históricos. Integram-se ainda as atividades realizadas por entidades municipais e pela própria DMMP. As atividades repetidas em diferentes horários contam apenas uma vez.

O quadro seguinte mostra a evolução do número de atividades realizadas no âmbito da programação do DNCH, ao longo de seis edições:

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014
N.º de Atividades	27	59	62	49	47	77

Quadro 3 - N.º de atividades realizadas por ano.

Nas três primeiras edições, a evolução do número de atividades reflete o aumento do número de entidades participantes, embora em maior proporção. Isto acontece porque muitas entidades têm capacidade e disponibilidade para promover mais do que uma atividade. Em 2011, primeiro ano do *microsite*, o número de atividades ultrapassa a fasquia das seis dezenas. No programa da edição desse ano surge mesmo a indicação de *mais de 60 atividades com entrada livre*. A edição de 2011 do Dia Nacional dos Centros Históricos é particularmente forte ao nível da realização de *oficinas/workshops* e das atividades nas áreas da *multimédia* e dos *passeios*, facto que a diferencia face aos dois anos seguintes, onde este número decresce. Finalmente, em 2014 atinge-se um novo pico de atividades realizadas, em consonância com o verificado face ao número de entidades promotoras. No entanto, há que ter em conta que este foi o ano da reabertura do eixo Mouzinho/Flores, contando com uma forte aposta da *Porto Lazer* na *animação de rua*. Só nesta

categoria inserem-se 19 atividades, influenciando claramente o número total face aos anos anteriores.

Ao longo das seis edições do Dia Nacional dos Centros Históricos aqui analisadas, tiveram lugar, no total, 321 atividades, que surgem nos sucessivos programas divididas por diferentes tipologias. A tabela apresentada no Apêndice 8 pretende quantificar o número de atividades anuais, dividindo-as pelas referidas tipologias<sup>186</sup>. Com base na tabela do Apêndice 8 foi elaborado um gráfico de percentagem por cada tipo de atividade, apresentado no Apêndice 9<sup>187</sup>. Analisando os referidos elementos percebemos que as visitas guiadas constituem o *prato forte* da programação do Dia Nacional dos Centros Históricos no município do Porto, seguindo-se a *animação de rua*, embora aqui francamente inflacionada pela edição de 2014. O grupo das *visitas guiadas exteriores*, das *visitas guiadas* a monumentos/museus e das *visitas livres* constitui mesmo cerca de 40% do total da programação do Dia Nacional dos Centros Históricos nestas seis edições. Nota ainda para a relevância dos *mercados urbanos*, das atividades nas áreas da *música e dança* e das *exposições*.

### 3.3 – Nota sobre o Estudo de Públicos

Infelizmente não conseguimos apresentar números ou análises referentes ao público do Dia Nacional dos Centros Históricos, uma vez que os dados existentes nos relatórios de balanço dizem respeito apenas às atividades com necessidade de inscrição prévia, sendo certo que nem sempre quem se inscreve comparece efetivamente no dia do evento. No final de cada edição do DNCH, a DMMPC procede ao contacto com as entidades, no sentido de obter os dados referentes à participação do público em todas as atividades, mesmo as que não requeiram inscrição prévia. No entanto, muitas entidades acabam por não fornecer esses dados, por opção própria, por simples relaxamento ou até por não procederem à contagem e estudo dos seus públicos. Para além disso, deve admitir-se a dificuldade de uma operação de estudo de públicos numa área extensa e sem fronteiras reais como é centro histórico, e num evento onde participam tantas entidades de âmbitos diversos, com inúmeras atividades a decorrer em simultâneo. Exemplos dessa dificuldade são as atividades de *animação de rua*, em que o público se constitui em grande parte pelo simples

---

<sup>186</sup> Vide Apêndice 8.

<sup>187</sup> Vide Apêndice 9.

transeunte, que por momentos pára para ver o que se passa, e cuja quantificação é duvidosa. Este é, porém, um aspeto merecedor de reflexão.

Aparentemente, o número de público do DNCH tem vindo a aumentar e a acompanhar a tendência verificada no que respeita às entidades envolvidas e às atividades realizadas. Esta afirmação é feita com base em constatações como:

1. O grande número de pessoas que de ano para ano podemos ver a circular pelo centro histórico neste dia (tem o seu valor relativo, uma mera impressão visual);
2. O *feedback* das entidades parceiras, que dão conta de um progressivo aumento da afluência do público, mesmo sem o quantificarem;
3. O aumento do número de turistas, que visitam o centro histórico e automaticamente constituem um dos públicos do DNCH;
4. O aumento do número de visitantes do *microsite* DNCH: 10.703 em 2014, contra 5.157 em 2013.

A questão dos visitantes do *microsite* será talvez a mais reveladora, uma vez que, de uma edição para a outra, este número aumenta para mais do dobro, acabando por exprimir também o interesse das pessoas pelo evento ou a sua intenção de participar.



# Capítulo V – O Dia Nacional dos Centros Históricos 2015 no Porto

## 1 – Caracterização e Análise

### 1.1 – Base de Trabalho

A edição de 2015 do Dia Nacional dos Centros Históricos no Porto representa a continuação natural de um projeto que tem vindo a crescer desde 2008, atingido em 2014 um novo auge, com a reabertura do eixo Mouzinho/Flores e números recordes de atividades, entidades parceiras e públicos. Do relatório de balanço ao DNCH 2014, elaborado com a participação de todas as entidades parceiras, constavam, como recomendações para 2015, entre outras:

- A necessidade de produzir a imagem do evento e do material de distribuição (cartazes, desdobráveis, ...) com mais antecedência;
- O reforço da edição de desdobráveis e um melhor tratamento ao nível da leitura gráfica dos mesmos;
- O envolvimento da comunidade, com referência incisiva sobre os comerciantes;
- A abertura das igrejas e capelas do centro histórico no dia do evento, pois em 2014 muitas encontravam-se fechadas.

Estes seriam os fatores a ter em conta na edição de 2015 do DNCH. Os princípios seriam os mesmos dos anos anteriores: uma comemoração a decorrer ao longo de todo o dia, pretendendo levar as pessoas a conhecer o centro histórico do Porto e a participar nas múltiplas atividades culturais organizadas por diversas entidades. A DMMPC da Câmara Municipal do Porto constitui-se como promotora deste evento, com o papel de contactar as entidades, propor-lhes a realização de atividades no âmbito do Dia Nacional dos Centros Históricos e articular toda a programação numa plataforma unificada de divulgação. Para além disso, a DMMPC desenvolve uma programação própria, com visitas guiadas, conferências, oficinas, exposições, entre outras atividades.

Como critérios para constar no programa geral do DNCH, é essencial que as atividades estejam em consonância com os princípios gerais do evento<sup>188</sup>, tenham lugar na zona definida como sendo o centro histórico do Porto, ou nas suas proximidades, e que possuam um carácter tendencialmente gratuito ou com óbvias condições especiais face ao preço normalmente praticado. A edição de 2015 do DNCH seria a primeira desde 2011 em que o recurso ao *microsite* não estava garantido, permanecendo esta questão em suspenso até aos últimos instantes.

## 1.2 – Público-alvo

Não existe uma segmentação ou um perfil perfeitamente definido pela DMMPC do público-alvo do DNCH, como seria talvez de supor, tratando-se de um evento com esta dimensão e à luz das contemporâneas teorias da gestão e do *marketing*. Neste sentido é importante lembrar, aliás, que, sendo a DMMPC uma entidade pública municipal, deve procurar trabalhar sobre um espectro de públicos o mais alargado possível, cumprindo, assim, as suas responsabilidades de criação de novos públicos para a cultura e de sensibilização de toda a sociedade para a importância, o valor e as problemáticas do património e dos centros históricos.

No entanto, vimos no capítulo anterior como o Conselho da Europa direciona este tipo de iniciativas sobretudo para as *gerações mais jovens*<sup>189</sup> ou os *jovens europeus*<sup>190</sup>. O trabalho com o público jovem implica necessariamente o envolvimento dos pais ou educadores, a quem é essencial transmitir as mesmas mensagens e incentivar o investimento nos aspetos culturais da formação dos seus educandos. Por esta razão, podemos afirmar que as famílias constituem um dos principais segmentos do público-alvo do DNCH, integrando precisamente esta interligação entre jovens e adultos. Este é um dia em que famílias ou grupos se deslocam propositadamente ao centro histórico do Porto para participar nas atividades, tendo isso mesmo ficado demonstrado durante o processo de inscrição do público (nas atividades que requeriam inscrição prévia). Essa foi uma das tarefas que tivemos a oportunidade de

---

<sup>188</sup> Enunciados no Capítulo IV.

<sup>189</sup> Cf. CONSELHO DA EUROPA – *Carta Europeia do Património Arquitectónico* [Em linha]. [Consult. 7 de maio de 2015]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/carta\\_europeiapatrimonioarquitectonico1975.pdf](http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/carta_europeiapatrimonioarquitectonico1975.pdf)>.

<sup>190</sup> Cf. CONFERÊNCIA EUROPEIA DOS MINISTROS RESPONSÁVEIS PELO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO, 3, Malta, 1992 – *Third European Conference of Ministers responsible for the Cultural Heritage: resolutions of the conference* [Em linha]. [Consult. 12 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL:[http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/Resources/Texts/Conf3\\_EN.pdf](http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/Resources/Texts/Conf3_EN.pdf)>.

acompanhar e onde pudemos verificar o facto de a maioria das inscrições incluírem outras pessoas (pais, filhos, avós, amigos, ...), sendo menos frequentes as inscrições individuais.

A nível geográfico, o público do DNCH concentra-se sobretudo no concelho do Porto e nos concelhos limítrofes, onde a rede de transportes permite chegar com facilidade ao centro histórico portuense, servindo um público que conhece e visita com frequência esta zona da cidade. Também os turistas representam um dos principais segmentos de público do DNCH, a que não conseguimos traçar um perfil mas cuja relevância comprova-se, por exemplo, através da divulgação e das várias atividades bilingues (português/inglês, algumas realizadas também em português/francês). Não obstante, cada entidade participante desenvolve as suas atividades tendo em conta o seu próprio público-alvo, que pode encontrar-se bem definido ou ser simplesmente o transeunte. Esta situação acaba por conferir uma maior diversidade ao evento.

### 1.3 – Planeamento e Calendarização

No relatório de balanço do DNCH 2015 consta uma calendarização das diferentes etapas de desenvolvimento, a partir do envio da primeira circular às entidades parceiras, anunciando a reunião preparatória<sup>191</sup>. Esta é uma calendarização feita já na fase de avaliação final do evento e dirigida às entidades parceiras. O processo de desenvolvimento interno do DNCH 2015 pode ser dividido segundo as seguintes grandes etapas:

1. Pesquisa de possíveis entidades parceiras e contactos (novembro e dezembro de 2014);
2. Preparação da atividade *Igrejas e Capelas do Centro Histórico do Porto* (novembro de 2014 a março de 2015);
3. Trabalhos na plataforma digital (*microsite*) (janeiro a março de 2015);
4. Comunicação e promoção do evento (novembro de 2014 a março de 2015);
5. Dia Nacional dos Centros Históricos (28 de março de 2015);
6. Balanço e avaliação (abril e maio de 2015);

---

<sup>191</sup> Vide Anexo 8.

Cada uma destas grandes etapas divide-se em diferentes sub-etapas, a partir das quais foi constituído o cronograma do processo de desenvolvimento do evento<sup>192</sup>. Ficam de fora deste cronograma as tarefas relacionadas com a preparação da atividade *Igrejas e Capelas do Centro Histórico do Porto*, que serão abordadas no ponto 2.4 deste capítulo.

#### 1.4 – Equipa de Trabalho e Parcerias

**Equipa Interna** – Constituem esta equipa os profissionais e serviços municipais da Câmara do Porto responsáveis pelas tarefas fundamentais do processo de organização do DNCH 2015. Desde logo: a Divisão Municipal de Museus e Património Cultural, coordenadora do projeto em todas as suas etapas, da pré-produção à pós-produção, por meio de um grupo de trabalho composto pela Dr.<sup>a</sup> Isabel Osório, Dr.<sup>a</sup> Filomena Guimarães e o estagiário; a Divisão Municipal de Sistemas de Informação, a quem se deve o desenvolvimento do *microsite* DNCH; e a empresa municipal *Porto Lazer*, que, para além de promover atividades e fornecer apoio logístico, encarrega-se de grande parte do processo de divulgação do evento.

**Equipa Externa** – A edição de 2015 do DNCH é a primeira em que o município do Porto recorre, para a produção da imagem e materiais gráficos do evento, à contratação de serviços de um estúdio de *design* especializado na área do *branding*, do *webdesign* e do *design editorial*: o *Another Collective*. Nos anos anteriores, este trabalho foi realizado por alunos do 3.º ano do curso profissional de Design Gráfico, da Escola Artística e Profissional Árvore, que chegaram a estar envolvidos nesta edição, até ser decidido o recurso ao referido estúdio. Os materiais gráficos foram posteriormente impressos na *Greca-Artes Plásticas, Lda*. Estas entidades formam a equipa externa do projeto.

**Parcerias** – As parcerias constituem a condição fundamental do DNCH no Porto. Esta é uma forma de envolver as organizações e os seus profissionais no processo de valorização e promoção do centro histórico, responsabilizando-os também pela sua salvaguarda, e para que transmitam a mensagem do evento aos seus próprios

---

<sup>192</sup> Vide Apêndice 10 a 10.5.

públicos. Por outro lado, o DNCH é uma oportunidade de promoção em grande escala do trabalho de todas as entidades envolvidas, que são apresentadas igualmente, independentemente da sua forma jurídica, dimensão ou outro qualquer fator.

Como critérios para a constituição da parceria, é necessário que as entidades tenham capacidade e disponibilidade para a criação de conteúdos no âmbito do Dia Nacional dos Centros Históricos, ainda que não necessariamente apenas no campo da programação cultural<sup>193</sup>. É também condição que estejam sediadas no centro histórico do Porto ou na sua envolvente próxima, salvo nos casos em que exerçam uma atividade frequente neste lugar. Na rede de parceiros estabelecida na edição de 2015 do DNCH contam-se associações, entidades públicas e municipais, instituições de ensino, instituições religiosas, empresas privadas, fundações, entre outros.

## 1.5 – Análise SWOT

Através da *análise SWOT*, procuramos avaliar as potencialidades e limitações, internas e externas, da organização do DNCH 2015, justificando a pertinência de mais uma edição do evento. Atente-se ao facto de esta ser uma análise da nossa autoria – alheia, portanto, à equipa da DMMPC – mas que pretende responder à inexistência deste tipo de procedimentos na organização, que poderiam ajudar a detetar e prevenir diferentes situações de risco. Trata-se de uma análise que resulta das observações e dos conhecimentos adquiridos ao longo do estágio e, ainda que esta, em particular, tenha sido realizada já numa fase posterior ao evento, constitui uma prática que poderia e deveria estar presente na preparação da próxima edição do DNCH.

### Pontos Fortes:

- Equipa de trabalho com vasta experiência na organização deste e de outros eventos semelhantes, como as Jornadas Europeias do Património, Dia Internacional dos Monumentos e Sítios etc.;
- Evento inscrito no *Plano de Gestão* do centro histórico do Porto, garante de apoio político para a sua realização;

---

<sup>193</sup> Em 2014, por exemplo, uma entidade parceira desenvolveu uma aplicação que permitia consultar toda a programação do evento no *smartphone*. Em 2015 não foi possível contar com a mesma parceria.

- Evento já consolidado na agenda cultural anual da cidade, imediatamente reconhecido por grande parte do público;
- Atividades gratuitas ou com condições especiais face ao preço normalmente praticado;
- Disponibilidade de uma grande rede de contactos;
- Evento divulgado por todas as entidades parceiras, o que permite chegar a um grande número de público;
- Capacidade de chegar a diferentes segmentos de público, por via dos diferentes tipos de atividades organizadas pelas diversas entidades;
- Primeira edição em que é possível apostar numa equipa profissional de *design* e *branding*;
- Disponibilidade orçamental;
- O facto de ser um organismo municipal a organizar o evento, permite ultrapassar barreiras dificilmente transponíveis para uma entidade privada<sup>194</sup>.

#### **Pontos Fracos:**

- Equipa sobrecarregada com a programação, em paralelo, do ciclo *Um Objeto e Seus Discursos por Semana*;
- Indisponibilidade do *microsite* para o processo de divulgação do evento, pela primeira vez desde 2011;
- Dependência do estabelecimento de parcerias;
- Dificuldade de comunicação com um tão grande número de entidades envolvidas;
- Pouca capacidade de controlo das atividades ou dos acontecimentos no dia do evento;
- Grande dependência das condições meteorológicas;
- Muitas atividades com lotação limitada;
- Concentração de parceiros e atividades no centro histórico deixa de fora entidades que podem ter interesse em participar.

---

<sup>194</sup> Falamos aqui de questões legais, como licenciamentos de utilização ou ocupação de via pública, logística, policiamento e limpeza, a divulgação em espaços municipais privilegiados ou mesmo a capacidade de envolver tantas organizações diferentes, algumas até concorrentes entre si. Tudo isto contando com o carácter não comercial do evento (tem um carácter económico e social, sim, mas não comercial, uma vez que a Câmara não obtém qualquer tipo de receita direta do evento).

### **Oportunidades:**

- Centro histórico inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO;
- Elevado número de turistas na cidade;
- Momento de forte aposta na cultura pelo executivo municipal;
- Pouca concorrência por parte das restantes cidades da região;
- Sistema de transportes da cidade, que conflui em grande parte para o centro histórico (metro, autocarros, comboios, ...);
- Temáticas do património e dos centros históricos na ordem do dia, com vários processos de reabilitação a decorrer;
- Existência na cidade de várias instituições de ensino profissional e superior com formação nas áreas do património, cultura e artes, podendo os estudantes ser atraídos a participar;
- Dificuldade de financiamento das entidades, no contexto de crise atual, pode fomentar o seu interesse em estabelecer parcerias e participar no evento como forma de promoção.

### **Ameaças:**

- Em simultâneo com o DNCH decorre o evento *Portugal Fashion*, na Alfândega do Porto (centro histórico);
- Demasiada afluência de pessoas ao centro histórico potencia a caotização do trânsito (como efetivamente aconteceu);
- Realização do evento no sábado que antecede a semana santa, em que muitas pessoas podem estar de partida para férias;
- A existência de vários eventos do mesmo género pode provocar uma banalização dos mesmos. O Dia Internacional dos Monumentos e Sítios realiza-se no dia 18 de abril de 2015, apenas três semanas depois do DNCH;
- Inexistência no centro histórico de espaços onde grupos mais pequenos ou emergentes, sem capacidades ao nível das suas estruturas, possam desenvolver uma programação.
- A possível insatisfação de entidades exteriores ao centro histórico e não promovidas pela Câmara Municipal do Porto.

## 2 – Descrição dos Processos de Trabalho

Segue-se uma descrição dos processos de trabalho, divididos pelas diferentes etapas de organização do evento Dia Nacional dos Centros Históricos identificadas no subcapítulo anterior. Pretende-se registar aqui as tarefas realizadas durante o estágio e identificar os seus métodos de trabalho e opções, apontando já caminhos para a análise crítica e balanço final.

### 2.1 – Pesquisa de Entidades Parceiras e Contactos

A pesquisa de entidades parceiras foi seguramente uma das primeiras atividades realizadas, antecedendo o envio da primeira circular a anunciar a reunião preparatória<sup>195</sup>, e enquadrando-se num processo de análise à envolvente externa pelo qual qualquer projeto deve passar. Após 7 edições do DNCH, a base de entidades parceiras estava já constituída e consolidada, cabendo-nos o desafio de procurar novas opções ou novos perfis a acrescentar a esta rede. Como método de trabalho, foi decidida a criação de uma *base de dados* em *Microsoft Office Excel*, que agregasse todas as entidades encontradas com um perfil de possível parceiro do DNCH, registando-se aí os seus dados essenciais: nome, morada, código-postal, *email* e contacto telefónico<sup>196</sup>.

Esta identificação de novas entidades para a rede de parceiros teve por base a exploração do nosso próprio conhecimento da *vida cultural* da cidade e uma profunda pesquisa em meios como a *Internet*, em *websites* e, sobretudo, redes sociais. Estas últimas revelaram-se de uma grande utilidade para a execução desta tarefa, pois cada vez mais as organizações culturais, sobretudo as de menor dimensão e emergentes, optam por estar presentes em redes como o *Facebook*, prescindindo até de um *website*. Com isto, foram identificadas cerca de 75 entidades, contando com as habitualmente parceiras.

Só após este trabalho se procedeu ao contacto com as entidades, anunciando o evento e convidando-as para uma reunião que teve lugar no dia 2 de dezembro de 2014, na Casa Museu Guerra Junqueiro, onde foram apresentadas as linhas gerais de

---

<sup>195</sup> Enviada a 26 de novembro de 2014, conforme referido no Anexo 8.

<sup>196</sup> Vide Apêndice 11.



orientação do DNCH e a calendarização dos trabalhos. Na reunião compareceram os representantes das várias entidades interessadas em participar, expondo aí as suas ideias de programação e sugestões.

## 2.2 – Trabalhos na Plataforma Digital

Conforme já referido, a edição de 2015 do DNCH foi a primeira desde 2011 a não poder contar com o recurso ao *microsite* para divulgação do evento. Esta situação deve-se sobretudo a dois fatores: inicialmente, pela suposta não conformidade do *microsite* DNCH com a nova imagem gráfica da Câmara Municipal do Porto, situação entretanto resolvida; finalmente, por ordens superiores, que entenderam que o *microsite* não seria assim tão eficaz e que, como a Direção Municipal da Cultura e a DMMPC não dispõem de um *website* próprio, também não deveria ser criada uma página *web* para este evento. No entanto, a decisão esteve em suspenso até uma data bastante próxima da realização do DNCH.

No final, acabou por ser adotada uma solução híbrida: como as entidades parceiras estão já acostumadas ao *microsite* e na expectativa de poderem contar com este recurso para a divulgação das suas atividades, em 2015, esta ferramenta foi utilizada, mas apenas permitir a inserção e edição de dados. Assim, todas as entidades parceiras inseriram no *microsite*, como habitualmente, os dados referentes às suas atividades, contando talvez que os mesmos ficassem depois disponíveis ao público, situação que não se verificou. O *microsite* teve então a função de mero depósito ou base de dados de atividades, que nunca chegou a estar aberto para consulta e visualização pelo público, tornando-se, portanto, bastante questionável a sua utilização. Porém, este método facilitou o processo de reunião e organização das atividades, uma vez que, de outra forma, as entidades teriam que enviar os dados via *email* ou telefonicamente, para que estes fossem depois reunidos, manualmente e um a um, por alguém da equipa organizadora do evento que ficaria responsável por esta tarefa.

A plataforma digital do DNCH 2015 abriu oficialmente a 29 de janeiro de 2015, encontrando-se disponível no endereço *web*: <http://centrohistorico.cm-porto.pt/>. A cada entidade participante foi atribuído um nome de utilizador e uma senha, que davam acesso às opções de inserção e edição dos dados relativos às suas atividades, bem

como ao conteúdo inserido pelas restantes entidades, sem possibilidade de edição desse mesmo conteúdo<sup>197</sup>.

Para inserir uma atividade, o utilizador deveria proceder ao preenchimento de um formulário com os dados essenciais, como o título da atividade, a sua tipologia, data, descrição, local e número máximo ou mínimo de participantes (caso existissem)<sup>198</sup>. Um dos grandes problemas levantados ao longo deste processo tem que ver com os atrasos das entidades na definição da sua programação e na inserção dos dados das atividades na plataforma digital do DNCH. Como resposta, a 6 de fevereiro de 2015, é enviada às entidades uma circular a alargar o prazo para inserção das atividades no *microsite*. No entanto, no dia 16 de março de 2015, a menos de duas semanas do evento, estavam ainda a ser inseridas atividades, com dados por confirmar, ultrapassando-se assim todos os prazos inicialmente previstos.

Outro problema verificado foi a inexistência de uma normalização dos dados inseridos no *microsite*, sem o devido controlo do vocabulário. Tornam-se então frequentes casos de títulos escritos em maiúsculas, indicações de local incompletas, abreviadas ou com inclusão de código-postal, descrições e observações demasiado extensas e a omissão de dados importantes, como a necessidade de inscrição prévia e o contacto telefónico ou de *email*. Esta situação levantaria óbvias dificuldades no momento de transposição dos dados para o programa final, tanto em formato físico (desdobrável e cavalete com a programação), como em formato digital (programa a ser colocado *online* no *site* da Câmara). Assim, coube-nos a missão de gerir a programação inserida na plataforma digital do DNCH, verificando erros, pedindo esclarecimentos, normalizando o vocabulário e eliminando redundâncias. No final, foi gerado um relatório a partir do qual seriam trabalhados os dados a constar nos materiais de divulgação<sup>199</sup>.

### 2.3 – Plano de Comunicação

Não existe efetivamente um plano de comunicação da DMMPC para o DNCH, sendo este processo desenvolvido ainda com uma grande dose de espontaneidade e tendo por base a experiência acumulada de eventos e edições anteriores. Não

---

<sup>197</sup> Vide Apêndice 12.

<sup>198</sup> Vide Apêndice 13.

<sup>199</sup> Vide Apêndice 14 e 14.1.

pretendemos tampouco aqui construir o plano de comunicação em falta, mas sim descrever os princípios e as ações desenvolvidas no mesmo processo, que deve ser enquadrado tendo em conta os objetivos gerais do eventos e da própria DMMPC, bem como os segmentos do público-alvo atrás descritos.

### **Objetivos da Comunicação**

Constituem objetivos específicos da comunicação do DNCH:

- Divulgar as atividades a ocorrer no centro histórico neste dia;
- Promover as entidades que participam no evento;
- Promover a Câmara Municipal do Porto e os serviços municipais envolvidos.

### **Público-Alvo da Comunicação**

Como público final da comunicação do DNCH, enquadram-se os perfis ou segmentos de público anteriormente definidos. No entanto, cada entidade participante desempenha um importante papel no processo de comunicação do evento, devendo promovê-lo nos seus próprios canais, seja nos seus *websites*, redes sociais, *newsletter* de *emails* ou até por meio da distribuição dos desdobráveis que lhes são entregues. Estas entidades constituem, portanto, um público intermédio da comunicação, a partir do qual se pretende chegar com mais eficácia e em maior escala ao público final. Constituem ainda este público-alvo os órgãos de informação de âmbito regional e nacional.

### **Mensagem e Tom da Mensagem**

Para além dos valores intrínsecos à criação da data, a comunicação do DNCH pretende transmitir a imagem de uma cidade comprometida com o seu património e com uma atividade cultural *fervilhante* para quem nela vive e para quem a visita. Trata-se de uma mensagem que integra a importância do centro histórico para a cidade e dá também conta do esforço que tem vindo a ser feito na reabilitação, promoção e valorização do local. Para este efeito, o tom da mensagem, em qualquer um dos seus formatos, deve esforçar-se por combinar a imagem antiga do centro histórico com a estética contemporânea e uma adequação do local aos nossos tempos. Esta

mensagem deve ainda procurar expressar um certo tom *festivo*, convidativo à participação e à vinda das famílias ao centro histórico.

## **Imagem do Evento**

Os trabalhos de construção da imagem do evento tiveram início ainda em novembro de 2014, quando foi realizada uma reunião com os alunos do 3.º ano do curso profissional de *Design* Gráfico da Escola Artística Profissional Árvore. Aí foi proposto que todos os alunos da turma realizassem uma imagem gráfica que espelhasse o significado do evento e que pudesse ser utilizada em todos os materiais de divulgação. As propostas seriam depois analisadas, escolhendo-se apenas uma. A recompensa para o autor da imagem selecionada seria grande, já que veria a sua obra divulgada por toda a cidade e nos diversos canais de comunicação do DNCH. A 17 de dezembro de 2014 as propostas dos alunos foram apresentadas no auditório do Palacete dos Viscondes de Balsemão<sup>200</sup>.

A meio do processo, todavia, e pela primeira vez desde que a Câmara Municipal do Porto organiza este evento, optou-se por recorrer à contratação de serviços de um estúdio profissional de *design* para a realização desta tarefa. O resultado<sup>201</sup> parece espelhar perfeitamente a conciliação pretendida entre o antigo e o contemporâneo. Preferimos deixar a descrição da imagem para os seus autores:

«... procurou-se abordar a dicotomia existente entre o moderno e o clássico, a modernidade sem desdém pelo antigo [...], o que se identifica perfeitamente com o conceito do evento. Uma mancha tradicionalmente escura marca os edifícios que integram o DNCH, e é daí que surgem as cores utilizadas [...]. A imagem da frescura que associamos hoje em dia à cidade do Porto está presente na representação do mapa através da sua plasticidade, tirando partido de um grafismo alusivo aos característicos socalcos da zona do Douro. Assim, o efeito final resulta da utilização de um grafismo clássico conjugado com métodos usuais pincelados com um toque de modernidade»<sup>202</sup>.

## **Material Impresso**

Para divulgação do DNCH 2015 foram desenvolvidos os seguintes materiais impressos:

---

<sup>200</sup> Vide Apêndice 15.

<sup>201</sup> Vide Anexo 9.

<sup>202</sup> ANOTHER COLLECTIVE – *Dia Nacional dos Centros Históricos* [Em linha]. [Consult. 6 de junho de 2015]. Disponível na Internet: <URL:<http://www.anothercollective.pt/PT/projects/national-historical-centres-day-2015/>>.

- 12.000 desdobráveis A2 com a programação, para distribuição por todas as entidades parceiras e nos principais locais no dia do evento<sup>203</sup>;
- 300 cartazes A3 para distribuição por todas as entidades parceiras e postos de turismo;
- 70 *mupis*, distribuídos por vários locais da cidade;
- 6 cavaletes personalizados com a programação, distribuídos no dia do evento por locais estratégicos do centro histórico e onde decorriam atividades;
- 2 telas DNCH para estruturas *outdoor maxi*;
- 3 telas DNCH para estruturas *outdoor mini*;
- 3 placas 40x40cm para os promotores;
- 1 placa para fotografias;
- Crachás (número não apurado).

### Utilização da Internet

A indisponibilidade do *microsite* representou, inquestionavelmente, um enorme revés para a comunicação do DNCH 2015. Porém, a Internet não deixou de desempenhar um papel fundamental neste processo, por meio de múltiplos canais. Desde logo, por via do portal de notícias da própria Câmara Municipal do Porto<sup>204</sup>, onde encontramos referências ao evento em publicações dos dias 17, 25, 27 e 28 de março e na secção *Agenda*, sempre remetendo, através de uma *hiperligação*, para um documento - por nós elaborado - com toda a programação<sup>205</sup>.

Foi também realizada uma forte aposta nas redes sociais, com constantes partilhas de conteúdos e informações relativas ao DNCH 2015 na página de *Facebook CMP – Porto Cultura*<sup>206</sup>, bem como pela criação, nesta mesma rede social, de um evento específico *Dia Nacional dos Centros Históricos 2015*, a que aderiram cerca de 1.100 utilizadores, tendo muitos mais sido convidados<sup>207</sup>. Para além disto, foram enviados *emails* dirigidos a toda a *mailing list* da DMC, com o *webflyer* e uma *hiperligação* para o já referido documento com toda a programação.

<sup>203</sup> Vide Anexo 10.

<sup>204</sup> PORTO. Câmara Municipal – Porto.: *o portal de notícias do Porto*. [Em linha]. [Consult. 31 de maio de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.porto.pt/>>.

<sup>205</sup> Vide Apêndice 16.

<sup>206</sup> Página oficial da Direção Municipal da Cultura da Câmara Municipal do Porto, que conta, à data, com cerca de 11.000 seguidores. FACEBOOK – *CMP: Porto Cultura* [Em linha]. [Consult. 31 de agosto de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <https://pt-pt.facebook.com/cmportocultura>>.

<sup>207</sup> Vide Anexo 11.

Finalmente, é importante destacar a divulgação feita por todas as entidades parceiras nos seus próprios canais de comunicação na Internet, tanto nos seus *websites*, como nas suas páginas em redes sociais e *newsletters*.

## **Divulgação Via Órgãos de Comunicação Social**

Não conseguimos precisar ao certo quantas referências foram feitas ao DNCH 2015 do Porto nos órgãos de comunicação social. Contudo, os maiores destaques terão sido dados pelos jornais *Público*<sup>208</sup>, *i*, *Observador*, *JornalismoPortoNet (JPN)*, *Porto24* e pela revista *Visão*. Foram ainda encontradas referências gerais ao DNCH em órgãos de comunicação social de âmbito regional espalhados por todo o país, dando conta das comemorações em diferentes localidades.

## **2.4 – Atividade Igrejas e Capelas do Centro Histórico do Porto**

O relatório de balanço do DNCH 2014 é premonitório ao referir que no dia do evento uma boa parte das igrejas e capelas do centro histórico, com grande interesse patrimonial, estavam fechadas e inacessíveis ao público. Uma das primeiras disposições para o DNCH 2015 seria a tentativa de abrir estes espaços aos visitantes, persuadindo os presbíteros, sacristãos, irmandades, confrarias e outros responsáveis. Neste sentido, foi elaborado um inventário da arquitetura religiosa do centro histórico do Porto, a partir do qual foram identificados 25 bens que prioritariamente deveriam estar acessíveis ao público neste dia<sup>209</sup>. Do inventário constam também os dados referentes aos proprietários de cada bem identificado, com indicação de nomes, moradas e contactos de *email* e telefone, trabalho que resulta de um processo conjugado de pesquisa e de visitas aos locais. Após a realização do inventário procedeu-se à sua transposição para um mapa do centro histórico, desenvolvido em *AutoCAD* pela arquiteta Marta Cunha<sup>210</sup>.

A partir daqui uma nova ideia começa a surgir: porque não convidar estudantes a fazer, no âmbito do DNCH 2015, visitas guiadas às igrejas e capelas do centro

---

<sup>208</sup> COENTRÃO, Abel – *Dezenas de monumentos do Porto abertos à cultura no Dia dos Centros Históricos* [Em linha]. [Consult. 31 de agosto de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.publico.pt/local/noticia/dezenas-de-monumentos-do-porto-abertos-a-cultura-no-dia-dos-centros-historicos-1690461>>.

<sup>209</sup> Vide Apêndice 17.

<sup>210</sup> Vide Anexo 12.

histórico, sobretudo àquelas menos conhecidas e onde escasseiam as informações para os visitantes? Os objetivos desta iniciativa seriam: a promoção de espaços nem sempre acessíveis ao público e a divulgação dos seus valores patrimoniais; o incentivo do interesse e do gosto por este património, tanto para os estudantes como para quem visita; o envolvimento da comunidade académica das instituições de ensino superior sediadas no centro histórico; o apoio ao enriquecimento curricular dos participantes.

A proposta seria feita à Universidade Lusófona do Porto e ao Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo, que prontamente a aceitaram, dirigindo esta atividade aos estudantes dos cursos de Turismo, que regularmente realizam visitas guiadas, sobretudo no centro histórico. Porém, o calendário ia já avançado e considerou-se que dificilmente seria possível os estudantes realizarem o necessário trabalho de investigação em tão pouco tempo<sup>211</sup>. Responsabilizámo-nos então pelo desenvolvimento de *guiões* com a principal informação patrimonial sobre os bens, que seriam depois fornecidos aos estudantes participantes na atividade e complementados pela investigação autónoma dos próprios. No total foram redigidos 17 *guiões*, tendo dois ficado sem efeito pela não abertura dos locais e por falta de estudantes suficientes para cobrir todos os espaços<sup>212</sup>.

Para o cumprimento desta tarefa, a pesquisa bibliográfica teve que ser acompanhada por sucessivas visitas aos locais, que revelavam muitas vezes a desatualização dos dados, sobretudo os referentes às esculturas e painéis que haviam entretanto sido removidos, deslocados ou substituídos. Contou-se aqui com a preciosa colaboração da Dr.<sup>a</sup> Orquídea Félix, que reuniu todos os *guiões* redigidos, apontou as suas incorreções e acrescentou sugestões. Após este processo, os estudantes realizaram as suas próprias visitas aos locais, verificando as informações constantes nos *guiões* e adicionando outras possíveis referências<sup>213</sup>.

No dia do evento, vários estudantes, divididos em grupos de dois ou três, concentrados nas diferentes igrejas e capelas definidas, realizaram visitas guiadas a quem lá entrava, acabando esta atividade por ser bem-sucedida e por ter uma muito boa adesão por parte do público. Tivemos também a oportunidade de desempenhar esta tarefa, em conjunto com a orientadora do estágio, na igreja paroquial de S. Nicolau, realizando visitas em diferentes línguas (português, espanhol e inglês) para algumas dezenas de pessoas. No final cumpriram-se os propósitos de ter as igrejas e

---

<sup>211</sup> Vide cronograma de desenvolvimento da atividade em Apêndice 18.

<sup>212</sup> Vide Apêndice 19.

<sup>213</sup> Acompanhamos algumas destas visitas para responder *in situ* às questões colocadas pelos estudantes. Na visita à igreja do convento de S. Bento da Vitória tivemos o privilégio de ser guiados pelo Professor Dom Frei Geraldo Coelho Dias.

capelas do centro histórico acessíveis ao público, com informação sobre o seu valor patrimonial e envolvendo a comunidade académica local.



## Capítulo VI – Balanço e Discussão Crítica

### 1 – Alguns Elementos para a Avaliação do Evento

O ano de 2015 constitui-se definitivamente como mais um passo para a afirmação do Dia Nacional dos Centros Históricos na cidade do Porto. Isso mesmo parecem confirmar os diversos *feedbacks* emitidos pelas entidades participantes<sup>214</sup>, dando conta de uma boa ou muito boa afluência de público, da sua satisfação em ser parceiros do evento e da necessidade de terem mais atividades ou de alargar o horário no próximo ano.

Sabemos no entanto que esta edição do DNCH teve algumas limitações em relação às edições anteriores, das quais destacamos a sobrecarga da equipa de trabalho e a indisponibilidade do *microsite* para o público. A juntar a isto, os enormes atrasos na definição do programa trouxeram um claro prejuízo para a divulgação do evento, feita à pressa e concentrada praticamente na última semana. A oportunidade de, pela primeira vez, se poder contar com o recurso aos serviços de um estúdio profissional de *design*, acabou por se esbater e perder o seu efeito devido a este atraso. Basta referir que os desdobráveis com a programação foram enviados para impressão apenas no dia 19 de março e que, no dia 24 de março, a quatro dias do evento, havia ainda entidades a queixar-se de não terem recebido os materiais de divulgação. A antecipação do envio destes materiais foi mesmo uma das recomendações deixadas por alguns parceiros na reunião de balanço.

A indisponibilidade do *microsite* para o público é uma questão sobre a qual não temos muitos dados para apresentar, mas que nos parece representar um claro retrocesso na organização, sobretudo quando falamos de uma ferramenta que, em 2014, contou com 10.703 visitas, das quais cerca de 2.500 tiveram lugar no próprio dia do evento e nos dois dias anteriores. Mesmo no dia 28 de março de 2015, foram registadas 403 visitas ao *microsite* DNCH, por pessoas que certamente terão tido a desilusão de lá não encontrarem o programa, mas apenas uma plataforma fechada, direcionada para as entidades parceiras. Também estas terão visto as suas expectativas goradas, uma vez que o *microsite* representa, ou representava, sem dúvida, um dos pontos altos do processo de divulgação. A edição de 2015 do DNCH

---

<sup>214</sup> Por três diferentes vias: através de contactos por nós realizados após o evento; pelo preenchimento de um pequeno formulário de avaliação (*vide* Anexo 13); ou na reunião conjunta de balanço final.

não teve, de longe, o aproveitamento político verificado em 2014. Deixamos aberta a questão: terá sido esta uma das razões para a não exploração das potencialidades do *microsite*?

Apesar de todas estas contrariedades, conseguiu-se este ano atingir um máximo histórico de 39 entidades participantes, ultrapassando as 38 do ano anterior. Destas, cinco participaram pela primeira vez, número ainda assim baixo tendo em conta as cerca de 75 entidades identificadas durante o processo de pesquisa. Na verdade, muitas não chegaram a ser contactadas, outras acabaram por desistir a meio, como foi o caso do Grupo Musical de Miragaia. Regista-se ainda um caso de exclusão de uma entidade, pelo elevado preço da sua atividade, acima dos 20€. Dos 39 parceiros do DNCH 2015, identificamos 17 que participaram em todas as edições desde 2009.

Este retrato deve levar-nos a questionar se não tem sido promovido de ano para ano um conjunto restrito de parceiros, de certo modo monopolizador do evento. De facto, analisando o quadro de entidades parceiras do DNCH 2015<sup>215</sup>, podemos constatar que não existe um grande espaço para as organizações pequenas ou emergentes e que este é dominado por instituições perfeitamente firmadas e reputadas. Estas preenchem o programa do evento com inúmeras atividades, algumas repetidas dos anos anteriores, aproveitando a publicidade gratuita sem oferecer claras condições especiais de participação para o público e impondo até por vezes restrições, como um número muito reduzido de pessoas ou de *vouchers*. O alargamento da participação às organizações mais pequenas constitui então condição fundamental para a democratização do evento, embora devam notar-se as limitações que frequentemente estas entidades dispõem ao nível das suas estruturas físicas, às quais a DMMPC e as características do centro histórico dificilmente conseguem dar resposta. Para além disso, podemos talvez questionar-nos se será legítimo ou eticamente correto promover constantemente um certo número de entidades apenas porque se encontram ou atuam numa zona específica da cidade, excluindo tantas outras que no mesmo dia apresentam também atividades próprias ou que poderiam desenvolver uma programação interessante sobre o tema dos centros históricos, mesmo sem aí estarem localizadas.

Para além do número de entidades participantes, outro resultado positivo tem que ver com o número de atividades realizadas na edição de 2015 do DNCH, num total de 69. Este resultado deve ser valorizado, tendo em conta que apenas em 2014

---

<sup>215</sup> Vide Anexo 14.

foram realizadas mais atividades (77), mas sendo esse o ano da reabertura do eixo Mouzinho/Flores, em que houve uma forte aposta na *animação de rua*. As 69 atividades encontram-se divididas por 11 categorias, com especial destaque para as *visitas guiadas*, a *música/dança*, os *mercados urbanos* e as *oficinas/workshops*<sup>216</sup>. Também a afluência do público terá sido boa, embora não a possamos quantificar na totalidade. Destaque, entre outros, para as visitas à igreja da Misericórdia, com quase 3000 participantes, o concerto *Duo Parapente 700*, organizado pela Fundação da Juventude, com 250 participantes, ou o *Recital de Guitarra Clássica* da Irmandade das Almas de S. José das Taipas, para o qual estavam inscritas apenas 17 pessoas, acabando por comparecer 110.

Mas nem tudo correu bem no contacto com o público, sendo este, porventura, o aspeto mais criticado pelas pessoas e pelas entidades, chegando-se mesmo a receber reclamações por escrito. Isto porque, para participar em algumas atividades, era necessário levantar um *voucher* durante a semana no posto de turismo, sem que fosse feita menção no programa que este se encontrava encerrado à hora do almoço. Assim, as pessoas deslocavam-se propositadamente ao posto de turismo e encontravam-no fechado, sem que este tivesse também afixadas as horas a que voltaria a abrir. Terá este facto custado ao evento a desistência e o desagrado de algumas pessoas e, por tal, merece aqui toda a nossa atenção.

Também no Museu de Arte Sacra e Arqueologia do Seminário Maior de Nossa Senhora da Conceição foi verificada uma falha grave de coordenação, tendo o Reverendo, Padre José Alfredo, exposto o facto de apenas ter visto a lista de inscrições para as visitas guiadas no próprio dia do evento, uma vez que a mesma só foi por nós enviada na véspera, à hora do encerramento. Com isto, sucederam-se os casos de pessoas que, deslocando-se ao referido museu contando assistir a uma visita guiada, viram as suas expectativas goradas, tendo direito apenas a visitas livres, gratuitas. Para além disto, consta no programa que o horário de encerramento do mesmo museu é às 18h, quando na verdade é às 17h, não tendo sido cumprido o horário divulgado. Deve porém ser ressalvado que a todas as entidades parceiras foi pedido que confirmassem e validassem os dados inseridos na plataforma digital DNCH, antes de serem feitos os desdobráveis. Terão sido certamente questões como estas que levaram uma das entidades parceiras a declarar no relatório de balanço: «Os participantes não perceberam de que forma o serviço se processa. As pessoas

---

<sup>216</sup> Vide Apêndice 20.

não compareceram. Má organização. A não repetir»<sup>217</sup>. Infelizmente não foram dadas mais explicações.

## 2 – Recomendações e Propostas de Intervenção

Não se julgue porém que tudo foram críticas, pois houve igualmente direito a agradecimentos e elogios «pela excelente organização e divulgação do evento», ou pela promoção, «de uma forma idónea e cívica», daquilo que «de melhor a cidade tem para oferecer»<sup>218</sup>. Na reunião de balanço realizada no dia 15 de abril de 2015 as entidades parceiras mostraram, no geral, a sua satisfação e a avaliação do evento é indubitavelmente positiva. Algumas sugestões bastante interessantes foram apontadas e poderão vir a ser implementadas já na próxima edição. Foi sugerida, por exemplo, uma articulação com a Direção Municipal de Gestão da Via Pública, de forma a condicionar, no dia do evento, a circulação de veículos motorizados em alguns arruamentos. Esta não é, de facto, uma medida invulgar ou inusitada, pois acontece frequentemente noutros eventos na baixa portuense. Permitiria até evitar o trânsito caótico que se gerou, incentivar a utilização e o reforço dos transportes públicos e devolver às pessoas, ainda que por momentos, o centro histórico, contemplado no seu máximo esplendor, sem poluição visual, sonora e atmosférica.

Pareceu também consensual na reunião a ideia de que o evento tem ainda espaço para crescer, através de um aumento do número de parcerias, sem perda de qualidade do programa. Devemos contudo dar nota das imensas dificuldades verificadas para reunir todas as entidades parceiras e todas as suas atividades num mesmo desdobrável informativo. Em 2015, o desdobrável com a programação do DNCH teve já que ser aumentado para um formato A2, e uma possível expansão do número de parceiros e de atividades requereria também um maior investimento nos meios de divulgação, com a aposta, por exemplo, num programa com várias páginas e na reativação completa do *microsite*. É nosso entendimento ainda que um possível aumento do número de parcerias deveria ser acompanhado pela redução ao máximo do número de atividades pagas. Foi até sugerido que, para constar no programa do

---

<sup>217</sup> PORTO. Câmara Municipal. Divisão Municipal de Museus e Património Cultural – *Dia Nacional dos Centros Históricos 2015: relatório sintético* [projeção visual]. Diapositivo n.º 22.

<sup>218</sup> IDEM, *Ibidem*.

DNCH, as entidades parceiras deveriam reduzir em pelo menos 50% o preço dessas atividades. Só assim se tornaria este dia verdadeiramente diferente dos restantes, pois não faz sentido serem incluídas no programa atividades cujos preços em pouco ou nada se diferenciam do habitual, quando as entidades beneficiam claramente com este evento ao nível dos números de público que registam.

Outra das grandes lacunas verificadas, e sobre a qual fomos deixando alguns testemunhos ao longo deste relatório, é precisamente a falta de estudo sobre os públicos. Não será certamente habitual nos dias de hoje encontrar um evento com a dimensão que o DNCH atinge na cidade do Porto que produza um tão limitado trabalho nesta área. Podemos até tentar desresponsabilizar a organização por este facto, argumentando tratar-se de um serviço municipal, que deve trabalhar para todos, sem excluir ninguém, ou que é realmente difícil proceder a estudos de públicos num local extenso e sem fronteiras como é o centro histórico, sendo também bastante complexo o desdobramento de uma equipa da DMMPC por todas as atividades. Não nos parece, porém, que isto seja suficiente, uma vez que o conhecimento do público é fundamental para uma completa e correta avaliação do evento, bem como para a definição de novas estratégias.

A proposta de intervenção aqui apresentada passa por uma maior aposta na área do estudo dos públicos. Antes de mais, julgamos que deveria ser estabelecido um *pacto* entre a organização do evento e as entidades parceiras, em que estas se comprometiam, como condição para a sua participação, a proceder e a facultar uma contagem de público e a procurar desenvolver uma análise simples ao seu perfil, por meio da distribuição de pequenos inquéritos a uma parte dos participantes. Estes inquéritos, desenvolvidos pela DMMPC e entregues aos parceiros, deveriam ainda averiguar a satisfação do público e apontar as suas recomendações, tendo em vista o aperfeiçoamento das edições futuras. Instituições como a Fundação de Serralves recorrem, em grandes eventos como o *Serralves em Festa* ou a *Festa de Outono*, ao apoio de voluntários para esta tarefa, situação que poderia ser devidamente ponderada, no caso de existir um público interessado em colaborar a troco de experiência, um certificado de participação, apoio à deslocação e restantes condições previstas na *Lei de Bases do Enquadramento Jurídico do Voluntariado*<sup>219</sup>. Os dados recolhidos seriam depois compilados e analisados no relatório de balanço final, devendo daí resultar a adoção de novas estratégias ou tentativas de resposta às necessidades dos públicos e das entidades parceiras.

---

<sup>219</sup> LEI n.º 71/98 de 3 de novembro. *D. R. I Série A*. N.º 254 (1998 – 11 – 03) p. 5694 – 5696.

Entre os restantes aspetos que consideramos passíveis de aposta está a articulação com Vila Nova de Gaia. É importante lembrar que parte da ponte D. Luís I, bem como a Igreja e Mosteiro da Serra do Pilar, apesar de integrarem a classificação do *Centro Histórico do Porto*, pertencem já ao concelho gaiense, que pretende inscrever o seu centro histórico na área classificada como Património da Humanidade, conforme atrás demos nota<sup>220</sup>. O envolvimento de Vila Nova de Gaia e uma possível parceria entre os dois concelhos poderia ajudar a sanar a contenda que perdura em relação à zona de proteção, atualmente suspensa, e chamar à atenção para a importância que Gaia adquire na inscrição do centro histórico do Porto na Lista do Património Mundial da UNESCO, atribuindo responsabilidades conjuntas pela preservação deste bem. Ademais, poderiam os dividendos económicos resultantes desta parceria convencer o município gaiense das vantagens da preservação e da recuperação do seu centro histórico e do seu património cultural, ao invés da aposta num excesso de construção, que vai minando a unidade visual ou o «cariz panorâmico»<sup>221</sup>, tão valorizado pela UNESCO aquando da inscrição do bem na Lista do Património Mundial. A extensão do DNCH a Gaia traria ainda um enorme potencial de crescimento para o evento, a todos os níveis, tornando-o, certamente, num dos maiores acontecimentos culturais anuais da região. A complexidade desta situação não nos permite aprofundá-la aqui, pois seria necessário o desenvolvimento de um novo projeto e um longo processo de estudo e planeamento.

Finalmente, acreditamos que nas futuras edições do DNCH seria para manter a aposta na abertura das igrejas e capelas do centro histórico, com ou sem as visitas guiadas. O balanço desta atividade é francamente positivo e existe ainda potencial para crescer, uma vez que não foi conseguido, neste primeiro ano, que todos os locais desejados estivessem abertos, como foram os casos da Igreja Paroquial de S. Pedro de Miragaia, a Igreja de Nossa Senhora do Terço e Caridade, a Capela de Nossa Senhora da Esperança, a Capela-Hospício de Nossa Senhora da Silva, entre outros. De referir ainda o caso da Capela de Nossa Senhora das Verdades, privada de ser aberta ao público pelo seu estado de degradação e espoliação.

A manter-se o formato das visitas guiadas, e aumentando-se o número de igrejas e capelas abertas, será necessário o envolvimento de mais alunos ou de outras instituições de ensino. Os guiões estão feitos, podendo ser aproveitados para futuras

---

<sup>220</sup> Vide Capítulo III, ponto 3.

<sup>221</sup> PORTUGAL. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Comissão Nacional da UNESCO – *Centro Histórico do Porto* [Em linha]. [Consult. 31 de agosto de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal/centro-historico-do-porto>>.

edições do evento. No entanto, este facto não exclui a necessidade de se iniciar a produção da atividade com uma maior antecedência, dando tempo aos alunos para desenvolverem o seu próprio trabalho de investigação e de preparação. Seria igualmente interessante divulgar, no DNCH, os bons exemplos da reabilitação urbana, levando o público a visitar espaços, prédios ou até habitações, mostrando aquilo que não está visível a quem passa na rua. Esta seria uma oportunidade para os proprietários interessados valorizarem os seus imóveis, mas seria também um modo de atrair investidores e moradores para o centro histórico, numa fase em que ainda existe um grande nível de desertificação.

### 3 – Questionando o Dia Nacional dos Centros Históricos

#### 3.1 – À Luz da ‘Cidade Líquida’

Desde a sua criação, em 1993, o DNCH tem vindo a assumir-se como uma iniciativa de referência do património cultural em Portugal, cada vez com mais projeção e reconhecimento, em grande parte devido à forte aposta que o município do Porto tem feito na comemoração desta data, demarcada das iniciativas da APMCH e sem comparação com o que se verifica noutros municípios. Estando conscientes da importância que o centro histórico assume nas políticas de ordenamento territorial do município do Porto, acreditamos que a aposta no DNCH vai muito para além da simples *chamada de atenção* para a cultura e o património, mas que se encaixa na estratégia de promoção turística que tem levado ao progressivo aumento de visitantes na cidade. Isso mesmo parece ir ao encontro das palavras expostas no *site* da Câmara Municipal:

«A cultura é entendida pela Câmara Municipal do Porto como um dos pilares da sua sociedade. É fator de coesão social e *dinamizadora da economia e do turismo*»<sup>222</sup>.

É interessante considerarmos a cultura e o património cultural como fatores dinamizadores da economia e geradores de turismo, sobretudo se tivermos em linha

---

<sup>222</sup> PORTO. Câmara Municipal – *Cultura* [Em linha]. [Consult. 4 de agosto de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.cm-porto.pt/cultura>>. Itálicos nossos.

de conta que o turismo é também uma das principais causas da destruição do património a nível mundial. Este é certamente um dos grandes paradoxos dos nossos tempos, uma vez que cada vez mais nos preocupamos com a proteção e promoção do património, expondo-o igualmente à sua subversão e à mera apropriação turística. E mesmo quando a destruição causada pelo turismo não aparenta ter efeitos diretos sobre o património, podemos ver os seus efeitos indiretos. Por exemplo, nos centros históricos de cidades como o Porto e Lisboa, o tecido económico e social tem sido progressivamente substituído, dando lugar a cidades especificamente direcionadas para os turistas, e não para os moradores, onde os alojamentos temporários ocupam o lugar das antigas habitações, onde às lojas de comércio tradicional sucedem as lojas de conveniência e onde as possibilidades de rendimento fazem subir a procura imobiliária e, conseqüentemente, o seu valor<sup>223</sup>. Esta é a base do processo de *gentrificação*, que atrás já descrevemos e sobre o qual inúmeros autores se têm vindo a debruçar<sup>224</sup>.

Enquanto todos os esforços são concentrados nos centros históricos, outras zonas da cidade continuam sem encontrar motivos de atração e investimento, deixando progredir o seu estado de degradação e desertificação. No Porto, veja-se o caso flagrante da zona oriental da cidade, com um enorme potencial, ainda desaproveitado, por exemplo, ao nível do património industrial e das quintas, que poderiam constituir uma excelente alternativa ao centro histórico. Do ponto de vista da promoção turística, a reabilitação de novas zonas da cidade e a diversificação do destino *Porto* poderiam servir ao descongestionamento do centro histórico, ao alargamento do potencial de crescimento turístico e do tempo de estadia na cidade e à dinamização económica e social das zonas envolvidas. Este processo poderia até ser desenvolvido a partir da alocação de recursos provenientes da cada vez maior atividade turística da cidade, procurando compensar assim os efeitos nefastos do turismo sobre o património.

Tal condição parece integrar-se na ideia da *cidade líquida*, trazida pelo atual vereador da cultura da Câmara Municipal do Porto, Paulo Cunha e Silva, e que tem

---

<sup>223</sup> Cf. NOGUEIRA, Regina – *Lisboetas sentem-se cada vez mais acossados pelos turistas* [Em linha]. [Consult. 1 de junho de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.publico.pt/local/noticia/lisboetas-sentemse-cada-vez-mais-acossados-pelos-turistas-1697332>>.

<sup>224</sup> Veja-se, por exemplo: DIAS, Sara Joana Marques – *Uma Viagem ao “SoHo do Porto”: processos de criação identitária e gentrificação do comércio urbano em Miguel Bombarda*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009. Também: RODRIGUES, Walter – *Globalização e gentrificação: teoria e empiria. Sociologia: Problemas e Práticas* [Em linha]. Lisboa: ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. N.º 29 (1999), pp. 95-125. [Consult. 31 de agosto de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://sociologiapp.iscte.pt/pdfs/11/122.pdf>>. Entre outros.



por base a *modernidade líquida*, do sociólogo polaco Zygmunt Bauman. Para Bauman, os *tempos líquidos* que hoje vivemos justificam-se pela instabilidade e efemeridade do atual modo de vida humano, numa sociedade em que *nada é para durar*, e em que a velocidade da mudança leva o cidadão a procurar refúgio entre as «ilhas de semelhança e de igualdade, no meio do mar da diversidade e da diferença»<sup>225</sup>. Como resposta, a *cidade líquida* deve ser capaz de promover esta diferença e as experiências de partilha, numa estratégia que implica necessariamente a diversificação da oferta cultural, a diversificação de atividades, de espaços, de intervenientes e de públicos.

«A “cidade líquida”, que se multiplica em atividades, que cria e opera com a sociedade, é potenciada através de uma política de conteúdos, sabendo-se que o Porto tem já os seus templos de cultura<sup>226</sup>».

No contexto da cidade líquida, faz então todo o sentido a promoção de novas zonas da cidade, sobretudo entre aquelas que nas últimas décadas têm sido mais excluídas. O Dia Nacional dos Centros Históricos não cumpre essa função. Porém, num âmbito mais restrito, o DNCH, nos moldes em que é realizado no Porto – com dezenas de atividades a ocorrer num mesmo dia, por vezes em simultâneo, promovidas por diferentes organizações, com diferentes objetivos e para diferentes públicos, num determinado espaço urbano – parece replicar em pequena escala o conceito de *cidade líquida*, dando origem a uma espécie de *centro histórico líquido*. A eficácia desta estratégia a nível local tem sido notória e comprova-se através do crescimento anual do evento.

### 3.2 – Sobre o Calendário de Eventos Patrimoniais

São atualmente quatro as datas anuais dedicadas ao património<sup>227</sup>. Ainda que todas tenham âmbitos, promotores e temas diferentes, talvez possamos questionar até que ponto existe, ou não, uma certa banalização deste tipo de eventos, com risco de esbatimento do efeito pretendido. Esta questão é ainda mais relevante se tivermos em

---

<sup>225</sup> BAUMAN, Zygmunt – Confiança e medo na cidade. Lisboa: Relógio D’água, 2013. *Apud* SANTOS, Gonçalo – *Cidade Líquida* [Em linha]. [Consult. 1 de junho de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.dnoticias.pt/impressa/diario/opiniao/469830-cidade-liquida>>.

<sup>226</sup> PORTO. Câmara Municipal – *Cultura* [Em linha]. [Consult. 4 de agosto de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.cm-porto.pt/cultura>>.

<sup>227</sup> Conforme já assinalado: Dia Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS, 18 de abril); Dia Nacional dos Centros Históricos (APMCH, 28 de março); Dia Internacional dos Museus (ICOM, 18 de maio); Jornadas Europeias do Património (Conselho da Europa, último fim de semana de setembro).

conta que os primeiros três dias (DIMS, DNCH e DIM) estão concentrados entre abril e maio, ou seja, entre o fim do inverno e o início da primavera, facto que pode ser entendido como uma tentativa de coincidência com o *arranque* da época turística. No final de setembro, as JEP marcam o fim da *época alta* do turismo e entre o outono e o inverno não se verifica nenhum outro evento do género.

É importante referir que os moldes de organização destes quatro eventos são bastante semelhantes, sempre com uma entidade promotora (Câmara Municipal ou Direção-Geral do Património Cultural) que coordena e divulga as várias atividades que diferentes entidades realizam nestes dias. Tirando algumas exceções, também o conjunto das entidades participantes não sofre alterações substanciais, havendo um pequeno núcleo das mesmas que consegue marcar presença nos quatro eventos<sup>228</sup>. Apenas no DNCH este conjunto fica restrito a organizações localizadas no centro histórico.

A proximidade entre o DNCH (28 de março) e o DIMS (18 de abril), com apenas três semanas de diferença, ditou a necessidade de preparação do segundo evento ainda na fase de produção do DNCH, significando isto uma maior sobrecarga de trabalho e uma menor disponibilidade para ponderar e prevenir possíveis situações problemáticas. Também o DIMS e o DIM (18 de maio) distam entre si apenas um mês, tempo que não é suficiente para o desenvolvimento de uma programação própria, de qualidade, e que obriga, novamente, à quase sobreposição de tarefas.

Por isto, tornar-se-ia vantajosa a passagem de um destes eventos para a época de outono/inverno, no hiato de seis meses verificado entre as JEP e o DNCH. A dificuldade desta resolução prende-se com o facto de as datas serem definidas por organizações exteriores, independentes e de âmbito internacional, como são os casos do ICOMOS, do ICOM e do Conselho da Europa, pelo que uma tentativa autónoma, por parte da CMP, de realização de um destes eventos num outro período do ano poderia ser infrutífera ou até mal recebida. Perante isto, não conseguimos apontar uma solução exequível.

---

<sup>228</sup> O Museu dos Transportes e Comunicações, a Santa Casa da Misericórdia, a Casa do Infante e a Casa-Museu Guerra Junqueiro são alguns exemplos, entre outros, de entidades que conseguem participar nos quatro eventos (DIMS, DNCH, DIM e JEP).

### 3.3 – O Risco da ‘Folclorização’ do Património

Em 1980 é publicada a primeira edição de *A Política do Património*, de Marc Guillaume, obra ainda hoje essencial para os estudos no campo do património cultural e que culmina uma década onde são estabelecidos alguns dos princípios que atualmente regem as políticas nesta área<sup>229</sup>. Na referida obra, Guillaume aponta o dedo à *folclorização* do património cultural, enquanto «oportuna manobra de diversão e sucesso inesperado neste período de dificuldades económicas»<sup>230</sup>. O autor não deixa ainda de fazer referência ao que chama de *ano do património*<sup>231</sup>, afirmando em tom irónico:

«Há, pois, um certo tom patético no encantamento por um património constituído por alguns vestígios materiais. [...] A bomba de neutrões, já alguém o disse, simboliza à sua maneira o ano do património: destruir a vida, mas conservar o material.

[...] O ano do património vem rematar triunfalmente o triângulo edipiano começado com o da mulher e o da criança. Por que não uma década do património para atravessar a crise e tentar alcançar o III milénio com uma herança em bom estado?»<sup>232</sup>.

Mais de três décadas depois, atravessamos em 2015 o *Ano Europeu do Património Industrial* e a *Década do Património Museológico*, temos quatro datas anuais dedicadas ao património e este torna-se, efetivamente, um caso de inesperado sucesso, em período de dificuldades económicas, tal como profetizara Guillaume. A tendência ditou a proliferação deste tipo de iniciativas, até ao ponto de tornar questionável esta forma de rememoração. Sabemos, por exemplo, que, no âmbito da União Europeia, é em Portugal que se verificam algumas das menores taxas de participação em atividades culturais, segundo estudos promovidos pela Comissão Europeia<sup>233</sup>. Talvez pouco sentido faça, então, a existência de tantas datas dedicadas a temáticas do património cultural, vividas por vezes quase como uma *euforia coletiva*, quando durante os restantes períodos do ano esse mesmo património não é valorizado ou conta com tantos ou mais visitantes estrangeiros do que nacionais.

---

<sup>229</sup> Basta lembrarmos-nos, por exemplo, da *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural* da UNESCO, de 1972.

<sup>230</sup> GUILLAUME, Marc – *A Política do Património*, p. 40.

<sup>231</sup> Em 1975 tivera lugar o Ano Europeu do Património Arquitetónico e em 1980 decorria o Ano Europeu da Reabilitação Urbana.

<sup>232</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>233</sup> COMISSÃO EUROPEIA – *Cultural access and participation* [Em linha]. [Consult. 1 de setembro de 2015]. Disponível na Internet: <URL:[http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/ebs/ebs\\_399\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_399_en.pdf)>.

Segundo Paulo Cunha e Silva, esta «é uma questão de educação»<sup>234</sup>, pelo que o caminho deve passar por um trabalho permanente no campo da criação de hábitos culturais e não pontuais, para que Portugal deixe de ser um país onde «não se cultiva a Cultura»<sup>235</sup>.

Ainda que este tipo de iniciativas possam ter a potencialidade de cativar o público para uma participação mais assídua no futuro, perante as evidências, não poderíamos deixar de fazer esta observação, sobretudo quando vinda de uma referência na área e por ser complexa a explicação deste fenómeno. De facto, todos os dias e todos os anos deveriam ser do património, paralelamente sem necessidade de uma constante individualização, que parece colocar o património cultural cada vez mais numa posição de mero produto turístico, *mundo encantado* ou *parque temático*.

## **4 – Considerações sobre os Serviços do Património Cultural da CMP**

No ano de 2009, no contexto da reestruturação de pelouros encetada pelo então reeleito presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Rio, o Pelouro da Cultura, Turismo e Lazer é transformado e dividido pelos pelouros do Conhecimento e Coesão Social e do Turismo, Inovação e Lazer. A área da cultura passa a estar então sob a alçada do Pelouro do Conhecimento e Coesão Social, juntamente com as áreas da educação, ação social e ciência.

Em 2012 tem lugar um projeto levado a cabo pelo *Kaizen Institute*, visando a «melhoria contínua dos nove espaços museológicos pertencentes ao Pelouro do Conhecimento e Coesão Social da Câmara Municipal do Porto»<sup>236</sup>. Este projeto, que teve a duração de seis meses e terá custado cerca de 263 mil euros, comparticipados por fundos comunitários do Quadro de Referência Estratégica Nacional, visava «o

---

<sup>234</sup> SILVA, Paulo Cunha e. *Apud* CARVALHO, Cláudia Lima – *Porque continuamos a não consumir Cultura?* [Em linha]. [Consult. 1 de setembro de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.publico.pt/culturaipilon/noticia/quando-foi-a-ultima-vez-que-foi-ao-cinema-e-ao-teatro-e-ha-quanto-tempo-nao-visita-um-museu-1613057>>.

<sup>235</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>236</sup> KAIZEN INSTITUTE – *Kaizen nos Museus da Câmara Municipal do Porto* [Em linha]. [Consult. 1 de agosto de 2015]. Disponível na Internet: <URL:<http://pt2013.kaizen.com/publicacoes/enews11000.html>>.

aumento da satisfação do visitante e a melhoria da produtividade de todos os colaboradores afetos»<sup>237</sup> ao departamento dos museus, que, como vimos, encontra-se desde 1996 agregado com o departamento do património cultural sob uma mesma unidade orgânica. A dispensa de cerca de uma dezena de funcionários, «realocados a outros serviços do universo CMP»<sup>238</sup>, foi um dos pontos-chave deste projeto, que pretendeu colocar em prática «um novo modelo organizacional cujos pressupostos passam pela eliminação de tarefas sem valor acrescentado e pela centralização de tarefas comuns a todos os espaços em equipas especializadas»<sup>239</sup>.

Na verdade, este processo veio criar disfunções que ainda hoje, e cada vez mais, se fazem sentir no funcionamento da DMMPC. A saída de um grande número de funcionários afetos aos museus deixou estes equipamentos com carências de recursos humanos, colmatadas, desde 2012, através do despacho I/58132/12 da Divisão Municipal de Recursos Humanos da CMP, pelo *desvio* de técnicos superiores e assistentes técnicos de «arquitetura, história, arqueologia, psicologia ou biblioteca»<sup>240</sup>, que colocam de lado as suas funções e tarefas para, por exemplo, prestar serviços de vigilância num museu municipal ao fim de semana.

O constante escalamento de técnicos dos serviços do património da DMMPC para tarefas que não deveriam ser da sua responsabilidade e para as quais podem até nem ter competências – falamos aqui de competências de vigilância, de museologia, de capacidade para fazer visitas guiadas ou explicar determinados pormenores e até do próprio conhecimento aprofundado sobre determinado museu e tudo o que com ele se relaciona, para o qual é necessário um trabalho continuado e permanente nesse local – fomenta um sentimento de vazio profissional e descrédito, para além de não atentar a possíveis sobrecargas de trabalho nem aos transtornos pessoais das alterações de horários.

Esta situação alimenta igualmente uma clara subalternização dos serviços do património face à grande estrutura dos museus, que constantemente absorve técnicos de outras áreas. Paralelamente, verificam-se desigualdades entre serviços culturais municipais cuja estrutura é bastante menor que a dos museus e que, no entanto, contam com um maior número de técnicos, tendo, inclusivamente, aumentado a sua

---

<sup>237</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>238</sup> MARMELO, Jorge – *Nova escala nos museus municipais gera mal-estar entre os técnicos* [Em linha]. [Consult. 1 de agosto de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.publico.pt/local-porto/jornal/nova-escala-nos-museus-municipais-gera-malestar-entre-os-tecnicos-24949698>>.

<sup>239</sup> KAIZEN INSTITUTE, cit. 236.

<sup>240</sup> MARMELO, cit. 238.

equipa nos últimos anos. Esta situação de *desigualdade* era já referida num relatório técnico de 2009:

«... o desajuste funcional decorrente da manutenção da estrutura de 1996 é evidente, valorizando as estruturas municipais responsáveis pelas bibliotecas e arquivos, correspondendo cada uma a um departamento, e integrando a gestão dos museus e a gestão dos processos relativos ao património construído num mesmo departamento»<sup>241</sup>.

Perante isto os serviços do património cultural da CMP devem aspirar legitimamente a uma maior autonomia, conferida pela separação face aos museus. A transformação da DMMPC em duas divisões distintas (a do património cultural e a dos museus) não significa que estes serviços deixem de cooperar e de poder trabalhar em conjunto, mas teria como principal objetivo o reforço da atuação municipal dentro das atuais atribuições dos serviços do património cultural, podendo mesmo estas ser alargadas. Isto consubstanciar-se-ia por via de uma maior aposta nos trabalhos de arqueologia urbana (atualmente com muito pouca expressão), de identificação e inventariação de bens patrimoniais, de fiscalização de processos de obras, de monitorização urbana, de programação do património cultural, de promoção e divulgação, entre outras tarefas.

Foram vários os relatos escutados ao longo do estágio referentes ao pouco poder dos técnicos municipais para fazer valer a sua opinião nos licenciamentos de obras e a uma certa displicência por parte das chefias, fatores que têm contribuído para a multiplicação das intervenções lesivas e descaracterizadoras do edificado. A criação de uma Divisão Municipal do Património Cultural pretendia também fazer face a esta situação, por meio de um reforço de poderes e de uma melhor coordenação. Poderia este serviço iniciar ainda um trabalho sério em zonas da cidade onde as questões do património cultural não têm sido tão valorizadas, descentralizando-se do centro histórico. E por muito que esta estratégia requeira a contratação de novos funcionários, tanto para a divisão do património cultural como para a divisão dos museus, a aposta não deixaria de ter retorno a médio e longo prazo. Aliás, o atual quadro de pessoal da DMMPC encontra-se já numa elevada faixa etária, sem que existam neste momento pessoas de gerações mais jovens a quem transmitir conhecimentos e experiência. Mais grave ainda é o facto de não serem substituídos os profissionais que se reformam, perdendo-se a oportunidade de renovação das equipas e reduzindo-se assim, cada vez mais, a aposta e o investimento municipal no património cultural.

---

<sup>241</sup> PORTO. Câmara Municipal. Direção Municipal da Cultura – *Para quê um serviço municipal de património*, p. 2.

Em 2013, na sequência da eleição de Rui Moreira como novo presidente da CMP, é criado o Pelouro da Cultura, desde então liderado pelo vereador Paulo Cunha e Silva. A cultura adquire um lugar de destaque nas políticas municipais da cidade do Porto, tal como havia já adquirido durante a campanha eleitoral para as eleições autárquicas. No manifesto eleitoral da campanha de Rui Moreira, precisamente na secção relativa à cultura, podem ler-se como objetivos: «valorizar o património material e imaterial da cidade; mostrá-lo de forma diversa, exportá-lo com mais eficácia e vinculá-lo à marca Porto»<sup>242</sup>.

Muito mudou, é certo, na política cultural da cidade, sobretudo no plano artístico e contemporâneo<sup>243</sup>. Porém, ao nível da DMMPC permanecem essencialmente os mesmos problemas estruturais, pelo que não podemos afirmar que, neste âmbito, as mudanças tenham sido significativas.

## 5 – Visão Global do Estágio e Análise Crítica da Atuação

O estágio realizado na DMMPC termina com um balanço francamente positivo, tendo sido cumpridos os principais objetivos inicialmente propostos, nomeadamente: a manutenção do DNCH como um evento de referência na cidade do Porto; o aumento e a diversificação do número de entidades participantes; a realização de uma atividade própria, produzida no contexto do estágio e com o envolvimento da comunidade (*Igrejas e Capelas do Centro Histórico*); a participação ativa no máximo de atividades possíveis no âmbito da DMMPC.

Fica claro, sobretudo, que este estágio ultrapassa a mera experiência curricular, tendo sido de uma grande valia para ambas as partes, o estudante e a entidade acolhedora, conforme, aliás, foi referido pela orientadora e restante equipa. A possibilidade de desenvolvimento de um trabalho verdadeiramente útil dentro da

---

<sup>242</sup> MOREIRA, Rui – *Porto, Nosso Partido: manifesto eleitoral* [Em linha]. Porto: [s.n.], 2013, p. 17. [Consult. 14 de agosto de 2015]. Disponível na Internet: <URL: [http://issuu.com/portoomeupartido/docs/rm\\_manifestoeleitoral/17](http://issuu.com/portoomeupartido/docs/rm_manifestoeleitoral/17)>.

<sup>243</sup> Vejam-se os grandes desenvolvimentos respeitantes aos teatros municipais, o programa de arte pública, a dinamização da Galeria Municipal Almeida Garrett, o Fórum do Futuro, o novo modelo da Feira do Livro, o novo centro interpretativo da Casa do Infante, entre muitos outros exemplos possíveis. O próprio ciclo *Um Objeto e Seus Discursos por Semana* já é obra do atual executivo municipal.

DMMPCC confirma ainda a pertinência da existência de um curso de 2.º ciclo de ensino superior em gestão e programação do património cultural.

Constata-se, no terreno, que a programação do património cultural, tanto no município do Porto como um pouco por todo o país, é muitas vezes desenvolvida por profissionais e equipas que, na sua maioria, não possuem uma formação ou noções consolidadas específicas do campo da gestão, valendo-se porém da experiência adquirida ao longo de vários anos. O trabalho é feito frequentemente a um certo *sabor do vento*, mas falta um processo de planeamento que fundamente/solidifique a tomada de opções estratégicas. Neste sentido, o profissional com formação na área da gestão e programação do património cultural pode dar um enorme contributo, ocupando-se destas tarefas com novas metodologias e uma outra sensibilidade. Isso mesmo foi tentado ao longo do estágio e fica expresso, por exemplo, na base de dados de 75 possíveis entidades parceiras do DNCH, realizada a partir de uma prospeção com base num perfil previamente definido<sup>244</sup>, ou através do desenvolvimento da atividade *Igrejas e Capelas do Centro Histórico do Porto*.

Obviamente que as práticas enraizadas e a simples condição de estágio não permitiram acrescentar um vínculo mais pessoal ao trabalho desenvolvido, apesar de ter sido concedida uma grande autonomia. Exemplo disso mesmo é o facto de uma boa parte das 75 entidades registadas na base de dados ter ficado por contactar (algumas tratando-se de projetos bastante interessantes), subsistindo, no final, *apenas* 39 participantes. Também o trabalho que fica para este relatório, de compilação, sintetização e análise de um conjunto de dados e de informação que até hoje permanecia por sistematizar, pode ser útil para as futuras edições do DNCH ou de outras iniciativas semelhantes, o que mais uma vez demonstra a pertinência da formação em gestão e programação do património cultural.

Certamente que nem tudo terá sido perfeito na atuação do estágio, desde logo condicionada por uma grande inexperiência de trabalho a este nível e por certos constrangimentos, talvez naturais, que este facto traz. Fica todavia o sentimento de *missão cumprida* e a satisfação pelo desenvolvimento de um serviço útil ao município.

---

<sup>244</sup> Com este trabalho pretendia-se diversificar ao máximo o conjunto de entidades parceiras, apostando em novos projetos e em alternativas face ao grupo habitual do DNCH.



## Conclusão

O Dia Nacional dos Centros Históricos segue uma *tradição* iniciada na década de 1970, de criação de datas – anos e dias – de âmbito nacional e internacional, dedicadas à *comemoração* de temáticas específicas dentro do campo do património cultural. A ideia surge num contexto em que os conceitos de património urbano e centro histórico estão já na *ordem do dia*, após a aprovação da *Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas*, em Washington, 1987, e as primeiras inscrições na Lista do Património Mundial da UNESCO de bens com as classificações de *centro histórico*, *cidade antiga* ou *cidade histórica*. Este ponto culmina um processo de quase dois séculos, em que a *cidade*, até ao século XIX completamente excluída dos estudos históricos, adquire um valor equivalente ao de *monumento histórico*, na Carta de Veneza (1964), e conquista depois um estatuto próprio e autónomo enquanto valor patrimonial.

Será certamente legítimo questionar a proliferação deste tipo de iniciativas, a necessidade de particularização ou se não existiriam outras formas de chamar à atenção do público em geral para as problemáticas e as potencialidades do património. Poderá também ser criticável o modo como o património cultural é vendido tal e qual um produto turístico, sobretudo nestes dias, que se pretendem repletos de atividades e, talvez mais importante ainda, lotados de público, mesmo que gratuitamente ou a um preço meramente simbólico. As organizações aproveitam um enorme capital de divulgação e promoção, projeta-se a cidade, formam-se públicos, dinamiza-se a economia. No Porto, as atividades do DNCH e o próprio espírito incutido no evento chamam tanta gente às ruas do centro histórico que podemos considerar ser este o *S. João do Património*, ainda que isto nos coloque, novamente, uma série de questões éticas e deontológicas.

Devemos admitir, no entanto, que a aposta que o município do Porto tem feito neste evento, de modo totalmente autónomo face à APMCH e caso único no país, tem dado frutos e insere-se na estratégia de recuperação e promoção do centro histórico, bem inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO desde 1996. A preponderância do DNCH é assumida, por exemplo, ao nível do próprio *Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto*, onde o evento é integrado ao lado das maiores festividades da cidade.

Os dados reunidos e analisados ao longo deste relatório ilustram o crescimento e a consolidação do DNCH, a vários níveis, embora todos os anos surjam determinados fatores que beneficiam ou prejudicam a organização do evento, permitindo-lhe atingir, ou não, todo o seu potencial: a edição de 2014 do DNCH, por exemplo, é marcada por um forte aproveitamento político e pela atuação de rua; já a edição de 2015 fica limitada por uma indisponibilidade dificilmente justificável do *microsite*, nos moldes habituais de funcionamento. Este contraste mostra que a vontade política constitui uma das principais condicionantes em iniciativas do género, e podemos até ser tentados a extravasar esta conceção para domínios mais vastos da programação do património cultural no âmbito da esfera pública. Ainda assim, foram cumpridos os objetivos inicialmente definidos e a edição de 2015 do DNCH não deixou de marcar mais uma etapa de afirmação do evento na cidade do Porto.

O trabalho de sistematização da informação referente ao DNCH, exposto neste relatório, pretende servir de base à preparação das próximas edições, procurando suprimir a falta de planeamento verificada em diversas situações ao longo do estágio. Muito fica por fazer, é certo, desde logo pela inexistência de determinados registos e pela dispersão ou difícil acessibilidade de algum material, a partir do qual poderíamos encontrar mais dados para trabalhar. Para além disso, este é um processo que nunca está completo, podendo ser melhorado e acrescentado, o que dá bem nota do potencial do tema, para quem sobre ele se debruçar. Esta é apenas uma base de trabalho, que poderia e deveria ser continuada e alargada. Seria interessante proceder, já na próxima edição do DNCH, a um registo e estudo completo do evento a vários níveis, como parceiros, atividades e públicos, embora devamos admitir a dificuldade da tarefa e a pouca probabilidade desta vir a ser concretizada, uma vez que nem a própria DMMPC parece dispor de uma estrutura apropriada e capaz disso.

As disfunções estruturais são mesmo um dos mais preocupantes pontos relativos ao funcionamento da DMMPC, com consequências ao nível da sua atuação e até da satisfação e realização dos seus profissionais. O património cultural tem sido, nos últimos anos, o grande motor do crescimento turístico da cidade e, por isso mesmo, um dos grandes fatores de desenvolvimento económico. Não faz sentido, portanto, fazer deste serviço o *parente pobre* da cultura na CMP. Pelo contrário, os recursos provenientes do turismo devem ser alocados ao reforço do investimento no sector cultural e, particularmente, no património, sobretudo em zonas da cidade onde essa aposta tem sido menor ou praticamente inexistente. Deste modo, contribuía-se para a diversificação do destino *Porto* – procurando retirar pressão do centro histórico –, para a dinamização económica e social de outras zonas da cidade e para a

compensação dos efeitos mais negativos da atividade turística. Esta estratégia requereria, porém, um serviço municipal do património cultural mais capacitado para fazer face às necessidades e às exigências que se lhe opõem.

Também é verdade que, um pouco por toda a cidade, surgem processos de *reabilitação* e obras que descaracterizam o edificado, mas que, apesar disso, não conseguem ser travados. A causa do património é vista frequentemente como uma *pedra no sapato* ou um obstáculo – a ultrapassar por todos os meios – às intenções de muitos proprietários. A CMP não pode então correr o risco de contribuir para a destruição deste bem comum, pois os custos da passividade serão muito maiores do que os custos do investimento. E tampouco falamos aqui da necessidade de um investimento soberbo, mas sim de um esforço que permita reforçar a capacidade de trabalho e alargar o campo de atuação dos serviços do património cultural, conferindo-lhes, de resto, uma preponderância aproximada àquela que na realidade o património assume na cidade e no seu desenvolvimento. Dentro do campo de atuação destes serviços, a sensibilização, o conhecimento, a divulgação e a promoção são pontos-chave, entrando aqui a importância de iniciativas como o DNCH.

Num país cujo Estado Central pouco investe em matérias culturais e no seu património, os municípios poderiam tornar-se fortes impulsionadores do sector, com a vantagem de estarem mais próximos das populações e de terem um maior conhecimento terreno das suas características e necessidades. Apesar de a CMP ter atribuído um papel de destaque à cultura nas políticas municipais nos últimos dois anos, tal não se espelhou ainda ao nível das necessidades da DMMPC e dos serviços do património cultural, situação que deveria ser revista.



## Referências Bibliográficas

### Bibliografia

ALVES, Joaquim J. B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadás: arquitectura: obras públicas*. Porto: [s.n.]; Braga: Litografia A. C., 1988-1990. ISBN 972-605-026-X. 2 Vols.

CABRAL, Clara Bertrand – Património Cultural Imaterial: Convenção da UNESCO e seus contextos. In *Arte & Comunicação*. Lisboa: Edições 70, 2011. N.º 98.

CABRAL, Luís – *O Palacete dos Viscondes de Balsemão*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2000. ISBN 972-9147-26-4.

CARVALHO, Maria João Esperança de – *O Centro histórico na dinamização das cidades*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para obtenção do grau de Mestre em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território, sob orientação de José Alberto Rio Fernandes.

CHOAY, Françoise – A Alegoria do Património. Trad. Teresa Castro. In *Arte & Comunicação*. Lisboa: Edições 70, 2010. ISBN 978-972-44-1274-0. N.º 71.

CHOAY, Françoise – As Questões do património: antologia para um combate. Trad. Luís Filipe Sarmiento. In *Arte & Comunicação*. Lisboa: Edições 70, 2011. ISBN 978-972-44-1624-3. N.º 96.

COMISSÃO EUROPEIA – Cultural access and participation: report. *Special Eurobarometer* [Em linha]. N.º 399 (2013). [Consult. 1 de setembro de 2015]. Disponível na Internet: <URL: [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/ebs/ebs\\_399\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_399_en.pdf)>.

DIAS, Francisco – Estatísticas de turismo urbano: o centro histórico do Porto e o turismo. In *Actas do Seminário “Centros Históricos: Passado e Presente”*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011, pp. 165-197.

DIAS, Sara Joana Marques – *Uma Viagem ao “SoHo do Porto”: processos de criação identitária e gentrificação do comércio urbano em Miguel Bombarda*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009. Dissertação apresentada à Faculdade de

Letras da Universidade do Porto para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, sob orientação de Natália Azevedo.

ÉVORA. Câmara Municipal – *Dia Nacional dos Centros Históricos: Évora e Alexandre Herculano* [Em linha]. Évora: Câmara Municipal de Évora, 1993. [Consult. 27 de março de 2014]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.cm-evora.pt/pt/site-viver/culturaepatrimonio/cultura/EquipamentosCulturais\\_Municipio1/livraria-municipal/Documents/dianacionaldosCH.pdf](http://www.cm-evora.pt/pt/site-viver/culturaepatrimonio/cultura/EquipamentosCulturais_Municipio1/livraria-municipal/Documents/dianacionaldosCH.pdf)>.

FERNANDES, José Alberto Rio – Centro histórico e urbanismo: questões, reflexões e inquietações, a propósito do Porto. In *Actas do Seminário “Centros Históricos: Passado e Presente”*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011, pp. 12-25.

FERNANDES, José Alberto Rio – Reabilitação de centros históricos e reutilização da cidade: o caso de Porto-Gaia. In JORGE, Vítor Oliveira, coord. – *Conservar para quê?: 8.ª mesa-redonda de Primavera*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Coimbra: Centro de Estudos Arqueológicos da Universidade de Coimbra, 2005. ISBN 972-9350-87-6, pp. 213-230.

FERREIRA ALVES, Joaquim Jaime – Cidade do Porto. In *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. ISBN 972-23-1088-7.

GRAÇA, Manuel de Sampayo Pimentel Azevedo; PEREIRA, Liliana Patrícia da Silva – *Museu do Vinho do Porto: arquitectura, programa e conteúdos do espaço* [Em linha]. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2008. [Consult. 28 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: [http://museudodouro.pt/tpls/mu/files/encontros/pdf/Manuel\\_Sampayo.pdf](http://museudodouro.pt/tpls/mu/files/encontros/pdf/Manuel_Sampayo.pdf)>.

GUIA da Reserva Natural, Local do Estuário do Douro. Vila Nova de Gaia: Águas e Parque Biológico, 2011. ISBN 978-989-96860-5-2.

GUILLAUME, Marc – A Política do Património. Trad. Joana Caspurro. In *Campo das Ciências*. Porto: Campo das Letras, 2003. ISBN 972-610-704-0. N.º 11.

GUIMARÃES, Filomena Mesquita – Uma História do CRUARB. In LOZA, Rui Ramos, coord. – *Porto património mundial III: CRUARB, 25 anos de reabilitação urbana*. 1.ª ed. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2000. ISBN 972-9147-29-9, pp. 82-122.

HENRIQUES, Eduardo Brites – *O Património nas políticas territoriais* [Em linha]. Lisboa: Associação Portuguesa de Geógrafos. [Consult. 27 de agosto de 2015].

Disponível na Internet: <URL: [http://www.apgeo.pt/files/docs/CD\\_V\\_Congresso\\_APG/web/pdf/E5\\_14Out\\_Eduardo%20Brito%20Henriques.pdf](http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_V_Congresso_APG/web/pdf/E5_14Out_Eduardo%20Brito%20Henriques.pdf)>.

LOZA, Rui Ramos, coord. – *Porto a Património Mundial: processo de candidatura da cidade do Porto à classificação pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1993. ISBN 972-9147-08-6.

LOZA, Rui Ramos, coord. – *Porto Património Mundial II: processo de candidatura do Centro Histórico do Porto à UNESCO*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1998. ISBN 972-9147-22-1.

MARÇAL, Horácio – *A Praça de Carlos Alberto. O Tripeiro*. Porto: António Sardinha. V série, ano VIII, n.º 4 (agosto de 1952), pp. 110-113.

MOURÃO-FERREIRA, David – *Alexandre Herculano e a valorização do património cultural português*. Lisboa: Secretaria-Geral da Secretaria de Estado da Cultura, 1977.

PARQUE BIOLÓGICO DE GAIA – *Dunas: conhecer e conservar* [Em linha]. Vila Nova de Gaia: Parque Biológico de Gaia, [2008]. [Consult. 1 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.parquebiologico.pt/userdata/site-downloads/GuiaDunas-conhecereconservar.pdf>>.

PORTO. Câmara Municipal; PORTO VIVO, SRU – *Plano de gestão: centro histórico do Porto património mundial*. Porto: Câmara Municipal do Porto [etc.], 2010. ISBN 978-989-96862-7-4.

PORTO VIVO, SRU – *Delimitação da área de reabilitação urbana do centro histórico do Porto em instrumento próprio*. Porto: Porto Vivo, SRU, 2012.

PORTO VIVO, SRU – *Eixo Mouzinho/Flores: território do recolhimento e do mercadejar*. Porto: Porto Vivo, SRU, 2012. ISBN 978-989-96862-9-8.

PORTO VIVO, SRU – *Estudo de caracterização institucional do Centro Histórico do Porto*. Porto: Porto Vivo, SRU, 2008.

QUARESMA, Maria Clementina – *Cidade do Porto*. In *Inventário Artístico de Portugal*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1995. N.º 13.

REAL, Manuel Luís [et. al.] – *Escavações arqueológicas no Morro da Sé*. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto. Série II, vol. III/IV (1985/1986), p.7-44.

RIBEIRO, Orlando – *Temas urbanos*. In *Opúsculos Geográficos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994. ISBN 972-31-0629-9. Vol. V, p. 305.

RODRIGUES, Benjamim da Silva – *Constituição da República Portuguesa: lei do Tribunal Constitucional*. 1.<sup>a</sup> ed., actual. [Lisboa]: Rei dos Livros/Letras e Conceitos, 2011. ISBN 978-989-8305-29-9.

RODRIGUES, Walter – Globalização e gentrificação: teoria e empiria. *Sociologia: Problemas e Práticas* [Em linha]. Lisboa: ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. N.º 29 (1999), pp. 95-125. [Consult. 31 de agosto de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://sociologiapp.iscte.pt/pdfs/11/122.pdf>>.

SALGUEIRO, Teresa Barata – A Promoção habitacional e o 25 de Abril. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais. N.º 18/19/20 (fevereiro 1986), p.673-691.

SILVA, Armando Coelho da – Origens do Porto. In RAMOS, Luís A. de Oliveira, dir. – *História do Porto*. 2.<sup>a</sup> ed. Porto: Porto Editora, imp. 1995. ISBN 972-0-06276-2, p. 68 – 97.

SMITH, Robert – *Nicolau Nasoni, arquitecto do Porto*. Lisboa: Livros Horizonte, 1967.

UNESCO. World Heritage Centre – *Orientações técnicas para aplicação da Convenção do Património Mundial*. Lisboa: [s.n.], 2012.

## Documentação

AGUIAR, José – Algumas breves notas sobre a história da reabilitação urbana [projeção visual]. 2007. 149 diapositivos: color. In *Univer(sc)idade: desafios e propostas de uma candidatura a património da humanidade*. Comunicação efetuada no âmbito do encontro organizado pelo Gabinete de Candidatura à UNESCO - Universidade de Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra e ICOMOS-Portugal. [Consult. 24 de maio de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/coimbra2007/jacoimbra2007.pdf>>.

AVISO n.º 15173/2010 de 30 de julho. *D. R. II Série*. N.º 147 (2010 – 07 – 30) p. 4951-4952.

COMISSÃO EUROPEIA – *Recomendação da Comissão, de 20 de Dezembro de 1974, aos Estados-membros relativa à protecção do património arquitectural e natural* [Em linha]. Bruxelas: EUR-Lex. [Consult. 11 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:31975H0065>>.



CONFERÊNCIA EUROPEIA DOS MINISTROS RESPONSÁVEIS PELO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO, 2, Granada, 1985 – *Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico* [Em linha]. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural. [Consult. 11 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/granada.pdf>>.

CONFERÊNCIA EUROPEIA DOS MINISTROS RESPONSÁVEIS PELO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO, 2, Granada, 1985 – *Second European Conference of Ministers responsible for the Architectural Heritage: resolutions of the conference* [Em linha]. Estrasburgo: Conselho da Europa. [Consult. 11 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/Resources/Texts/Conf2\\_EN.pdf](http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/Resources/Texts/Conf2_EN.pdf)>.

CONFERÊNCIA EUROPEIA DOS MINISTROS RESPONSÁVEIS PELO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO, 3, Malta, 1992 – *Third European Conference of Ministers responsible for the Cultural Heritage: resolutions of the conference* [Em linha]. Estrasburgo: Conselho da Europa. [Consult. 12 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/Resources/Texts/Conf3\\_EN.pdf](http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/Resources/Texts/Conf3_EN.pdf)>.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETOS E TÉCNICOS DE MONUMENTOS HISTÓRICOS, 2, Veneza, 1964 – *Carta de Veneza: sobre a conservação e restauro dos monumentos e sítios* [Em linha]. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural. [Consult. 25 de maio de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>>.

CONSELHO DA EUROPA – *Carta Europeia do Património Arquitectónico* [Em linha]. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural. [Consult. 7 de maio de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartaeuropeia/patrimonioarquitectonico1975.pdf>>.

CONVENÇÃO Cultural Europeia de 19 de dezembro de 1955. Decreto n.º 717/75 de 20 de dezembro. *D. R. I Série A. N.º 293 (1975 – 12 – 20) p. 2104 – 2109.*

CONVENÇÃO para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural. Decreto n.º 49/79 de 6 de junho. *D. R. I Série A. N.º 130 (1979 – 06 – 06) p. 1259 – 1272.*

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos de 10 de dezembro de 1948. Aviso nº (057IA0/78)C de 9 de março de 1978. *D. R. I Série A. N.º 57 (1978 – 03 – 09) p. 489 - 491.*

DECRETO – Lei n.º 40 616, de 28 de maio. *D. R. I Série*. N.º 108 (1956 – 05 -28) p. 629 – 633.

DECRETO n.º 45/93, de 30 de novembro. *D. R. I Série-B*. N.º 280 (1993 – 11 – 30) p. 6698-6702.

DECRETO n.º 67/97 de 31 de dezembro. *D. R. I Série-B*. N.º 301 (1997 – 12 – 31) p. 6892-6903.

DECRETO-Regulamentar n.º 54/85 de 12 de agosto. *D. R. I Série*. N.º 184 (1985 – 08 – 12) p. 2543 – 2546.

DELIBERAÇÃO n.º 1409/2012 de 10 de outubro. *D. R. II Série H*. N.º 196 (2012 – 10 – 10) p. 33856 – 33861.

ICOMOS – *Advisory Body Evaluation: Historic Centre of Oporto*. Paris: UNESCO World Heritage Centre. [Consult. 31 de maio de 2015]. Disponível na Internet: <URL: [http://whc.unesco.org/archive/advisory\\_body\\_evaluation/755.pdf](http://whc.unesco.org/archive/advisory_body_evaluation/755.pdf)>.

ICOMOS – *Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas* [Em linha]. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural. [Consul. 7 de maio de 2015]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CARTA\\_INTERNACIONALPARASALVAGUARDADASCIDADESHISTORICAS.pdf](http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CARTA_INTERNACIONALPARASALVAGUARDADASCIDADESHISTORICAS.pdf)>.

ICOMOS – *Declaração do México* [Em linha]. Brasília: Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional. [Consult. 7 de maio de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>>.

LEI n.º 71/98 de 3 de novembro. *D. R. I Série A*. N.º 254 (1998 – 11 – 03) p. 5694 – 5696.

LEI n.º 75/2013 de 12 de setembro. *D. R. I Série A*. N.º 176 (2013 – 09 – 12) p. 5688 – 5724.

LEI n.º 107/ 2001 de 8 de setembro. *D. R. I Série A*. N.º 209 (2001 – 09 – 08) p. 5808 – 5829.

MOREIRA, Rui – *Porto, Nosso Partido: manifesto eleitoral* [Em linha]. Porto: [s.n.], 2013. [Consult. 14 de agosto de 2015]. Disponível na Internet: <URL: [http://issuu.com/portoomeupartido/docs/rm\\_manifestoeleitoral/17](http://issuu.com/portoomeupartido/docs/rm_manifestoeleitoral/17)>.

PORTARIA n.º 323/2013 de 3 de junho. *D. R. II Série*. N.º 106 (2013 – 06 – 03) p. 17705 – 17706.

PORTARIA n.º 559/2011, de 24 de maio. *D. R. II Série*. N.º 100 (2011 – 05 – 24) pp. 22342 – 22343.

PORTO. Arquivo Geral Municipal do Porto – Ordem de Serviço n.º 329/83. In *Livro de Ordens de Serviço da Presidência*.

PORTO. Câmara Municipal – *Dia Nacional dos Centros Históricos 2015* [Em linha]. Porto: Câmara Municipal do Porto. [Consult. 31 de agosto de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.porto.pt/assets/misc/img/noticias/CULTURA/DNCH%202015.pdf>>.

PORTO. Câmara Municipal – *Desdobrável Dia Nacional dos Centros Históricos 2015* [Em linha]. Porto: Câmara Municipal do Porto. [Consult. 31 de agosto de 2015]. Disponível na Internet: <URL: [http://issuu.com/pelouroculturacmp/docs/desdobravel\\_vers\\_o\\_issu\\_dnch](http://issuu.com/pelouroculturacmp/docs/desdobravel_vers_o_issu_dnch)>.

PORTO. Câmara Municipal. Direção Municipal da Cultura – *Para quê um serviço municipal de património: apontamentos*. Porto: Câmara Municipal do Porto, [2009]. Relatório técnico.

PORTO. Câmara Municipal. Divisão Municipal de Museus e Património Cultural – *Dia Nacional dos Centros Históricos 2015: relatório sintético* [projeção visual]. 2015. 22 diapositivos: color. Documento interno da Divisão Municipal de Museus e Património Cultural da Câmara Municipal do Porto.

SERVIÇO INTERNACIONAL DE MUSEUS – *Carta de Atenas* [Em linha]. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural. [Consult. 25 de maio de 2015]. Disponível na Internet: <URL:<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>>.

TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO DO NORTE – *Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte* [Em linha]. [Consult. 1 de maio de 2015]. Disponível na Internet: <URL:<http://www.dgsi.pt/jtcn.nsf/89d1c0288c2dd49c802575c8003279c7/7b795f3de177121b8025785d0041e1e4?OpenDocument>>.

UNESCO – Carta de Nairobi. *Cadernos de Sociomuseologia*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Vol. 15, n.º 15 (1999), p. 187-208.

UNESCO; PNUD – Carta de Quito. *Informes de la Construcción* [Em linha]. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Vol. 41, n.º 405 (1990), p. 13. [Consult. 25 de maio de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://informesdelaconstruccion.revistas.csic.es/index.php/informesdelaconstruccion/article/viewFile/1473/1639>>.

## Sítios da Internet

ANOTHER COLLECTIVE – *Dia Nacional dos Centros Históricos* [Em linha]. Porto: Another Collective. [Consult. 6 de junho de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.anothercollective.pt/PT/projects/national-historical-centres-day-2015/>>.

APMCH – *Dia Nacional dos Centros Históricos* [Em linha]. Lamego: Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico. [Consult. 12 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.apmch.pt/#!/dia-dos-centros-histicos/czja>>.

BRAGA. Câmara Municipal – *Dia Nacional dos Centros Históricos, 28 de março* [Em linha]. Braga: Câmara Municipal de Braga. [Consult. 23 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.cm-braga.pt/wps/portal/publico!/ut/p/c4/04\\_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os\\_gAN0evQE8zH09TEzPnMBMTHy9jAwjQL8h2VAQAxIZWRw!!/?WCM\\_GLOBAL\\_CONTEXT=/wps/wcm/connect/cmbinfoservicos/is\\_destagues+dinamicos/is\\_gabinete+comunicacao/dia+nacional+dos+centros+historicos%2C+28+d e+marco](http://www.cm-braga.pt/wps/portal/publico!/ut/p/c4/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os_gAN0evQE8zH09TEzPnMBMTHy9jAwjQL8h2VAQAxIZWRw!!/?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/wps/wcm/connect/cmbinfoservicos/is_destagues+dinamicos/is_gabinete+comunicacao/dia+nacional+dos+centros+historicos%2C+28+d e+marco)>.

CARVALHO, Cláudia Lima – Porque continuamos a não consumir Cultura? Falta de educação e dinheiro. *Público* [Em linha]. [S.l.]: Público, 2015. [Consult. 1 de setembro de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/quando-foi-a-ultima-vez-que-foi-ao-cinema-e-ao-teatro-e-ha-quanto-tempo-nao-visita-um-museu-1613057>>.

CARVALHO, Patrícia – Casas em bom estado já ultrapassaram aquelas em mau estado no centro histórico do Porto. *Público* [Em linha]. [S.l.]: Público, 2015. [Consult. 31 de maio de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.publico.pt/local/noticia/casas-em-bom-estado-ja-ultrapassaram-aquelas-em-mau-estado-do-centro-historico-do-porto-1689088>>.

CARVALHO, Patrícia – Relatório do Icomos-Portugal arrasa intervenção nas Cardosas do Porto. *Público* [Em linha]. [S.l.]: Público, 2015. [Consult. 31 de maio de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.publico.pt/local/noticia/relatorio-do-icomos-portugal-arrasa-intervencao-nas-cardosas-do-porto-1589749>>.

COENTRÃO, Abel – Dezenas de monumentos do Porto abertos à cultura no Dia dos Centros Históricos. *Público* [Em linha]. [S.l.]: Público, 2015. [Consult. 31 de agosto de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.publico.pt/local/noticia/dezenas-de-monumentos-do-porto-abertos-a-cultura-no-dia-dos-centros-historicos-1690461>>.

COMO é que o Porto se tornou num arquipélago de bairros sociais?. *Público* [Em linha]. [S.l.]: Público, 2010. [Consult. 24 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL:<http://www.publico.pt/temas/jornal/como-e-que-o-porto-se-tornou-num-arquipelago-de-bairros-sociais-19814756>>.

CONSELHO DA EUROPA – *About the European Heritage Days* [Em linha]. Estrasburgo: Conselho da Europa. [Consult. 11 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.europeanheritagedays.com/Home/Content-page.aspx?id=33da673f-1180-4d50-ab55-db80f6b13d15>>.

DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL – *Centro Histórico de Angra do Heroísmo nos Açores* [Em linha]. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural. [Consult. 26 de agosto de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-mundial/portugal/centro-historico-de-angra-do-heroismo-nos-acoresh>>.

DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL – *Dia Internacional dos Museus e Noite dos Museus* [Em linha]. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural. [Consult. 28 de agosto de 2015]. Disponível na Internet: <URL:<http://w3.patrimoniocultural.pt/museus/>>.

DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL – *Jornadas Europeias do Património 2015* [Em linha]. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural. [Consult. 28 de agosto de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://w3.patrimoniocultural.pt/jep2015/>>.

DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL – *Programação DIMS 2015* [Em linha]. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural. [Consult. 28 de agosto de 2015]. Disponível na Internet: <URL:<http://w3.patrimoniocultural.pt/dims/>>.

DUCKDUCKGO – *dia nacional dos centros históricos* [Em linha]. [S.l.]: DuckDuckGo. [Consult. 15 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <https://duckduckgo.com/?q=dia+nacional+dos+centros+hist%C3%B3ricos>>.

DUCKDUCKGO – *dia nacional dos centros históricos 2015* [Em linha]. [S.l.]: DuckDuckGo. [Consult. 15 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <https://duckduckgo.com/?q=dia+nacional+dos+centros+hist%C3%B3ricos+2015>>.

FACEBOOK – *CMP: Porto Cultura* [Em linha]. [S.l.]: Facebook. [Consult. 31 de agosto de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <https://pt-pt.facebook.com/cmportocultura>>.

GOOGLE – *dia nacional dos centros históricos* [Em linha]. [S.l.]: Google. [Consult. 15 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: [https://www.google.pt/webhp?ie=utf-8&oe=utf-8&gws\\_rd=cr&ei=yaTfVbzig MsWLU8zLmcgB#q=dia+nacional+dos+centros+hist%C3%B3ricos](https://www.google.pt/webhp?ie=utf-8&oe=utf-8&gws_rd=cr&ei=yaTfVbzig MsWLU8zLmcgB#q=dia+nacional+dos+centros+hist%C3%B3ricos)>.

ICOM – *International Museum Day* [Em linha]. Paris: Conselho Internacional dos Museus. [Consult. 11 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://icom.museum/events/international-museum-day/>>.

ICOMOS – *18 April: History* [Em linha]. Charenton-le-Pont: Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios. [Consult. 11 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.icomos.org/en/what-we-do/focus/18-april-international-day-for-monuments-and-sites/18-april-history>>.

KAIZEN INSTITUTE – *Kaizen nos Museus da Câmara Municipal do Porto. E-Newsletter* [Em linha]. N.º 14 (2013). [Consult. 1 de agosto de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://pt2013.kaizen.com/publicacoes/enews11000.html>>.

MARMELO, Jorge – *Nova escala nos museus municipais gera mal-estar entre os técnicos. Público* [Em linha]. [S.l.]: Público, 2015. [Consult. 1 de agosto de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.publico.pt/local-porto/jornal/nova-escala-nos-museus-municipais-gera-malestar-entre-os-tecnicos-24949698>>.

NETO, Rita – *Coca-Cola põe o Porto numa lata. Público* [Em linha]. [S.l.]: Público, 2015. [Consult. 26 de maio de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.publico.pt/local/noticia/cocacola-poe-o-porto-numa-lata-1696902>>.

NOGUEIRA, Regina – *Lisboetas sentem-se cada vez mais acossados pelos turistas. Público* [Em linha]. [S.l.]: Público, 2015. [Consult. 1 de junho de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.publico.pt/local/noticia/lisboetas-sentemse-cada-vez-mais-acossados-pelos-turistas-1697332>>.

NOTÍCIAS DE COIMBRA – *Páscoa em Coimbra? Sim! Com Cultura e Desporto* [Em linha]. Coimbra: Notícias de Coimbra. [Consult. 23 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.noticiasdecoimbra.pt/pasco-em-coimbra-sim-com-cultura-e-desporto/>>.

POMBAL: *“Dia Nacional dos Centros Históricos” vai ser assinalado* [Em linha]. Pombal: Rádio Clube de Pombal. [Consult. 28 de agosto de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://pombal97.com/index.php?lang=pt&post=4302>>.

PORDATA – *População residente segundo os Censos: total e por grandes grupos etários-Municípios* [Em linha]. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. [Consult. 26 de agosto de 2015]. Disponível na Internet: <URL:<http://www.pordata.pt/Municipios/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+segundo+os+Censos+total+e+por+grandes+grupos+et%C3%A1rios-22>>.

PORTO. Câmara Municipal – *Cultura* [Em linha]. Porto: Câmara Municipal do Porto. [Consult. 4 de agosto de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.cm-porto.pt/cultura>>.

PORTO. Câmara Municipal – *Dia Nacional dos Centros Históricos* [Em linha]. Porto: Câmara Municipal do Porto. [Consult. 28 de agosto de 2015]. Disponível na Internet: <URL:<http://centrohistorico.cm-porto.pt>>.

PORTO. Câmara Municipal – *Direção Municipal da Cultura* [Em linha]. Porto: Câmara Municipal do Porto. [Consult. 27 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.archive-pt-2012.com/pt/c/2012-07-09\\_94129\\_36/C-M-Porto/](http://www.archive-pt-2012.com/pt/c/2012-07-09_94129_36/C-M-Porto/)>.

PORTO. Câmara Municipal – *Direções Municipais* [Em linha]. Porto: Câmara Municipal do Porto. [Consult. 27 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.cm-porto.pt/direccoes-municipais>>.

PORTO. Câmara Municipal – *Inventário do Património Arquitetónico do Porto* [Em linha]. Porto: Câmara Municipal do Porto. [Consult. 4 de maio de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cultura/patrimoniocultural/patrimonioarquitetonico/atividadesprojetos/ipap/Paginas/ipap.aspx>>.

PORTO. Câmara Municipal – *Marca “Porto Ponto” distinguida como a melhor de 2014 na Europa* [Em linha]. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2015. [Consult. 1 de junho de 2015]. Disponível na Internet: <URL:<http://www.porto.pt/noticias/marca-porto-ponto-distinguida-como-a-melhor-de-2014-ba-europa>>.

PORTO. Câmara Municipal – *Melhor ano de sempre do turismo no Porto* [Em linha]. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2015. [Consult. 31 de maio de 2015]. Disponível na Internet:<URL:<http://www.porto.pt/noticias/mais-de-26-milhoes-de-dormidas-de-turistas-registadas-no-porto-e-norte-durante-os-primeiros-dez-mes>>.

PORTO. Câmara Municipal – *Porto.: o portal de notícias do Porto.* [Em linha]. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2015. [Consult. 31 de maio de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.porto.pt/>>.

PORTO VIVO, SRU – *Centro Histórico do Porto poderá ter novo nome* [Em linha]. Porto: Porto Vivo, SRU, 2015. [Consult. 31 de maio de 2015]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.portovivosru.pt/morro\\_se/verNoticia.php?m=5&id\\_not=99&pagina=1](http://www.portovivosru.pt/morro_se/verNoticia.php?m=5&id_not=99&pagina=1)>.

PORTUGAL. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Comissão Nacional da UNESCO – *Centro Histórico do Porto* [Em linha]. Lisboa: Comissão Nacional da UNESCO. [Consult. 31 de agosto de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.unescoportugal.mne.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-mundial-em-portugal/centro-historico-do-porto>>.

RIBEIRO, Amanda – *Festejos no Centro Histórico levantam questões* [Em linha]. Porto: JornalismoPortoNet, 2008. [Consult. 25 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://jpn.up.pt/2008/03/28/festejos-no-centro-historico-levantam-questoes/>>.

SANTOS, Gonçalo – *Cidade Líquida. Diário de Notícias* [Em linha]. Lisboa: Diário de Notícias, 2015. [Consult. 1 de junho de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.dnoticias.pt/imprensa/diario/opiniao/469830-cidade-liquida>>.

SE GAIA deixasse demolir as caves o Porto perdia classificação da Unesco. *Jornal de Notícias* [Em linha]. Porto: Jornal de Notícias, 2015. [Consult. 1 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.jn.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Porto&Concelho=Vila%20Nova%20de%20Gaia&Option=Interior&content\\_id=4477996&page=1](http://www.jn.pt/paginainicial/pais/concelho.aspx?Distrito=Porto&Concelho=Vila%20Nova%20de%20Gaia&Option=Interior&content_id=4477996&page=1)>.

SILVES. Câmara Municipal – *Município de Silves assinala Dia Nacional dos Centros Históricos* [Em linha]. Silves: Câmara Municipal de Silves. [Consult. 23 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.cm-silves.pt/portal\\_autarquico/silves/v\\_pt-PT/pagina\\_inicial/noticias/DNCHistoricos2015.htm](http://www.cm-silves.pt/portal_autarquico/silves/v_pt-PT/pagina_inicial/noticias/DNCHistoricos2015.htm)>.

UNESCO – *World Heritage List* [Em linha]. Paris: UNESCO World Heritage Centre. [Consult. 27 de maio de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://whc.unesco.org/en/list/>>.

UNIVERSIDADE DO PORTO – *Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto: Alfredo Viana de Lima* [Em linha]. Porto: Universidade do Porto. [Consult. 31 de maio de 2015]. Disponível na Internet: <URL: [https://sigarra.up.pt/up/pt/web\\_base.gera\\_pagina?p\\_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20alfredo%20viana%20de%20lima](https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20alfredo%20viana%20de%20lima)>.



VILA NOVA DE GAIA. Câmara Municipal – *Gaia prepara património mundial* [Em linha]. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 2015. [Consult. 15 de abril de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.cm-gaia.pt/portais/cm-g/Noticia.aspx?contentid=F696809F81CO&categoryOID=E8818080808980GC>>.



# Apêndices

## Apêndice 1: Calendarização de Estágio

Calendarização do Estágio - 396 Horas																															
2014																															
	Sáb.	D	S	T	Q	Q	S	Sáb.	D	S	T	Q	Q	S	Sáb.	D	S	T	Q	Q	S	Sáb.	D	S	T	Q	Q	S	Sáb.	D	
Novembro	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	
09:00																															
13:00																															
15:00																															
17:00																															
Dezembro	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
09:00																															
13:00																															
14:00																															
15:00																															
17:00																															
18:00																															
19:00																															
2015																															
	Q	S	Sáb.	D	S	T	Q	Q	S	Sáb.	D	S	T	Q	Q	S	Sáb.	D	S	T	Q	Q	S	Sáb.	D	S	T	Q	Q	S	Sáb.
Janeiro	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
09:00																															
13:00																															
14:00																															
17:00																															
18:00																															
Fevereiro	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28			
09:00																															
13:00																															
14:00																															
18:00																															
Março	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
09:00																															
13:00																															
14:00																															
18:00																															
19:00																															
Abril	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	
09:00																															
11:00																															
13:00																															
14:00																															
18:00																															
20:00																															

## Apêndice 2: O Palacete dos Viscondes de Balsemão

Edifício sito na Praça de Carlos Alberto, n.º 71, possui diversas denominações, desde *Palacete da Praça de Carlos Alberto*, *Palácio dos Viscondes da Trindade* ou *Antigo Gás e Eletricidade*. A sua designação oficial – *Palacete dos Viscondes de Balsemão* – tem em conta as atuais características arquitetónicas e artísticas do exterior e do interior do imóvel, que ficam associadas ao 2.º Visconde de Balsemão, responsável pelas grandes alterações levadas a cabo no edifício durante o século XIX e que ainda hoje definem a sua imagem. Segundo Luís Cabral: «o 2.º Visconde de Balsemão foi o [...] mais importante dos proprietários ou locatários individuais de que o edifício dispôs»<sup>245</sup>.

O Palacete dos Viscondes de Balsemão ocupa terrenos que originariamente fariam parte do *Horto do Olival*, por onde corriam as estradas para Braga, Viana e Galiza. Designado, desde 1852, por *Praça de Carlos Alberto* – em tributo à memória do Rei da Sardenha, exilado e falecido na cidade do Porto – o terreno fronteiro ao Palacete teve também em tempos os nomes de «Campo, Largo ou Bairro dos Ferradores»<sup>246</sup>, topónimo que persistia em princípios do século XIX, segundo nos elucidava Sousa Reis:

«Ainda é do meu tempo escolherem os ferradores para seus estabelecimentos as casas situadas na Praça de Carlos Alberto por lhes ser vantajoso este local, tendo nele espaço para formarem o tronco para as cavalgaduras, o qual consistia em firmarem na terra 6 ou 8 postes de madeira, aonde com pancas seguravam as bestas rebeldes aos misteres do ofício de ferrador. Deles vem o nome a esta rua»<sup>247</sup>.

Até ao século XIX este seria um lugar com características que Horácio Marçal considera tipicamente rurais<sup>248</sup>, rodeado por casas de pasto e aqui realizando-se diversas feiras, das quais se destacam a *Feira dos Bois*, entre 1676 e 1833, a *Feira das Caixas*, até cerca de 1856, a *Feira dos Moços*, entre 1858 e 1876, entre outras. Porém, entre meados do século XIX e o início do século XX, este seria já um dos locais mais movimentados da cidade, coexistindo, conforme descrição do mesmo

---

<sup>245</sup> CABRAL, Luís – *O Palacete dos Viscondes de Balsemão*, p. 10.

<sup>246</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 14.

<sup>247</sup> REIS, Henrique Duarte e Sousa. *Apud* MARÇAL, Horácio – *A Praça de Carlos Alberto. O Tripeiro*. Porto: António Sardinha. V série, ano VIII, n.º 4 (agosto de 1952), p. 110.

<sup>248</sup> Cf. MARÇAL, Horácio – *A Praça de Carlos Alberto*, p. 111.

autor, as casas de pasto com diversas hospedarias<sup>249</sup>. As hospedarias tornar-se-iam depois uma das imagens de marca do local.

«Daqui partiam, três vezes por semana, os chamados recoveiros, para Viana, Caminha, Valença e Tui. Foi nesta mesma praça que em 1874 se inaugurou a 1.<sup>a</sup> linha de caminho de ferro americano (até Cadouços) ...»<sup>250</sup>.

Para além do Palacete dos Viscondes de Balsemão, destacam-se na envolvente o edifício da Ordem do Carmo, a Casa Brasonada da Família Moreira do Couto e o Monumento aos Mortos da Grande Guerra. A Praça de Carlos Alberto foi uma das zonas intervencionadas no âmbito do programa *Porto 2001: Capital Europeia da Cultura*, sendo hoje um novo polo de movimento e atividade portuense, que recupera até algumas das suas atividades antigas, como são os casos das feiras.

Sempre, desde a sua construção, o Palacete dos Viscondes de Balsemão teve influência na dinâmica do espaço envolvente. Luís Cabral afirma que a casa foi «mandada construir em meados do século XVIII por José Alvo Brandão Coutinho Perestrelo Pereira de Azevedo»<sup>251</sup>. Pensa-se hoje, porém, que não foi o referido José Alvo quem mandou construir a casa, pois esta foi-lhe legada por seu irmão e havia sido comprada por sua mãe a uma outra família, desconhecendo-se ainda os primeiros proprietários e quem foi efetivamente o responsável – ou os responsáveis – pela construção<sup>252</sup>. Em 1800, D. Maria Rosa, filha de José Alvo, casa com Luís Máximo Alfredo Pinto de Sousa Coutinho, que viria a ser o 2.<sup>o</sup> Visconde de Balsemão, herdando o título de seu pai.

No palacete, o Visconde instala a sua impressionante biblioteca pessoal que, segundo Adrien Balbi, teria cerca de 12.000 volumes antes da pilhagem que sofreu aquando da primeira invasão francesa, tendo depois ficado reduzida a cerca de 5000<sup>253</sup>. Esta biblioteca era frequentemente aberta ao público, num tempo em que não existia ainda na cidade uma verdadeira biblioteca pública. Afirma Sousa Reis que «desde as vespuras do faustoso dia 9 de Julho de 1832, por ser a entrada do Exército Libertador no Porto, nunca mais este Palacio teve por moradores os membros da família sua proprietária»<sup>254</sup>. Defensor dos ideais miguelistas, o Visconde de Balsemão viu a sua biblioteca ser sequestrada em 1832, «constituindo um dos primeiros núcleos

---

<sup>249</sup> Cf. IDEM, *Ibidem*, p. 110.

<sup>250</sup> CABRAL, Luís – Ob. cit., p. 15.

<sup>251</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 9.

<sup>252</sup> Informação obtida através da Dr.<sup>a</sup> Orquídea Félix, técnica da DMMPC que tem vindo a desenvolver um estudo aprofundado sobre o edifício.

<sup>253</sup> BALBI, Adrien – *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*. Paris: [s.n.], 1822. Tomo 2, p. 91. *Apud* CABRAL, Luís – Ob. cit., p. 26.

<sup>254</sup> REIS, Henrique Duarte e Sousa. *Apud* CABRAL, Luís – Ob. cit., p. 28

da Real Biblioteca Pública do Porto, sendo, mais tarde, adquirida pela Câmara aos herdeiros»<sup>255</sup>.

Foram diversos os proprietários e os usos do edifício após 1832. Entre 1834 e 1837, aqui funcionaram provisoriamente aulas da Academia Politécnica do Porto, cujas instalações foram ocupadas pelo Hospital Militar. Esteve depois alugado a José Taveira Pimentel de Carvalho e Menezes, 1.º Visconde de Guiães, e a António Bernardino Peixe, que aqui instala a *Hospedaria do Peixe*, célebre por ser considerada, à época, a melhor da cidade e por ter acolhido, entre 19 e 27 de abril de 1849, o exilado Rei Carlos Alberto da Sardenha, enquanto aguardava os preparativos da sua casa da Quinta da Macieirinha, atual Museu Romântico.

Em 1854, o edifício é vendido ao 1.º Visconde da Trindade, José António de Sousa Basto, promotor de novas e profundas alterações que irão conferir ao palacete «o maior esplendor que se lhe conhece»<sup>256</sup>. Sob a posse desta família, ficaram famosas as grandes festas e as personalidades que por aqui passaram, como D. Luís I e D. Maria Pia, D. Fernando II e o Príncipe Humberto de Saboia, neto do Rei Carlos Alberto. Destas visitas subsistem ainda três placas evocativas.

Finalmente, a partir de 1907, o edifício é alugado à Companhia de Gás do Porto, que aqui instala a sua sede, dando lugar, em 1920, aos Serviços Municipalizados de Gás e Eletricidade. Só em 1959 o edifício é adquirido pela Câmara ao 3.º Visconde da Trindade e aos restantes herdeiros. Mantendo a propriedade municipal, o Palacete dos Viscondes de Balsemão esteve ocupado pela EDP – Energias de Portugal – entre 1988 e 1996, ano em que aqui se instala a recém-criada Direção Municipal da Cultura e Turismo da Câmara Municipal do Porto. O imóvel integra o conjunto de *Edificações da Rua de Cedofeita e topo norte da Praça de Carlos Alberto*, classificado com o grau de interesse público pelo Decreto n.º 45/93, de 30 de novembro. A Zona Especial de Proteção deste conjunto encontra-se definida na Portaria n.º 559/2011, de 24 de maio.

---

<sup>255</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 26.

<sup>256</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 29.

## **Apêndice 3: *Diários de Bordo* do Estágio**

**Terça-feira, 11 de Novembro de 2014, 14h30m – 15h30m**

**Diário de Bordo, Dia I (1 hora)**

- 1 – Sessão de apresentação:
- 1.1 – Reunião com a Dr.<sup>a</sup> Isabel Osório (orientadora do estágio) para introdução e contextualização do futuro trabalho a desenvolver;
- 1.2 – Reconhecimento do local de trabalho (Palacete dos Viscondes de Balsemão) e apresentação à restante equipa de colaboradores.

**Quinta-feira, 13 de Novembro de 2014, 11h30m – 12h30m**

**Diário de Bordo, Dia II (1 hora)**

- 1 – Participação no evento *Conhecer os Cantos à Casa*:
- 1.1 – Visita ao Arqueossítio da Rua D. Hugo, n.º 5.

**Sábado, 15 de Novembro de 2014, 18h – 20h**

**Diário de Bordo, Dia III (2 horas)**

- 1 – Participação no evento *Um Objeto e Seus Discursos por Semana*:
- 1.1 – *O Português de D. Manuel I + Escudo de D. Afonso V*, com os convidados Miguel Cadilhe, Fernando Teixeira dos Santos e Alberto Castro.

**Segunda-feira, 17 de Novembro de 2014, 9h – 13h**

**Diário de Bordo, Dia IV (4 horas)**

- 1 – Continuação da apresentação ao espaço de trabalho e às equipas da Divisão Municipal de Museus e Património Cultural e Direção Municipal da Cultura:
- 1.1 – Visita ao Banco de Materiais;
- 2 – Iniciação às tarefas a desempenhar:
- 2.1 – Preparação de uma base de dados de efemérides, dias históricos e entidades parceiras para as diversas programações a desenvolver;

- 3 – Ida à Escola Artística e Profissional Árvore para apresentação do DNCH aos alunos do 3.º ano do Curso de *Design Gráfico*, com proposta para a sua participação, nomeadamente ao nível da criação da imagem do evento.

**Terça-feira, 18 de Novembro de 2014, 9h – 13h**

**Diário de Bordo, Dia V (4 horas)**

- 1 – Preenchimento e organização de documentos necessários à formalização do estágio com a Dr.ª Isabel Osório;
- 2 – Elaboração de uma base de dados de entidades parceiras e contactos para preparação do Dia Nacional dos Centros Históricos 2015.

**Quarta-feira, 19 de Novembro de 2014, 9h – 13h**

**Diário de Bordo, Dia VI (4 horas)**

- 1 – Elaboração de uma base de dados de entidades parceiras e contactos para preparação do Dia Nacional dos Centros Históricos 2015;
- 2 – Trabalhos de atualização do *Inventário de Arquitetura Religiosa* e dos contactos das entidades responsáveis, tendo em vista a abertura destes bens no DNCH.

**Quinta-feira, 20 de Novembro de 2014, 9h – 13h**

**Diário de Bordo, Dia VII (4 horas)**

- 1 – Continuação dos trabalhos do dia anterior;
- 2 – Pesquisa de novas entidades potencialmente parceiras para o DNCH e com capacidades ao nível do desenvolvimento de uma programação.

**Sexta-feira, 21 de Novembro de 2014, 9h – 13h**

**Diário de Bordo, Dia VIII (4 horas)**

- 1 – Continuação dos trabalhos na base de dados de possíveis entidades parceiras.



**Segunda-feira, 24 de Novembro de 2014, 9h – 13h**

**Diário de Bordo, Dia IX (4 horas)**

- 1 – Continuação dos trabalhos do dia anterior.

**Terça-feira, 25 de Novembro de 2014, 9h – 13h**

**Diário de Bordo, Dia X (4 horas)**

- 1 – Conclusão dos trabalhos na base de dados de possíveis entidades parceiras;
- 2 – Início do contacto com algumas das entidades para preparação do DNCH.

**Quarta-feira, 26 de Novembro de 2014, 9h – 13h**

**Diário de Bordo, Dia XI (4 horas)**

- 1 – Atualização do *Inventário de Arquitetura Religiosa* e dos contactos das entidades responsáveis, tendo em vista a abertura destes bens patrimoniais no DNCH;
- 2 – Início dos contactos com as entidades para preparação de reunião a ocorrer no dia 2 de Dezembro, na Casa-Museu Guerra Junqueiro (envio de 1.<sup>a</sup> circular);
- 3 – Trabalhos de correção de contactos que não funcionaram.

**Quinta-feira, 27 de Novembro de 2014, 9h – 13h; 15h – 17h**

**Diário de Bordo, Dia XII (6 horas)**

- 1 – Continuação dos trabalhos de atualização do *Inventário de Arquitetura Religiosa* e dos contactos das entidades responsáveis pelos diversos bens;
- 2 – Mapeamento dos bens de arquitetura religiosa do centro histórico do Porto (identificação em *Google Maps*);
- 3 – De tarde: Deslocação à *Capela dos Alfaiates* e à *Igreja de Santa Clara* para recolha de contactos relativos às entidades responsáveis: Confraria de Nossa Senhora de Agosto e São Bom Homem e Paróquia da Sé.

**Sexta-feira, 28 de Novembro de 2014, 9h – 13h**

**Diário de Bordo, Dia XIII (4 horas)**

- 1 – Continuação dos trabalhos de atualização do *Inventário de Arquitetura Religiosa*;
- 2 – Mapeamento dos bens de arquitetura religiosa do centro histórico do Porto (recurso aos mapas da *National Geographic*);
- 3 – Preparação da reunião do dia 2 de Dezembro.

### **Segunda-feira, 1 de Dezembro de 2014, 9h – 13h**

#### **Diário de Bordo, Dia XIV (4 horas)**

- 1 – Continuação dos trabalhos do dia anterior.

### **Terça-feira, 2 de Dezembro de 2014, 14h – 18h**

#### **Diário de Bordo, Dia XV (4 horas)**

- 1 – Reunião preparatória do DNCH 2015, na Casa-Museu Guerra Junqueiro:
  - 1.1 – Receção dos participantes;
  - 1.2 – Apresentação do evento, do que se pretende por parte das entidades que participam e dos procedimentos para formalização de parceria;
  - 1.3 – Apresentação dos participantes e das suas ideias iniciais ao nível da programação a realizar.

### **Quarta-feira, 3 de Dezembro de 2014, 9h – 13h**

#### **Diário de Bordo, Dia XVI (4 horas)**

- 1 – Conclusão do mapeamento dos bens de arquitetura religiosa do centro histórico do Porto;
- 2 – Saída à Escola Artística Profissional *Árvore* para acompanhamento do trabalho dos alunos do Curso de *Design Gráfico*, de criação da imagem do DNCH 2015.

### **Quinta-feira, 4 de Dezembro de 2014, 9h – 13h; 15h – 17h**

#### **Diário de Bordo, Dia XVII (6 horas)**

- 1 – Conclusão dos trabalhos de atualização do *Inventário de Arquitetura Religiosa* e dos contactos das entidades responsáveis pelos diversos bens;

- 2 – Reunião com o Dr. Jorge Ricardo Pinto (do *ISCET* – Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo – e coordenador do grupo de investigação *CHIP – Culture, Heritage and Identity in Porto*) para planeamento de parceria para o Dia Nacional dos Centros Históricos 2015:
  - 2.1 – Foi demonstrado interesse em participar no projeto da arquitetura religiosa do centro histórico, tanto através do grupo *CHIP* como do curso de Turismo do *ISCET*. Definiu-se provisoriamente uma lista de imóveis a trabalhar da parte poente do centro histórico. Aguarda-se averiguação de alunos disponíveis para participar.
- 3 – De tarde: deslocação ao antigo Recolhimento de Nossa Senhora do Ferro, atual Centro Social da Sé Catedral do Porto (Rua da Senhora das Verdades) para averiguação do estado de utilização e conservação da capela, de modo a que possa, ou não, ser incluída no *Inventário de Arquitetura Religiosa*.

#### **Sexta-feira, 5 de Dezembro de 2014, 14h – 20h**

##### **Diário de Bordo, Dia XVIII (6 horas)**

- 1 – Programação no âmbito do 18º aniversário da inscrição do Centro Histórico do Porto na Lista do Património Mundial da UNESCO:
  - 1.1 – Trabalhos de preparação do espaço da conferência;
  - 1.2 – Acompanhamento do conferencista e receção ao público;
  - 1.3 – Assistência de sala no decorrer da conferência e da inauguração da exposição;
  - 1.4 – Preparação e manutenção do *coffe-break*;
  - 1.5 – Apoio à desmontagem e arrumação do espaço.

#### **Terça-feira, 9 de Dezembro de 2014, 9h – 13h**

##### **Diário de Bordo, Dia XIX (4 horas)**

- 1 – Início de um levantamento de datas comemorativas, históricas e religiosas da cidade do Porto e de algum modo relacionáveis com a programação do património cultural, para constituição de uma base de trabalho.

#### **Quarta-feira, 10 de Dezembro de 2014, 9h – 13h**

##### **Diário de Bordo, Dia XX (4 horas)**

- 1 – Continuação do levantamento de datas comemorativas, históricas e religiosas.

**Quinta-feira, 11 de Dezembro de 2014, 9h – 13h**

**Diário de Bordo, Dia XXI (4 horas)**

- 1 – Continuação do trabalho do dia anterior;
- 2 – Organização das datas em ficheiro *Excel*.

**Sexta-feira, 12 de Dezembro de 2014, 9h – 13h**

**Diário de Bordo, Dia XXII (4 horas)**

- 1 – Continuação dos trabalhos do dia anterior;
- 2 – Receção de materiais para apoio às tarefas.

**Segunda-feira, 15 de Dezembro de 2014, 9h – 13h**

**Diário de Bordo, Dia XXIII (4 horas)**

- 1 – Conclusão dos trabalhos de levantamento de datas comemorativas, históricas e religiosas e da sua organização em ficheiro *Excel*.

**Terça-feira, 16 de Dezembro de 2014, 9h – 13h**

**Diário de Bordo, Dia XXIV (4 horas)**

- 1 – Levantamento de dados biográficos relativos a *portuenses ilustres*, para servir como base de trabalho;
- 2 – Análise ao *Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto Património Mundial*, nele enquadrando algumas das programações da Divisão Municipal de Museus e Património Cultural da Câmara Municipal do Porto.

**Quarta-feira, 17 de Dezembro de 2014, 9h – 13h; 14h – 17h**

**Diário de Bordo, Dia XXV (7 horas)**

- 1 – Preparação do espaço (auditório) para receção aos alunos do 3.º ano do Curso de *Design Gráfico* da Escola Artística e Profissional Árvore;
- 2 – Apresentação, pelos alunos do 3.º ano do Curso de *Design Gráfico* da Escola Artística e Profissional Árvore, das propostas finais relativas à criação de uma imagem para o DNCH 2015, no auditório do Palacete dos Viscondes de Balsemão.

**Quinta-feira, 18 de Dezembro de 2014, 9h – 13h**

**Diário de Bordo, Dia XXVI (4 horas)**

- 1 – Continuação dos trabalhos de levantamento de dados biográficos relativos a *portuenses ilustres* e sua organização em ficheiro *Excel*.

**Sexta-feira, 19 de Dezembro de 2014, 9h – 13h; 14h – 17h**

**Diário de Bordo, Dia XXVII (7 horas)**

- 1 – Preparação de material para reunião;
- 2 – Deslocação à Universidade Lusófona do Porto para reunião às 11 horas;
- 3 – Enquanto aguardávamos para ser atendidos, visitámos a Capela dos Alfaiates, situada na mesma rua da universidade (Rua Augusto Rosa), esperando encontrá-la aberta (situação nem sempre possível). Aí, conseguimos chegar à fala com um senhor que estava a pintar a porta da capela e que forneceu algumas indicações para contacto com os responsáveis e zeladores do templo;
- 4 – Reunião com as Doutoras Rita Cortez e Isabel Marques, da Universidade Lusófona, para uma possível colaboração no projeto sobre as arquiteturas religiosas, a ser planeado para o Dia Nacional dos Centros Históricos;
- 4.1 – A universidade mostrou disponibilidade para participar no projeto. Foi definida uma lista provisória relativa à arquitetura religiosa da metade nascente do centro histórico do Porto. Aguarda-se averiguação de alunos disponíveis para participar.
- 5 – De tarde: visita de reconhecimento e monotorização, desde a Batalha, até aos Aliados, com visita à Igreja dos Congregados.

**Segunda-feira, 5 de Janeiro de 2015, 14h – 18h**

**Diário de Bordo, Dia XXVIII (4 horas)**

- 1 – Regularização de alguns procedimentos formais com a orientadora para prosseguimento do estágio;
- 2 – Atualização da cronologia histórica do Porto, com acrescento de novos dados;
- 2.1 – Pesquisa bibliográfica e documental.

**Terça-feira, 6 de Janeiro de 2015, 9h – 13h**

**Diário de Bordo, Dia XXIX (4 horas)**

- 1 – Continuação dos trabalhos de levantamento de dados biográficos relativos a *portuenses ilustres* e sua organização em ficheiro *Excel*;
- 2 – Continuação da regularização de procedimentos formais para prosseguimento do estágio.

**Quarta-feira, 7 de Janeiro de 2015, 9h – 13h**

**Diário de Bordo, Dia XXX (4 horas)**

- 1 – Continuação dos trabalhos de levantamento de dados biográficos relativos a *portuenses ilustres* e sua organização em ficheiro *Excel*.

**Quinta-feira, 8 de Janeiro de 2015, 9h – 13h**

**Diário de Bordo, Dia XXXI (4 horas)**

- 1 – Início do desenvolvimento de guiões sobre capelas e igrejas do centro histórico do Porto para apoio aos parceiros do Dia Nacional dos Centros Históricos;
- 1.1 – Delimitação dos imóveis a trabalhar e construção de um modelo de guião.

**Sexta-feira, 9 de Janeiro de 2015, 9h – 13h**

**Diário de Bordo, Dia XXXII (4 horas)**

- 1 – Continuação do desenvolvimento dos guiões:
  - 1.1 – Pesquisa bibliográfica;
  - 1.2 – Capela de Nossa Senhora da Esperança;
  - 1.3 – Igreja Paroquial de São Pedro de Miragaia.

**Segunda-feira, 12 de Janeiro de 2015, 9h – 13h**

**Diário de Bordo, Dia XXXIII (4 horas)**

- 1 – Continuação do desenvolvimento dos guiões:
  - 1.1 – Capela de Nossa Senhora da Esperança;
  - 1.2 – Igreja Paroquial de São Pedro de Miragaia;
- 2 – Deslocação à Escola Básica de 2.º e 3.º Ciclos Irene de Lisboa para apresentação, a uma turma do 6º ano, do *Património* – projeto da UNESCO – e para sessão de sensibilização face à importância e problemáticas do património.

**Terça-feira, 13 de Janeiro de 2015, 9h – 13h; 14h – 18h**

**Diário de Bordo, Dia XXXIV (8 horas)**

- 1 – Dia para Orientação.

**Quarta-feira, 14 de Janeiro de 2015, 9h – 13h**

**Diário de Bordo, Dia XXXV (4 horas)**

- 1 – Continuação do desenvolvimento dos guiões para os parceiros do DNCH 2015:
  - 1.1 – Alminhas da Ponte;
  - 1.2 – Igreja dos Congregados.

**Quinta-feira, 15 de Janeiro de 2015, 9h – 13h**

**Diário de Bordo, Dia XXXVI (4 horas)**

- 1 – Continuação do desenvolvimento dos guiões:
  - 1.1 – Igreja dos Congregados.

**Sexta-feira, 16 de Janeiro de 2015, 9h – 13h**

**Diário de Bordo, Dia XXXVII (4 horas)**

- 1 – Continuação do desenvolvimento dos guiões:
  - 1.1 – Capela de Nossa Senhora do Ó;
  - 1.2 – Capela-Hospício de Nossa Senhora da Silva.

**Segunda-feira, 19 de Janeiro de 2015, 9h – 13h**

**Diário de Bordo, Dia XXXVIII (4 horas)**

- 1 – Devido à disponibilização de novos materiais e documentação de arquivo a utilizar nos guiões, foi necessário rever todo o trabalho até agora realizado.

**Terça-feira, 20 de Janeiro de 2015, 9h – 13h; 14h – 17h**

**Diário de Bordo, Dia XXXIX (7 horas)**

- 1 – Dia para orientação.

**Quinta-feira, 22 de Janeiro de 2015, 9h – 13h**

**Diário de Bordo, Dia XL (4 horas)**

- 1 – Continuação do desenvolvimento dos guiões:
  - 1.1 – Capela-Hospício de Nossa Senhora da Silva;
  - 1.2 – Igreja do Convento de São João Novo.

**Sexta-feira, 23 de Janeiro de 2015, 9h – 13h**

**Diário de Bordo, Dia XLI (4 horas)**

- 1 – Continuação do desenvolvimento dos guiões:
  - 1.1 – Igreja do Convento de São João Novo;
  - 1.2 – Capela de Nossa Senhora do Ó.

**Quarta-feira, 28 de Janeiro de 2015, 9h – 13h**

**Diário de Bordo, Dia XLII (4 horas)**

- 1 – Continuação do desenvolvimento dos guiões:
  - 1.1 – Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Vitória;
  - 1.2 – Igreja Paroquial de São Nicolau;
  - 1.3 – Capela de Nossa Senhora das Verdades.



**Quinta-feira, 29 de Janeiro de 2015, 9h – 13h**

**Diário de Bordo, Dia XLIII (4 horas)**

- 1 – Continuação do desenvolvimento dos guiões:
- 1.1 – Capela de Nossa Senhora das Verdades;
- 1.2 – Igreja do Convento de Santa Clara.

**Sexta-feira, 30 de Janeiro de 2015, 9h – 13h**

**Diário de Bordo, Dia XLIV (4 horas)**

- 1 – Continuação do desenvolvimento dos guiões:
- 1.1 – Igreja do Convento de Santa Clara;
- 1.2 – Igreja Paroquial de São Nicolau;
- 1.3 – Igreja do Mosteiro de São Bento da Vitória.

**Segunda-feira, 2 de Fevereiro de 2015, 9h – 13h**

**Diário de Bordo, Dia XLV (4 horas)**

- 1 – Continuação do desenvolvimento dos guiões:
- 1.1 – Igreja do Mosteiro de São Bento da Vitória;
- 1.2 – Sé Catedral do Porto.

**Terça-feira, 3 de Fevereiro de 2015, 14h – 18h**

**Diário de Bordo, Dia XLVI (4 horas)**

- 1 – Continuação do desenvolvimento dos guiões:
- 1.1 – Sé Catedral do Porto;
- 1.2 – Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade;
- 2 – Visita ao Mosteiro de São Bento da Vitória para averiguação e correção de alguns pontos constantes no respetivo guião.

**Quarta-feira, 4 de Fevereiro de 2015, 14h – 18h**

**Diário de Bordo, Dia XLVII (4 horas)**

- 1 – Continuação do desenvolvimento dos guiões:
  - 1.1 – Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade;
  - 1.2 – Capela da Lada;
  - 1.3 – Capela dos Alfaiates.

**Quinta-feira, 5 de Fevereiro de 2015, 14h – 18h**

**Diário de Bordo, Dia XLVIII (4 horas)**

- 1 – Continuação do desenvolvimento dos guiões:
  - 1.1 – Capela dos Alfaiates;
  - 1.2 – Igreja Paroquial de Santo Ildefonso.

**Sexta-feira, 6 de Fevereiro de 2015, 14h – 18h**

**Diário de Bordo, Dia XLIX (4 horas)**

- 1 – Conclusão dos guiões relativos às capelas e igrejas do centro histórico do Porto:
  - 1.1 – Igreja Paroquial de Santo Ildefonso.
- 2 – Apoio ao contacto com os oradores convidados do projeto *Um Objeto e Seus Discursos por Semana*.

**Segunda-feira, 9 de Fevereiro de 2015, 14h – 18h**

**Diário de Bordo, Dia L (4 horas)**

- 1 – Início da revisão aos guiões das capelas e igrejas do centro histórico do Porto;
- 2 – Apoio ao contacto com os oradores convidados do projeto *Um Objeto e Seus Discursos por Semana*.

**Terça-feira, 10 de Fevereiro de 2015, 14h – 18h**

**Diário de Bordo, Dia LI (4 horas)**

- 1 – Continuação da revisão aos guiões das capelas e igrejas do centro histórico.

### **Quarta-feira, 11 de Fevereiro de 2015, 14h – 18h**

#### **Diário de Bordo, Dia LII (4 horas)**

- 1 – Continuação da revisão aos guiões das capelas e igrejas do centro histórico;
- 2 – Averiguação dos horários das missas nas igrejas e capelas planeadas para o dia 28 de março (data do evento);
- 3 – Introdução da atividade *Igrejas e Capelas do Centro Histórico do Porto* na plataforma informática *online* do DNCH 2015.

### **Quinta-feira, 12 de Fevereiro de 2015, 14h – 18h**

#### **Diário de Bordo, Dia LIII (4 horas)**

- 1 – Revisão aos guiões desenvolvidos, sob a orientação da Dr.<sup>a</sup> Orquídea Félix.

### **Sexta-feira, 13 de Fevereiro de 2015, 14h – 18h**

#### **Diário de Bordo, Dia LIV (4 horas)**

- 1 – Organização e normalização de toda a programação inserida na plataforma informática *online* do DNCH 2015;
- 2 – Conclusão da revisão geral aos guiões das igrejas e capelas do centro histórico.

### **Segunda-feira, 16 de Fevereiro de 2015, 14h – 18h**

#### **Diário de Bordo, Dia LV (4 horas)**

- 1 – Envio dos guiões das capelas e igrejas do centro histórico do Porto aos parceiros da atividade (Dr. Jorge Ricardo Pinto – ISCET; Dr.<sup>a</sup> Isabel Marques – ULP);
- 2 – Inserção das atividades da DMMPC na plataforma informática do DNCH 2015.

### **Quarta-feira, 18 de Fevereiro de 2015, 14h – 18h**

#### **Diário de Bordo, Dia LVI (4 horas)**

- 1 – Inserção das atividades do Banco de Materiais e da DMMPC na plataforma informática *online* do DNCH 2015;
- 2 – Revisão geral de todas as atividades da plataforma e sua normalização.

**Quinta-feira, 19 de Fevereiro de 2015, 9h – 13h; 14h – 18h**

**Diário de Bordo, Dia LVII (8 horas)**

- 1 – Continuação dos trabalhos de revisão e normalização dos dados da plataforma;
- 2 – Transposição de todas as atividades para um ficheiro *Excel*, a enviar aos *designers* responsáveis pela imagem e desdobráveis do DNCH 2015.

**Sexta-feira, 20 de Fevereiro de 2015, 9h – 13h; 14h – 18h**

**Diário de Bordo, Dia LVIII (8 horas)**

- 1 – Continuação das tarefas do dia anterior;
- 2 – Tradução para inglês das informações relativas às diversas atividades.

**Segunda-feira, 23 de Fevereiro de 2015, 9h – 13h; 14h – 18h**

**Diário de Bordo, Dia LIX (8 horas)**

- 1 – Conclusão dos trabalhos de revisão e normalização dos dados da plataforma;
- 2 – Esclarecimento de dúvidas e pormenores com algumas entidades (via telefone);
- 3 – Pesquisa de contactos de possíveis convidados para as sessões de *Um Objeto e Seus Discursos por Semana*.

**Terça-feira, 24 de Fevereiro de 2015, 14h – 18h**

**Diário de Bordo, Dia LX (4 horas)**

- 1 – Atualização do programa do DNCH na plataforma informática *online*, devido ao pedido de acrescentos e alterações por parte de algumas entidades;
- 2 – Envio do programa completo aos parceiros do DNCH para confirmação final.

**Quarta-feira, 25 de Fevereiro de 2015, 14h – 18h**

**Diário de Bordo, Dia LXI (4 horas)**

- 1 – Na sequência do envio do programa completo aos parceiros do DNCH, foram recebidos alguns pedidos de alteração das informações constantes,

nomeadamente a nível de horários, moradas, nomes dos eventos, condições de registo e aquisição de *vouchers* etc.;

- 2 – Atualização do programa a enviar à equipa de *design*.

#### **Quinta-feira, 26 de Fevereiro de 2015, 14h – 18h**

##### **Diário de Bordo, Dia LXII (4 horas)**

- 1 – Foram recebidos novos pedidos de alteração de dados constantes no programa;
- 2 – Atualização do programa a enviar à equipa de *design*.

#### **Sexta-feira, 27 de Fevereiro de 2015, 9h – 13h**

##### **Diário de Bordo, Dia LXIII (4 horas)**

- 1 – Atualização do programa por pedidos de alteração recebidos;
- 2 – Reunião com a equipa responsável pelo *design* e desdobráveis do DNCH (*Another Collective*).

#### **Terça-feira, 3 de Março de 2015, 14h – 18h**

##### **Diário de Bordo, Dia LXIV (4 horas)**

- 1 – Atualização do programa a enviar à equipa de *design*;
- 2 – Desenvolvimento de uma versão do programa em *Word*, com descrições dos eventos e imagens, para colocação na *Agenda Cultural do Município*.

#### **Quarta-feira, 4 de Março de 2015, 9h – 13h; 14h – 18h**

##### **Diário de Bordo, Dia LXV (8 horas)**

- 1 – Nova atualização de dados no programa a enviar à equipa de *design* e na plataforma informática *online* do DNCH 2015;
- 2 – Envio do programa para a equipa de *design*;
- 3 – Continuação do trabalho no documento para a *Agenda Cultural do Município*.

**Quinta-feira, 5 de Março de 2015, 14h – 18h**

**Diário de Bordo, Dia LXVI (4 horas)**

- 1 – Conclusão do trabalho no documento para a *Agenda Cultural do Município*;
- 2 – Recolha de informação sobre todas as entidades parceiras do DNCH.

**Sexta-feira, 6 de Março de 2015, 14h – 18h**

**Diário de Bordo, Dia LXVII (4 horas)**

- 1 – Continuação da recolha de informação sobre os parceiros do DNCH;
- 2 – Contacto com a equipa responsável pelo *design* e desdobráveis do evento para acerto de algumas questões relativas aos nomes das entidades a constar.

**Segunda-feira, 9 de Março de 2015, 14h – 18h**

**Diário de Bordo, Dia LXVIII (4 horas)**

- 1 – Conclusão da recolha de informação sobre os parceiros do DNCH;
- 2 – Reunião com a equipa responsável pelo *design* do DNCH, onde foi apresentada a primeira versão do desdobrável com a programação;
- 3 – Análise ao desdobrável e apontamento de ajustes a realizar.

**Terça-feira, 10 de Março de 2015, 9h-13h; 14h – 18h**

**Diário de Bordo, Dia LXIX (8 horas)**

- 1 – Continuação da análise ao desdobrável e apontamento de ajustes a realizar;
- 2 – Comunicação dos ajustes a realizar ao desdobrável DNCH;
- 3 – Entretanto, foram recebidas novas atividades para inserção no programa, ainda com elementos por confirmar. Procedeu-se à inserção das mesmas;
- 4 – Pesquisa e recolha dos logótipos de todas as entidades parceiras.

**Quarta-feira, 11 de Março de 2015, 14h – 18h**

**Diário de Bordo, Dia LXX (4 horas)**

- 1 – Envio dos logótipos das entidades parceiras do DNCH à equipa de *design*;

- 2 – Inserção das novas atividades na plataforma digital e no documento para a *Agenda Cultural do Município*;
- 3 – Concluiu-se que a utilização dos logótipos das entidades parceiras nos materiais de divulgação não seria proveitosa, por serem muitos e por não possuímos todas as imagens com boa qualidade para edição.

#### **Quinta-feira, 12 de Março de 2015, 14h – 18h**

##### **Diário de Bordo, Dia LXXI (4 horas)**

- 1 – Recebida nova versão do desdobrável, com alguns dos ajustes requeridos;
- 2 – Realização de novos ajustes às informações do desdobrável DNCH e comunicação dos mesmos à equipa de *design*.

#### **Segunda-feira, 16 de Março de 2015, 14h – 18h**

##### **Diário de Bordo, Dia LXXII (4 horas)**

- 1 – A menos de duas semanas do Dia Nacional dos Centros Históricos, foram recebidas novas atividades para inserção no programa, ainda com dados por confirmar. Procedeu-se então ao registo das atividades nos diferentes suportes;
- 2 – Realização de novos ajustes às informações do desdobrável DNCH e comunicação dos mesmos à equipa de *design*;
- 3 – Foi criado, na rede social *Facebook*, o evento *Dia Nacional dos Centros Históricos 2015*, com a imagem definitiva, um pequeno texto de apresentação e listagem de entidades parceiras;
- 4 – Contacto com o Sr. Padre Agostinho Jardim Moreira e com a Irmandade Senhor dos Passos Cruz de Cristo e Nossa Senhora do Rosário para abertura de igrejas.

#### **Terça-feira, 17 de Março de 2015, 14h – 18h**

##### **Diário de Bordo, Dia LXXIII (4 horas)**

- 1 – Foi divulgada no *site* da CMP a programação do DNCH 2015;
- 2 – Foram necessárias reformulações no documento para a *Agenda Cultural do Município*, nomeadamente ao nível da formatação e de certos dados do programa;
- 3 – Recebida mais uma versão do desdobrável DNCH, para verificação e correção.

### **Quarta-feira, 18 de Março de 2015, 9h – 13h; 14h – 18h**

#### **Diário de Bordo, Dia LXXIV (8 horas)**

- 1 – Revisão do desdobrável e comunicação dos ajustes a fazer à equipa de *design*;
- 2 – Novos acrescentos e reformulações ao documento publicado no *site* da Câmara;
- 3 – Envio do documento *Word* corrigido para publicação no *site* da Câmara;
- 4 – Chegou entretanto nova versão corrigida do desdobrável DNCH;
- 5 – Nova verificação e correção do desdobrável, nomeadamente ao nível do mapa e dos locais das atividades, que encontravam-se deslocados e com alguns erros;
- 6 – Comunicação dos ajustes a efetuar ao desdobrável DNCH;
- 7 – Receção da versão final dos desdobráveis DNCH.

### **Quinta-feira, 19 de Março de 2015, 14h – 18h**

#### **Diário de Bordo, Dia LXXV (4 horas)**

- 1 – Neste dia foram mandados para impressão 12.000 desdobráveis DNCH;
- 2 – Entretanto, a *Porto Lazer* enviou uma nova atividade, que já não foi a tempo de ser inserida no desdobrável. Tentou-se, porém, dar conta da mesma no programa publicado no *site* da Câmara;
- 3 – Visita individual às igrejas de S. João Novo e N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Vitória para verificação *in situ* de alguns aspetos constantes nos guiões desenvolvidos.

### **Sexta-feira, 20 de Março de 2015, 14h – 18h**

#### **Diário de Bordo, Dia LXXVI (4 horas)**

- 1 – Visitas às igrejas de S. João Novo, N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Vitória e S. Bento da Vitória, com a Dr.<sup>a</sup> Orquídea Félix, Dr.<sup>a</sup> Filomena Guimarães, arquiteta Marta Cunha e uma equipa de alunos do curso de Turismo do Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo, coordenada pelo Dr. Jorge Ricardo Pinto. As visitas tinham como objetivos: o reconhecimento do local; a comparação com as descrições dos guiões; a preparação das visitas guiadas a realizar no dia 28 de março; o contacto com os responsáveis pelas igrejas;
- 2 – Algumas notas:
  - 2.1 – Durante as visitas foi possível contactar pessoalmente com os responsáveis pelas igrejas, com quem foi acordada a hora de abertura para o dia 28 de Março;



2.2 – Fruto deste contacto, foi-nos permitido o acesso, no DNCH, a elementos normalmente não visíveis, como a Muralha Fernandina (na igreja de S. João Novo) e a cabeça de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Vitória da autoria do Mestre Soares dos Reis (na igreja de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Vitória);

2.3 – Na igreja do Convento de S. Bento da Vitória foi-nos feita uma visita guiada pelo Frei Geraldo, onde tivemos a oportunidade de conhecer a fundo todo o espaço e sua envolvente.

### **Sábado, 21 de Março de 2015, 18h – 19h**

#### **Diário de Bordo, Dia LXXVII (1 hora)**

- 1 – Acompanhamento da sessão de *Um Objeto e Seus Discursos: Coração de D. Pedro*, na Igreja da Lapa.

### **Segunda-feira, 23 de Março de 2015, 14h – 18h**

#### **Diário de Bordo, Dia LXXVIII (4 horas)**

- 1 – Iniciou-se hoje o período de inscrições nas várias atividades do DNCH. Estas inscrições são feitas junto das entidades responsáveis por cada atividade, no quiosque da *PortoTours* ou no Palacete dos Viscondes de Balsemão (conforme informação constante do programa disponibilizado, para já, apenas em formato *online*). Note-se que parte das atividades esgotou na manhã do 1.<sup>o</sup> dia, havendo ainda registos de reclamações relativas aos horários do quiosque da *PortoTours*, que não funciona à hora do almoço;
- 2 – Atendimento ao público: registo de inscrições nas atividades;
- 3 – Chegaram os desdobráveis DNCH (200 exemplares, estando os restantes em distribuição pelos parceiros).

### **Terça-feira, 24 de Março de 2015, 14h – 18h**

#### **Diário de Bordo, Dia LXXIX (4 horas)**

- 1 – Atendimento ao público: registo de inscrições nas atividades;
- 2 – Preparação das visitas a realizar no DNCH à igreja de S. Nicolau;
- 3 – Correção de informações constantes no programa *online* do DNCH.

**Quarta-feira, 25 de Março de 2015, 14h – 18h**

**Diário de Bordo, Dia LXXX (4 horas)**

- 1 – Atendimento ao público: registo de inscrições nas atividades;
- 2 – Sessão de preparação, com a Dr.<sup>a</sup> Orquídea Félix, das visitas guiadas a realizar no DNCH à igreja de S. Nicolau.

**Quinta-feira, 26 de Março de 2015, 14h – 18h**

**Diário de Bordo, Dia LXXXI (4 horas)**

- 1 – Deslocação, com a Dr.<sup>a</sup> Isabel Osório, à igreja de S. Nicolau, para preparação das visitas guiadas a realizar no DNCH;
- 2 – Distribuição de crachás do DNCH por várias entidades parceiras. Na passagem por estes locais, foi também averiguada a receção dos materiais de promoção (desdobráveis e cartazes).

**Sexta-feira, 27 de Março de 2015, 14h – 18h**

**Diário de Bordo, Dia LXXXII (4 horas)**

- 1 – Atendimento ao público: registo de inscrições nas atividades;
- 1.1 – Esgotou a visita guiada *Da Vitória à Ribeira*. Foi definido um limite máximo de 30 participantes, tendo sido efetivamente inscritos 40 (excedendo, portanto, o limite previamente definido);
- 2 – Preparação das visitas a realizar no DNCH à igreja de S. Nicolau: planeamento da visita em inglês.

**Sábado, 28 de Março de 2015, 14h – 19h**

**Diário de Bordo, Dia LXXXIII (5 horas)**

- 1 – Dia Nacional dos Centros Históricos;
- 1.1 – Passagem por vários locais para verificação do decorrer das atividades e da afluência de público;
- 1.2 – Realização de visitas guiadas na igreja de S. Nicolau, entre as 16h e as 17h45m;
- 1.3 – Acompanhamento da sessão de *Um Objeto e Seus Discursos por Semana: Taça Ming*, na Casa-Museu Guerra Junqueiro.

**Segunda-feira, 30 de Março de 2015, 14h – 18h**

**Diário de Bordo, Dia LXXXIV (4 horas)**

- 1 – Na sequência do Dia Nacional dos Centros Históricos, foram recebidas algumas reclamações, uma das quais por escrito;
- 2 – Apontamentos gerais de balanço do Dia Nacional dos Centros Históricos;
- 3 – Trabalhos para o relatório de estágio.

**Terça-feira, 31 de Março de 2015, 14h – 18h**

**Diário de Bordo, Dia LXXXV (4 horas)**

- 1 – Trabalhos para o relatório de estágio;
- 2 – 17h30m: presença na inauguração da obra *Dead End #15*, de João Louro, inserida no Programa de Arte Pública da Câmara Municipal do Porto;
- 3 – 18h: presença na inauguração do centro interpretativo dedicado ao Infante D. Henrique e aos Descobrimentos, na Casa do Infante.

**Quarta-feira, 1 de Abril de 2015, 14h – 18h**

**Diário de Bordo, Dia LXXXVI (4 horas)**

- 1 – Realização do balanço do DNCH 2015;
- 1 – Trabalhos e pesquisa para o relatório de estágio.

**Terça-feira, 7 de Abril de 2015, 14h – 18h**

**Diário de Bordo, Dia LXXXVII (4 horas)**

- 1 – Foi recebida uma reclamação por parte do Padre José Alfredo, do Museu de Arte Sacra e Arqueologia;
- 2 – Foi recebido um elogio por parte da Dr.<sup>a</sup> Sónia Faria, do Museu do Centro Hospitalar do Porto, felicitando toda a equipa da Divisão Municipal de Museus e Património Cultural envolvida no DNCH 2015, *pela excelente organização e divulgação do evento*. Referiu ainda que as atividades organizadas pelo Museu do Centro Hospitalar do Porto tiveram uma *muito boa adesão*.
- 3 – Foi marcada uma reunião de balanço do DNCH 2015 para o dia 23 de Abril;
- 4 – Trabalhos e pesquisa para o relatório de estágio.

**Quarta-feira, 8 de Abril de 2015, 14h – 18h**

**Diário de Bordo, Dia LXXXVIII (4 horas)**

- 1 – Realização do balanço de públicos do DNCH 2015: contacto com as entidades;
- 2 – Trabalhos e pesquisa para o relatório de estágio.

**Quinta-feira, 9 de Abril de 2015, 14h – 18h**

**Diário de Bordo, Dia LXXXIX (4 horas)**

- 1 – Realização do balanço do DNCH 2015: contacto com as entidades;
- 2 – Trabalhos e pesquisa para o relatório de estágio.

**Sexta-feira, 10 de Abril de 2015, 14h – 18h**

**Diário de Bordo, Dia XC (4 horas)**

- 1 – Último dia de estágio;
- 2 – Realização do balanço do DNCH 2015;
- 3 – Neste último dia de estágio, tive a honra de ser brindado com publicações da Direção Municipal da Cultura e com uma despedida por parte de toda a equipa que comigo trabalhou ao longo destes meses.

**Sexta-feira, 17 de Abril de 2015, 17h – 18h**

**Diário de Bordo, Dia XCI (1 hora)**

- 1 – Pesquisa bibliográfica no acervo da Divisão Municipal de Museus e Património Cultural para trabalho no relatório de estágio.

**Sábado, 18 de Abril de 2015, 18h – 20h**

**Diário de Bordo, Dia XCII (2 horas)**

- 1 – Acompanhamento da sessão de *Um Objeto e Seus Discursos por Semana: Muralha Fernandina*, no Mosteiro de Santa Clara.

**Terça-feira, 21 de Abril de 2015, 14h – 18h**

**Diário de Bordo, Dia XCIII (4 horas)**

1 – Dia para orientação.

**Quinta-feira, 23 de Abril de 2015, 11h – 13h**

**Diário de Bordo, Dia XCIV (2 horas)**

- 1 – Reunião final de balanço e avaliação do Dia Nacional dos Centros Históricos, realizada na biblioteca do Seminário Maior de Nossa Senhora da Conceição do Porto, com a presença de vários representantes de entidades parceiras;
- 2 – Pequena visita, conduzida pelo Reitor do Seminário (Padre Dr. António Augusto de Oliveira Azevedo), ao Museu de Arte Sacra e Arqueologia e à varada de S. João de Brito.

## Apêndice 4: Trabalho de Cronologia Síntese Sobre a Cidade do Porto

Ano	Mês	Dia	Facto
1325			D. Afonso IV manda iniciar a construção da Alfândega (a actual Casa do Infante e Arquivo Histórico) na zona ribeirinha
1348			Peste Negra
1355			Início da construção da cerca gótica
1369			Primeiro alargamento do termo do concelho
1373			Fundação da bolsa de mercadores na cidade
1374			Conclusão da cerca gótica da cidade do Porto
1385	4	6	D. João I é aclamado Rei de Portugal nas Cortes de Coimbra
1385			Construção do claustro gótico da Sé Catedral
1386	5	9	Tratado de Windsor, entre os Reis de Portugal e Inglaterra, selando a mais antiga aliança do mundo
1386			Criação da Judiaria do Olival
1387	2	2	Casamento de D. João I com Dona Filipa de Lencastre, no Porto. Reunião das Cortes na cidade
1394	3	4	Nasce no Porto o Infante D. Henrique
1395			Abertura da Rua Nova ou Formosa (hoje Rua do Infante D. Henrique)
1406			Celebração do contrato entre D. Gil Alma e D. João I sobre a passagem do senhorio da Cidade para a Coroa
1415	8	21	Conquista de Ceuta, para o qual o Porto teve um papel importante enquanto base de preparação da armada.
1494	6	7	Tratado de Tordesilhas
1499	3	14	Fundação da Misericórdia do Porto, embora a primeira referência documental seja de 1503
1500	4	22	Data oficial da Descoberta do Brasil pela frota comandada por Pedro Álvares Cabral
1514	3	12	Passa sumptuosamente pelas ruas de Roma a famosa embaixada de D. Manuel I ao Papa Leão X
1517	6	20	Novo foral concedido por D. Manuel ao Porto
1521			Abertura da Rua das Flores
1538			Conclusão da construção da capela-farol de São Miguel-o-Anjo
1543	2	11	1.º auto-de-fé na cidade do Porto
1544	4	27	2.º auto-de-fé na cidade do Porto
1578	8	4	Morte de D. Sebastião em Alcácer Quibir
1580	6	10	Morre Luís Vaz de Camões (10 de Junho é hoje o Dia de Portugal e das Comunidades Portuguesas)

Nota: A imagem representa apenas um excerto de toda a cronologia desenvolvida, que se inicia no ano 74 a.C. e termina em 2014.

## Apêndice 5: Trabalho de Registo de *Portuenses Ilustres*

Nome	Ano	Mês	Dia	Facto	Ano	Mês	Dia	Facto II
Manoel de Oliveira	1908	12	11	Nasce no Porto	2015	4	2	Morre no Porto
Manuel António Pina	2012	10	19	Morre no Porto				
Mário Dorminsky	1955	4	30	Nasce no Porto				
Marques da Silva	1869	10	18	Nasce no Porto	1947	6	6	Morre no Porto
Nicolau Nasoni	1725			Chegada de Nasoni ao Porto	1773	8	30	Morre no Porto
Padre Baltazar Guedes	1620	2	6	Nasce no Porto	1693	9	6	Morre no Porto
Passos José	1802	11	18	Nasce em Matosinhos	1863	11	12	Morre no Porto
Passos Manuel	1801	1	5	Nasce em Matosinhos	1862	1	18	Morre em Santarém
Pedro de Oliveira	1883	9	20	Morre no Porto	1883	9	27	Recebe agradecimento e louvor público
Pedro Homem de Melo	1904	9	6	Nasce no Porto	1984	3	5	Morre no Porto
Pero Vaz de Caminha	1450			Nasce no Porto				
Pinto de Magalhães (Afonso)	1984	1	29	Morre no Porto				
Ramalho Ortigão	1836	10	24	Nasce no Porto				
Raul Brandão	1867	3	12	Nasce no Porto (Foz do Douro)				
Ricardo Jorge	1858	5	9	Nasce no Porto				
Rocha Peixoto (António Augusto)	1866	5	18	Nasce na Póvoa de Varzim	1909	5	2	Morre em Matosinhos
Rodrígues de Freitas (José Joaquim)	1840	1	24	Nasce no Porto	1896	7	27	Morre no Porto
Salvador Caetano	1926	4	2	Nasce em Vila Nova de Gaia	2011	6	27	Morre em Matosinhos
Sampaio Bruno	1857	11	30	Nasce no Porto	1915	11	6	Morre no Porto
Sant' Anna Dionísio	1902	2	23	Nasce no Porto	1991	5	5	Morre no Porto
Soares dos Reis	1847	10	14	Nasce em Vila Nova de Gaia	1889	2	16	Morre em Vila Nova de Gaia
Sophia de Mello Breyner Andresen	1919	11	6	Nasce no Porto				
Teixeira de Vasconcelos	1816	11	1	Nasce no Porto				
Teixeira Lopes (António)	1866	10	27	Nasce em Vila Nova de Gaia				
Teixeira Lopes (José Joaquim)	1918			Morre em Vila Nova de Gaia				
Teixeira Lopes (José)	1872			Nasce no Porto				
Vasco Graça Moura	1942	1	3	Nasce no Porto (Foz do Douro)				
Viana de Lima	1991	12	27	Morre no Porto				
Vieira Portuense	1765	5	13	Nasce no Porto				

Nota: A imagem representa apenas um excerto de todo o trabalho desenvolvido.

## Apêndice 6: Registo de Dias Comemorativos Relacionáveis com a Cultura e o Património Cultural

Data	Efeméride
26 de Março	Dia do Livro Português
27 de Março	Dia Mundial do Teatro
<b>28 de Março</b>	<b>Dia Nacional dos Centros Históricos</b>
9 de Abril	Dia do Combatente
<b>18 de Abril</b>	<b>Dia Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS)</b>
<b>20 de Abril</b>	<b>Dia do Turista</b>
22 de Abril	Dia Mundial da Terra
23 de Abril	Dia Mundial do Livro e dos Direitos de Autor (UNESCO)
26 de Abril	Dia da Produção Nacional
26 de Abril	Dia Mundial da Propriedade Intelectual
29 de Abril	Dia Mundial da Dança
30 de Abril	Dia Internacional do Jazz
3 de Maio	Dia Internacional do Sol
9 de Maio	Dia da Europa
<b>18 de Maio</b>	<b>Dia Internacional dos Museus (ICOM)</b>
21 de Maio	Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento
22 de Maio	Dia Internacional da Biodiversidade
28 de Maio	Dia Nacional do Alfaiate
30 de Maio	Dia Nacional do Folclore
5 de Junho	Dia Mundial do Ambiente
8 de Junho	Dia Mundial dos Oceanos
<b>9 de Junho</b>	<b>Dia Internacional dos Arquivos</b>
9 de Agosto	Dia Internacional dos Povos Indígenas
12 de Agosto	Dia Internacional da Juventude
19 de Agosto	Dia Mundial da Fotografia
21 de Setembro	Dia Internacional da Paz
26 de Setembro	Dia Europeu das Línguas
<b>27 de Setembro</b>	<b>Dia Mundial do Turismo</b>
<b>Último Fim-de-semana de Setembro</b>	<b>Jornadas Europeias do Património (Conselho da Europa)</b>
1 de Outubro	Dia Mundial da Música

Nota: A imagem representa apenas um excerto de todo o trabalho desenvolvido.



## Apêndice 7: Entidades Participantes no DNCH (2009-2014)

	<b><u>Arqueossítio da Rua D. Hugo / DMMPC</u></b>
	Arquivo Distrital do Porto
	<b><u>Associação Comercial do Porto</u></b>
	<b><u>Associação de Bares da Zona Histórica do Porto</u></b>
	Associação de Ludotecas do Porto - Anilupa
	<b>ATC – Porto Tours</b>
	Banco de Materiais / DMMPC
X	<i>Beware, Consultadoria e Serviços, SA. (entretanto adquirida pela empresa CARD4B)</i>
	<b>Blue Dragon</b>
	<i>Carristur – Yellow Bus Official Sightseeing Tour</i>
	<b><u>Casa do Infante / Divisão Municipal de Arquivo Histórico</u></b>
	<b><u>Casa Museu Guerra Junqueiro / DMMPC</u></b>
	<b><u>Centro Português de Fotografia</u></b>
	CHIP – Grupo de investigação em Cultura e Património na cidade do Porto / ISCET
X	<b>Clube Literário do Porto</b>
X	Cotonete & Bisturi (entretanto anexada pela Dalmática – Conservação e Restauro)
X	<b>CRAT – Centro Regional de Artes Tradicionais</b>
	<u>Departamento Municipal de Turismo</u>
	<b><u>Diocese do Porto</u></b>
	<u>Divisão Municipal de Museus e Património Cultural / Património Cultural</u>
	<b>Douro Acima</b>
	<b><u>Douro Azul</u></b>
	EcoTours Portugal
	Edifício Histórico da Universidade do Porto / Reitoria
	Empatia Arqueologia, LDA.
	<b>Escola Artística e Profissional Árvore</b>
	<b>Escola Básica de Miragaia</b>
	<b><u>Escola Superior Artística do Porto</u></b>
	<b><u>Fundação da Juventude / Palácio das Artes - Fábrica de Talentos</u></b>
	<b>Fundação Maria Isabel Guerra Junqueiro e Luís Pinto Mesquita Carvalho</b>
	GBliss
	<b>HardClub</b>

	<b><u>Igreja e Torre dos Clérigos</u></b>
	<b><u>Igreja Monumento de S. Francisco</u></b>
	Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, I.P.
	<b>Irmandade de São José das Taipas</b>
	<b>Irmandade Sr. dos Passos Cruz de Cristo e N.ª Sr.ª do Rosário</b>
X	<b>Junta de Freguesia de S. Nicolau</b> (entretanto integrada numa união de freguesias)
	<b>Living Tours</b>
	Mergelab
	<b><u>Museu de Arte Sacra e Arqueologia do Seminário Maior de Nª Sª da Conceição</u></b>
	Museu dos Transportes e Comunicações
	Museu Municipal do Vinho do Porto
	<b>No Tecto do Mundo</b>
	Old Portuguese Stuff
	<b>Paróquia de S. Nicolau</b>
	<b>Paróquia Vitória</b>
	Plano B
	<u>Porto Lazer</u>
	<b><u>Porto Vivo, SRU</u></b>
	Portugal Lovers
	Rota do Douro
	<b><u>Santa Casa da Misericórdia do Porto</u></b>
	<b>Serviços de Assistência Organizações de Maria (SAOM)</b>
	<b>Sítios e Memórias</b>
	<b><u>Teatro de Marionetas do Porto</u></b>
	<b><u>Teatro Nacional de S. João</u></b>
	<b>The Other Side Tourism Company</b>
	Universidade Lusófona do Porto
	<b>Via Douro</b>

**Legenda:**

A **negrito**: localizada no centro histórico;

A sublinhado: participou sempre;

Com X: já desaparecida ou sem registos encontrados de atividade recente.

## Apêndice 8: Contabilização de Atividades por Anos e Tipologias

Ano	Atividades Lúdicas	Animação de Rua	Músicas/Dança	Debates	Exposições	Multimédia	Mercados Urbanos	Oficinas/workshops
2009	2	2	1	2	0	1	0	1
2010	1	6	4	5	7	2	4	4
2011	2	1	6	2	5	4	5	6
2012	2	2	4	2	6	1	7	2
2013	1	4	8	0	1	1	4	2
2014	0	19	3	1	5	1	7	5
<b>Total</b>	8	34	26	12	24	10	27	20

Passeios	Teatro	Visitas Guiadas Exteriores	Visitas Guiadas	Visitas Livres	<i>Pedipaper</i>	Total
1	0	1	9	6	1	27
1	0	0	14	9	2	59
6	0	6	9	8	2	62
4	0	5	9	4	1	49
4	0	7	11	4	0	47
3	5	9	16	3	0	77
19	5	28	68	34	6	<b>321</b>

Tabela 1 - Contabilização de atividades por anos e tipologias, feita a partir da análise aos programas anuais desde 2009.

## Apêndice 9: Gráfico Circular com Percentagem de Atividades por Tipologia

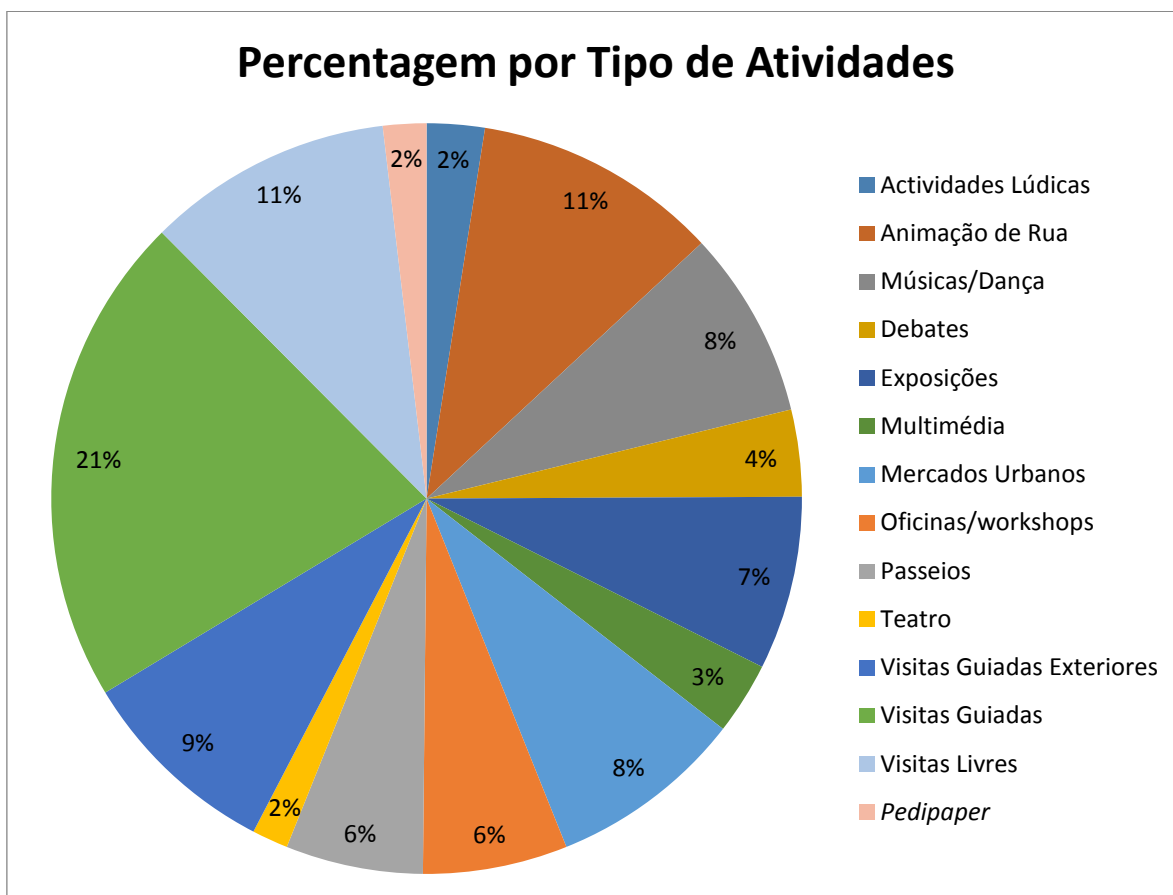
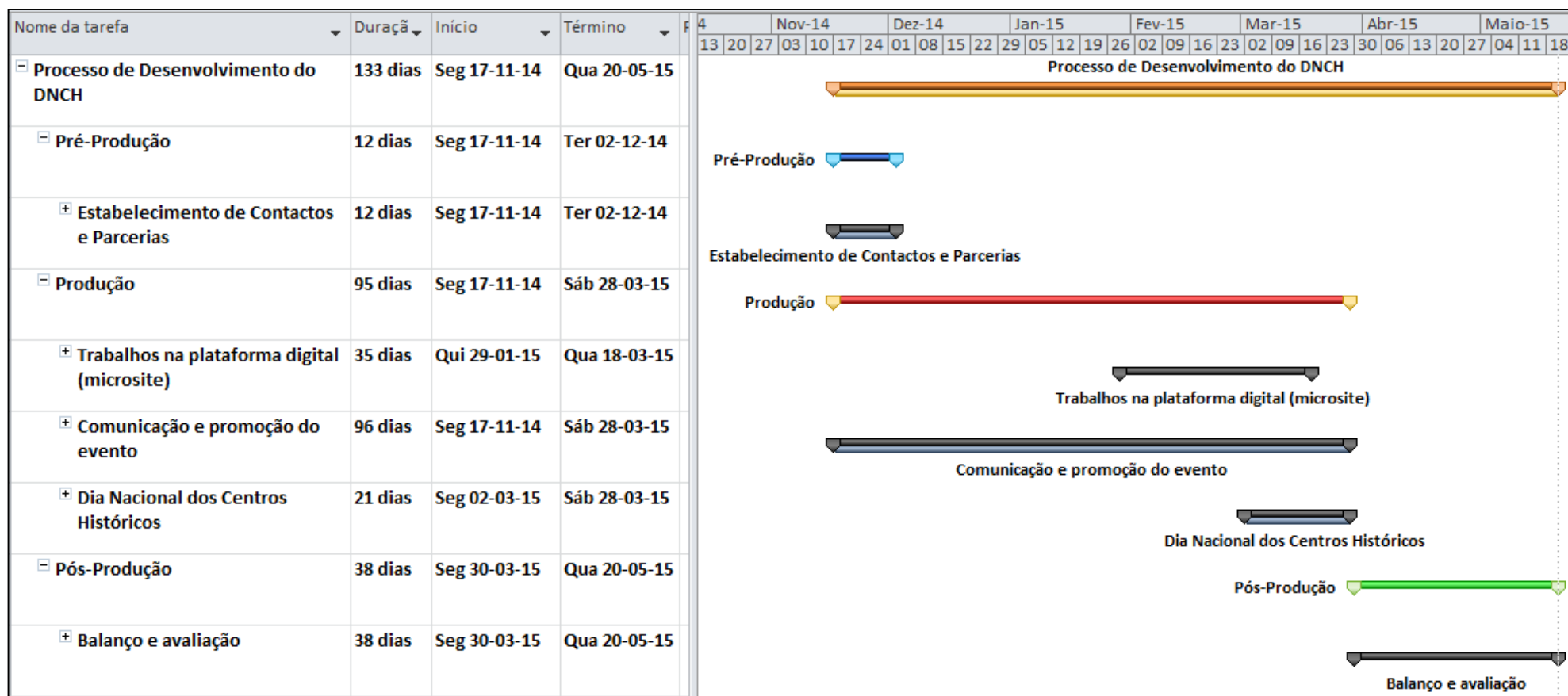
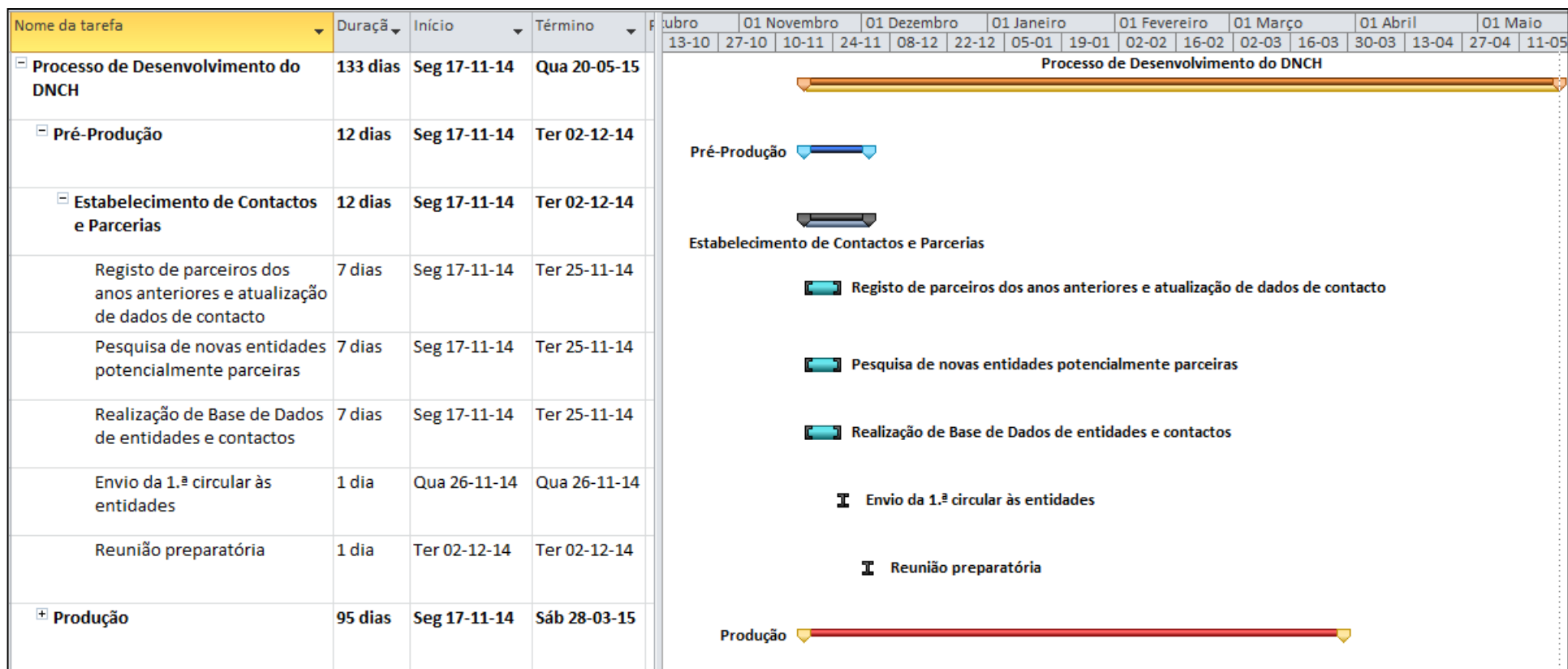


Gráfico 1 - Gráfico circular com percentagem de atividades por tipologia, feito com recurso ao *Microsoft Office Excel* a partir da tabela apresentada no Apêndice 8.

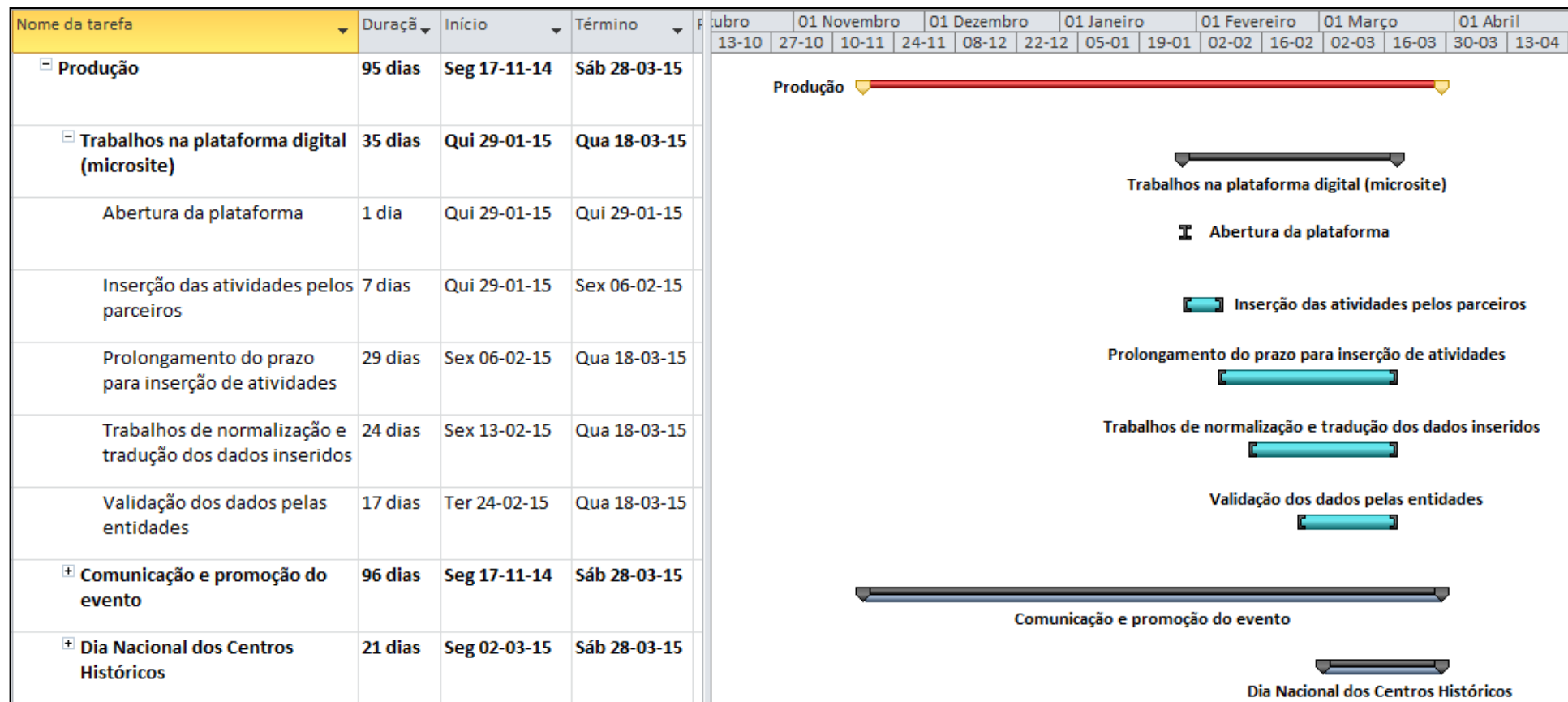
## Apêndice 10: Cronograma de Desenvolvimento do DNCH 2015



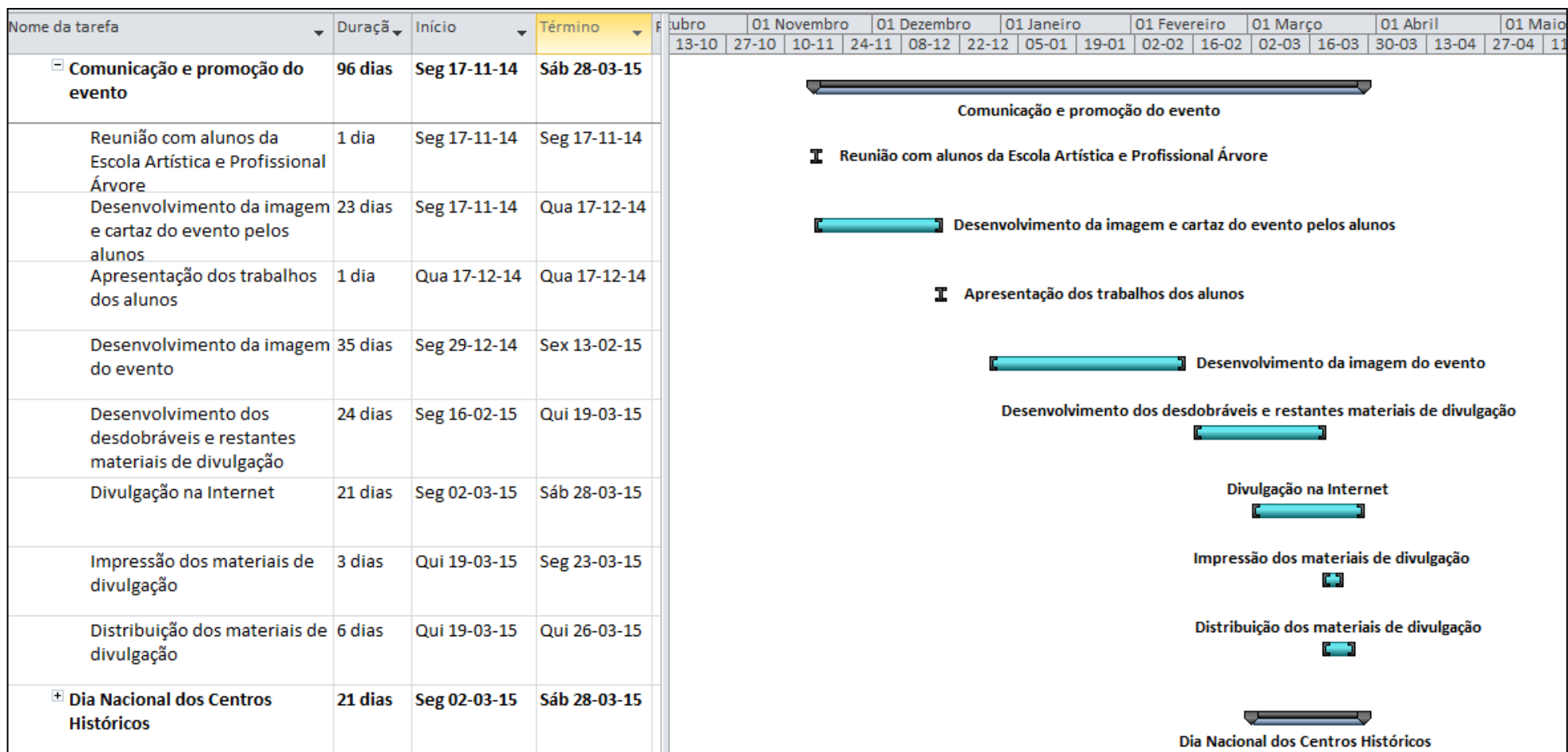
Apêndice 10 - Cronograma com as grandes etapas de desenvolvimento do Dia Nacional dos Centros Históricos 2015. Desenvolvido com recurso ao *Microsoft Project 2010*.



Apêndice 10.1 - Cronograma para a tarefa de estabelecimento de contactos e parcerias. Desenvolvido com recurso ao *Microsoft Project 2010*.

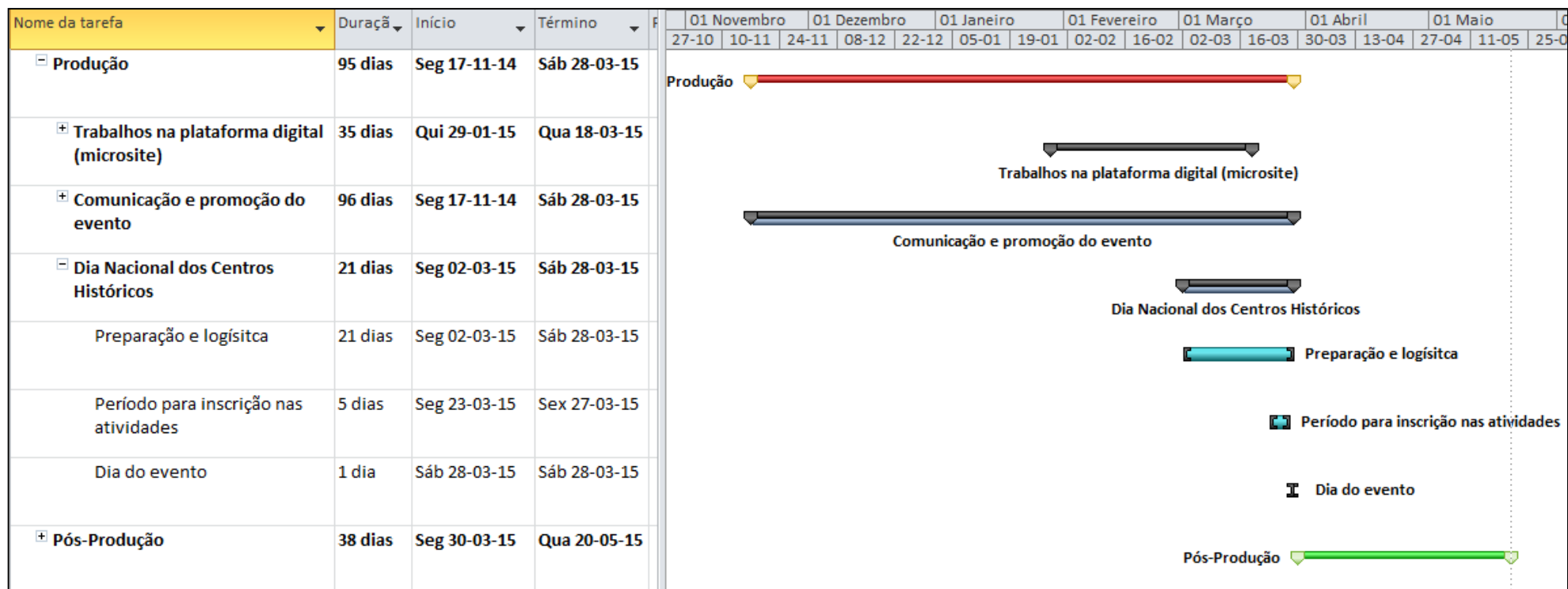


Apêndice 10.2 - Cronograma dos trabalhos na plataforma digital. Desenvolvido com recurso ao *Microsoft Project 2010*.

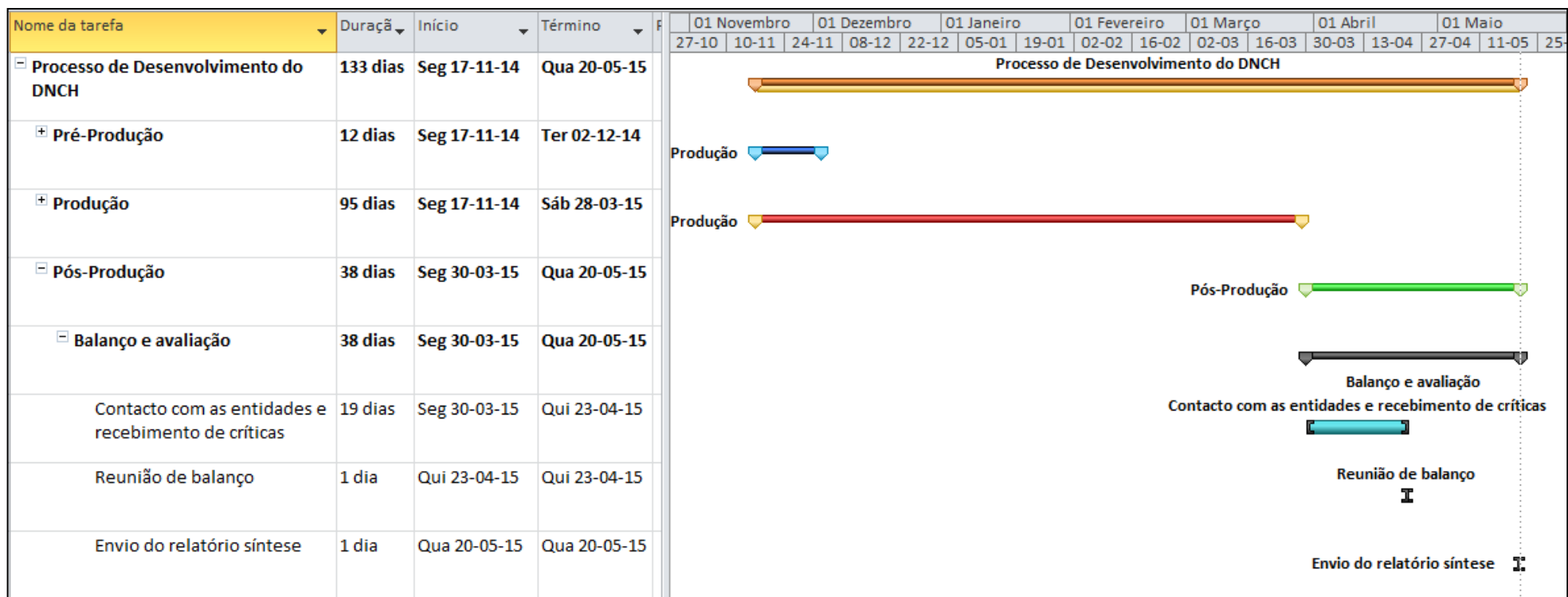


Apêndice 10.3 - Cronograma dos trabalhos relativos à comunicação e promoção do evento. Desenvolvido com recurso ao *Microsoft Project 2010*.





Apêndice 10.4 - Cronograma dos trabalhos de logística e de preparação para o evento. Desenvolvido com recurso ao *Microsoft Project 2010*.



Apêndice 10.5 - Cronograma dos trabalhos de balanço e avaliação do evento. Desenvolvido com recurso ao *Microsoft Project 2010*.

## Apêndice 11: Base de Dados de Possíveis Entidades Parceiras

N.º	Entidade	Morada	Código-Postal	
45	Grupo Musical de Miragaia	Rua Arménia, 18, 1.º	4050-066 Porto	musicalmiragaia.1926@gmail.com
46	Hard Club	Praça do Infante D. Henrique	4050-252 Porto	comunica@hard-club.com
47	Igreja dos Grilos / Museu de Arte Sacra e Arqueologia do Sem. Maior de N.ª S.ª da Conceição	Largo Dr. Pedro Vitorino, 2	4050-468 - Porto	museu.seminariomaior@gmail.com
48	Instituto Multimedia	Rua das Taipas, 76	4050-597 Porto	im@imultimedia.pt
49	Invicta City Tours			invictacitytours@gmail.com
50	Irmandade das Almas de São José das Taipas	Campo Mártires da Pátria	4050-368 Porto	irmandadealmas@gmail.com; igrejada
51	Irmandade dos Clérigos	Rua São Filipe Nery Porto	4050-546 Porto	250@torredosclerigos.pt
52	Mergelab	Rua Padre Luís Cabral, 986	4150-460 Porto	mergelab@mergelab.net; pedro.torres@
53	Metro do Porto	Avenida Fernão de Magalhães, 1862, 7.º	4350-158 Porto	metro@metro-porto.pt
54	Miragaia Filmes ou Filmes Liberdade	Rua de Cedofeita, 271	4050-180 Porto	miragaiafilme@gmail.com - José Rose
55	Museu dos Transportes e Comunicações	Rua Nova da Alfândega	4050-430 Porto	s.educativo@amtc.pt; museu@amtc.pt;
56	No Tecto do Mundo	Rua das Flores, 69 - 1.º / SL 5	4050-265 Porto	info@ntdm.pt
57	Ordem dos Arquitectos - Secção Regional Norte	Rua D. Hugo, 5-7	4050-305 Porto	global@oasm.org; comunicacao@oasr
58	Porto Lazer, E.M.	Rua Bartolomeu Velho, 648	4150-124 Porto	geral@portolazer.pt; carinanovo@portol
59	Porto Vivo, SRU	Rua Mouzinho da Silveira, 208/214	4050-417 Porto	sru.margaridaguimaraes@cm-porto.pt;
60	Portugal Lovers			info@portugalovers.eu; cintia.woodcock
61	Rancho do Douro Litoral	Calçada Virtudes, 2   Rua das Taipas, 19 - 1.º	4050-629 Porto	ranchodourolitoral@live.com.pt
62	Rua do Sol 172	Rua do Sol, 172	4000-528 Porto	ruadosol172@gmail.com
63	S.A.O.M - Serviços de Assistência Organizações de Maria	Rua das Virtudes, 11		dt@saom.pt
64	Santa Casa da Misericórdia do Porto	Rua das Flores, 5	4050-265 Porto	partistico@scmp.pt; geral@scmp.pt; se
65	Sítios e Memórias, Lda.	Rua Mouzinho da Silveira, 222 - 226	4050-417 Porto	geral@sitiosememorias.com; lilliana.m
66	STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto	Avenida Fernão de Magalhães, 1862, 13.º	4350-158 Porto	geral@stcp.pt; lribeiro@stcp.pt
67	Teatro / Museu de Marionetas do Porto	Rua de Belomonte, 57 / Rua das Flores, 22	4050-097 / 262 Porto	teatro@marionetasdoporto.pt; museu@
68	Teatro Nacional S. João (TNSJ)	Praça da Batalha	4000-102 Porto	rp@tnsj.pt - Rosalina Babo - Dep. Relaç
69	The Other Side Tourism Company	Rua do Souto, 67	4050-595 Porto	info@theotherside.pt
70	Uma Certa Falta de Coerência	Rua dos Caldeireiros, 77	4050-140 Porto	acertainlackofcoherence@gmail.com
71	União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória	Praça Pedro Nunes, 16	4050-466 Porto	geral@uf-centrohistoricoporto.pt
72	Universidade Lusófona do Porto	Rua Augusto Rosa, 24	4000-098 Porto	informacoes@ulp.pt; isabelandres@gm
73	Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade	Travessa de Cimo de Vila, 19	4000-171 Porto	geral@hospitaldoterco.pt; p.martins@h
74	Venerável Ordem Terceira de São Francisco	Rua da Bolsa, 80   Rua do Infante D. Henrique	4050-116   4050-297 Porto	geral@ordensaofrancisco.pt; museu@
75	Via D' Ouro	Praça da Ribeira, 5	4050-513 Porto	geral@viadouro.com
76	World of Discoveries	Rua de Miragaia, 106	4050-387 Porto	info@worldofdiscoveries.com

Nota: A imagem representa apenas um excerto de todo o trabalho desenvolvido, que conta no total com 76 registos de entidades e dados que aqui não estão visíveis (telefones, observações...).

## Apêndice 12: *Microsite* DNCH

Apêndice 12- *Microsite* DNCH 2015. À esquerda: página de entrada no *microsite*, com inserção de nome de utilizador e senha; à direita: menu para adicionar conteúdo (atividades).

**DIA NACIONAL DOS CENTROS HISTÓRICOS**

Porto. Câmara Municipal

### Dia Nacional dos Centros Históricos

**INFORMAÇÃO**  
Portal para registo das atividades referentes ao Dia Nacional dos Centros Históricos. Se é uma entidade registada por favor inicie sessão com as suas credenciais. Caso não saiba ou tenha perdido os seus dados de acesso utilize o botão [patrimoniocultural@cm-porto.pt](mailto:patrimoniocultural@cm-porto.pt) disponível no final desta página para nos informar.

**NOTA**  
Para conhecer toda a programação para este ano referente ao Dia Nacional dos Centros Históricos visite <http://cm-porto.pt> ou <http://porto.pt>.

Utilizador \*  
dnch\_user

Senha \*  
.....

[Pedir uma nova senha](#)

**ENTRAR**



Fonte: PORTO. Câmara Municipal – *Dia Nacional dos Centros Históricos* [Em linha]. [Consult. 13 de fevereiro de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://centrohistorico.cm-porto.pt>>.

## Apêndice 13: *Microsite* DNCH 2

Apêndice 13 – *Microsite* DNCH 2015: campos para inserção das atividades.

**Data Inicio \***

Date	Time
<input type="text" value="28.03.2015"/>	<input type="text" value="14:00"/>
<small>E.g., 13.02.2015</small>	<small>E.g., 16:45</small>

**Data Fim**

Date	Time
<input type="text" value="28.03.2015"/>	<input type="text" value="18:00"/>
<small>E.g., 13.02.2015</small>	<small>E.g., 16:45</small>

**Local \***

Introduza uma breve descrição da atividade a realizar.

Indique o local e/ou outras informações de interesse para a realização da atividade.

**Organização \***

Divisão Municipal de Museus e Património Cultural

**Título \***

**Tipo Atividade \***

- Seleccione um valor -
- Seleccione um valor -
- Atividade desportiva
- Atividade Lúdica
- Animação de rua
- Concerto / Música
- Conferência / Palestra
- Dança
- Debate
- Exposição
- Gastronomia
- Multimédia
- Novos Mercados / Comércio
- Oficina
- Outras actividades artísticas
- Passeio
- Teatro
- Visita guiada exterior
- Visita guiada**
- Visita livre
- Workshops / Pedipapers

**Descrição**

Visite as igrejas e capelas do Centro Histórico do Porto, ficando a conhecer um pouco mais da sua história e simbologia. Uma parceria da Divisão Municipal de Museus e Património Cultural da Câmara Municipal do Porto com os alunos de Turismo do Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo e da Universidade Lusófona do Porto.

**N.º de participantes**

Introduza o n.º de participantes para esta atividade.

**Imagem**

No file chosen

A dimensão dos ficheiros deve ser inferior a 20 MB.  
Tipos de ficheiros permitidos: **png gif jpg jpeg**.  
As imagens têm de ser menores que 640x480 pixels.

**Observações**

Na Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Vitória, interrupção das visitas às 16h para celebração da missa, retomando-se posteriormente a actividade.

Fonte: PORTO. Câmara Municipal – *Dia Nacional dos Centros Históricos* [Em linha]. [Consult. 13 de fevereiro de 2015]. Disponível na Internet: <URL:<http://centrohistorico.cm-porto.pt>>.

## Apêndice 14: Relatório da Programação DNCH 2015

Apêndice 14 - Primeiro relatório das atividades gerado através do *microsite*.

Programa Relatório						
Registo: 1						
Título	Data Início	Data Fim	Organização	Tipo Atividade	Descrição	Local
Arquitetura do Douro Internacional - Património Industrial do Século XX	06/03/2015 - 10:00	31/03/2015 - 18:00	Escola Superior Artística do Porto	 Exposição	Exposição de Arquitetura sobre o património industrial do Douro Internacional	Galeria da ESAP, Largo de S. Domingos, nº 80, Porto
Registo: 2						
Título	Data Início	Data Fim	Organização	Tipo Atividade	Descrição	Local
Exposição de Artes Plásticas Intermédia	27/03/2015 - 10:00	30/03/2015 - 20:00	Escola Superior Artística do Porto	 Exposição	Trabalhos de alunos finalistas do curso de Artes Plásticas Intermédia da ESAP.	Palácio de Belmonte, Rua de Belmonte, nº 49, Porto

Fonte: PORTO. Câmara Municipal – *Dia Nacional dos Centros Históricos* [Em linha]. [Consult. 13 de fevereiro de 2015]. Disponível na Internet: <URL:<http://centrohistorico.cm-porto.pt>>.

Tipo de Actividade	Título	Horário	Local	Observações	Pax	Entidade
Animação de Rua <a href="#">Street Entertainment</a>	Teatro de Rua <a href="#">Performance: O Artista Está Presente</a>	15:00-18:00	Iniciativa deambulatória <a href="#">moving activity</a> : Sé, S. Bento, R. das Flores, Lg. de S. Domingos, Clérigos			Porto Lazer
Debate <a href="#">Debate</a>	Um objeto e seus discursos por semana: Taça Ming <a href="#">One object and its speechs per week: Ming Vase</a>	18:00-19:00	Casa Museu Guerra Junqueiro, R. D. Hugo, 32	<a href="http://www.umobjetoeseusdiscursos.com/">http://www.umobjetoeseusdiscursos.com/</a>		Pelouro da Cultura da CMP/DMMPC
Exposição <a href="#">Exhibition</a>	Exposição de Artes Plásticas Intermédia <a href="#">Fine Arts Exhibition</a>	10:00-17:00	Palácio de Belmonte, R. de Belmonte, nº 49			Escola Superior Artística do Porto
Exposição <a href="#">Exhibition</a>	Arquitetura do Douro Internacional: Património Industrial do Século XX <a href="#">International Douro's Architecture:</a>	10:00-18:00	Galeria da ESAP, Lg. de S. Domingos, nº 80			Escola Superior Artística do Porto
Exposição <a href="#">Exhibition</a>	Artes e Talentos 2015 <a href="#">Arts and Talents</a>	10:00-19:00	Palácio das Artes, Lg. de S. Domingos	Inauguração às <a href="#">Openning at 17h.</a>		Fundação da Juventude
Exposição <a href="#">Exhibition</a>	Vinho do Porto no Humor Mundial <a href="#">Port Wine in World Humor</a>	17:30-19:00	Museu do Vinho do Porto, R. de Monchique			Museu do Vinho do Porto - Museu Municipal
Mercados Urbanos <a href="#">Urban Markets</a>	Mercado Porto Belo <a href="#">Market</a>	10:00-18:00	Pç. Carlos Alberto	Org.: Inês Magalhães; Contactos <a href="#">Contacts: mercadoportobelo@gmail.com   www.facebook.com/mercadoportobelo</a>		Porto Lazer
Mercados Urbanos <a href="#">Urban Markets</a>	Banca Solidária <a href="#">Solidarity Bank</a>	10:00-18:00	Entrada da Igreja da Misericórdia do Porto <a href="#">Entrance of Misericórdia's Church</a> , R. das	Contactos <a href="#">Contacts: loja@scmp.pt</a>		Santa Casa da Misericórdia do Porto
Mercados Urbanos <a href="#">Urban Markets</a>	Artesanato e Afins in Douro <a href="#">Handicraft Market</a>	10:00-20:00	Cais da Ribeira <a href="#">Quay</a>	Org.: ABZHP; Info: <a href="http://www.ab-zhp.pt">www.ab-zhp.pt</a>   <a href="mailto:associacao.bares@sapo.pt">associacao.bares@sapo.pt</a>		Porto Lazer

Apêndice 14.1 - Relatório normalizado transposto para o *Microsoft Office Excel*, para ser enviado à equipa responsável pelo *design* dos materiais de divulgação. Nota: a imagem representa apenas um excerto de todo o relatório.

## Apêndice 15: Apresentação dos Trabalhos dos Alunos de *Design Gráfico*



Fotografia do autor.



## Apêndice 16: Documento *Online* com Programação do DNCH 2015

Concerto Asociación Cultural Banda de Música Liceo La Paz - Coruña  
16:00-17:00/ Pç. da Ribeira

DJs Set – Shake That Street  
Swing Station  
16:00-20:00/ Av. D. Afonso Henriques (junto à *near to* Metamorfose – Estação de S. Bento)

Duo Parapente 700  
Fundação da Juventude  
17:00-17:45/ Palácio das Artes, Lg. de S. Domingos



Duo Parapente 700 é um concerto de violino, concertina e voz, interpretada por Denys Sebenka e Eva Parmenter, da Associação Cultural InSpiritum. O Duo nasceu da improvisação musical e de encontros espontâneos num microclima de chão dançante - fundem experiências de universos distintos.

Milongas de Rua  
Escola Lição de Tango  
17:15-18:30/ Pç. da Ribeira

Recital de Guitarra Clássica *Classic Guitar Recital*  
Irmandade das Almas de S. José das Taipas  
17:30-18:30/ Igreja de S. José das Taipas, Campo dos Mártires da Pátria

Concerto de Guitarra Clássica por Ricardo Brito, onde o repertório será composto por peças de Bach, Tarrega, Brouwer, Giuliani, Carcassi, Sor, entre outros. Guitarrista clássica de renome, com múltiplas *masterclasses* de Pedro Rodrigues e Dejan Ivanovic. Deixe-se conduzir pelo som sublime da guitarra clássica que se fundirá com o património neoclássico deste templo.

Concerto sem lugar marcado, limitado a 100 pessoas.  
Contactos *Contacts*: igrejasdastaiipas@gmail.com / 933 514 823

3

### Centros Históricos março de 2015

ment .....	2
.....	2
.....	4
ets .....	5
.....	6
.....	8
.....	10
.....	13
uid Visit.....	14
.....	17
11 - Visita Livre Free Visit.....	24
Entidades participantes no Dia Nacional dos Centros Históricos 2015 .....	26

Condições de admissão nas atividades assinaladas com \* ou \*\* - ver caixa pág. 25

1



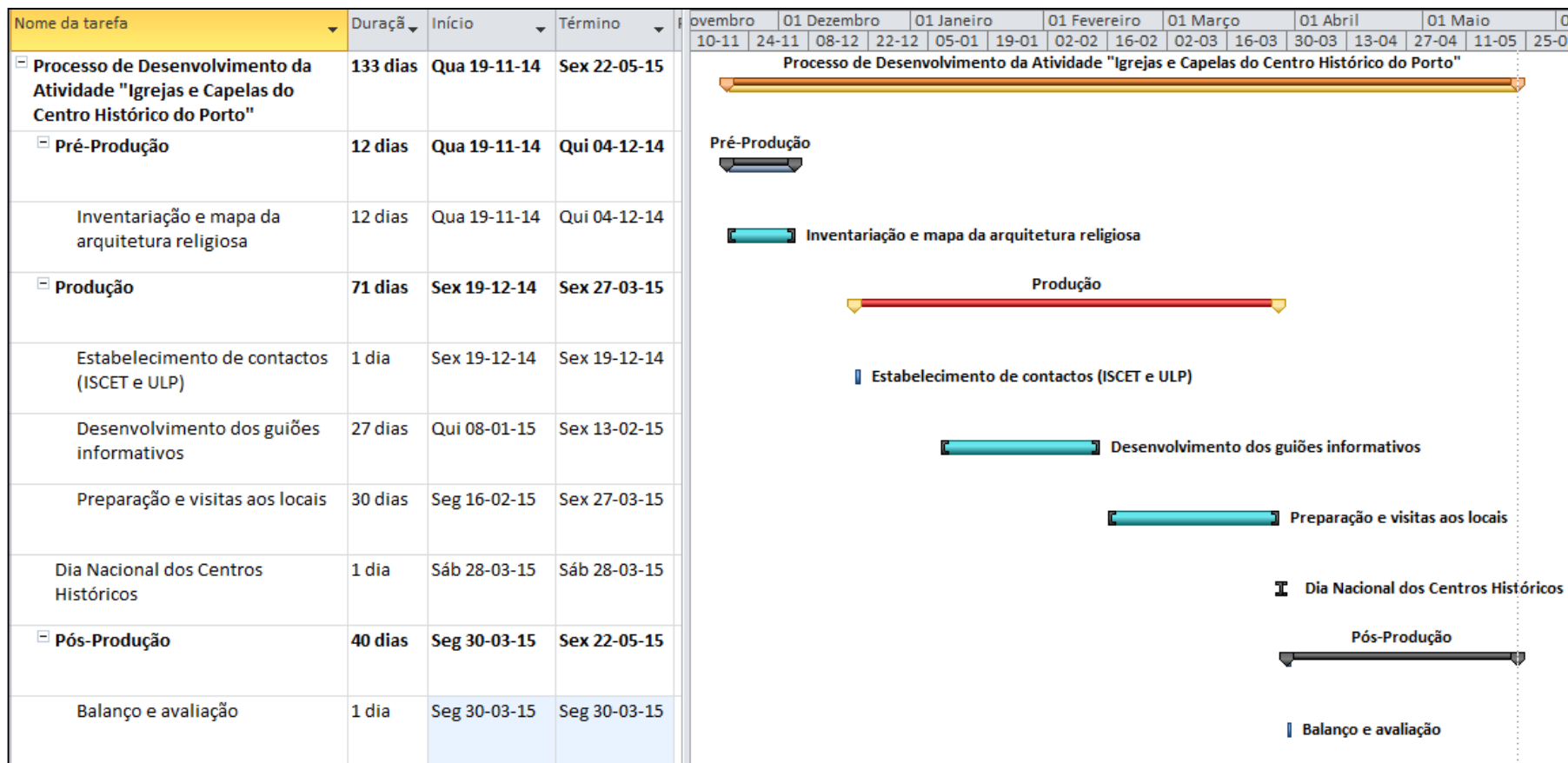
Apêndice 16 - Documento da nossa autoria, agrega toda a programação do DNCH 2015. À data de conclusão deste relatório, estava disponível em: PORTO. Câmara Municipal – *Dia Nacional dos Centros Históricos 2015* [Em linha]. [Consult. 31 de agosto de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.porto.pt/assets/misc/img/noticias/CULTURA/DNCH%202015.pdf>>.

## Apêndice 17: Inventário da Arquitetura Religiosa do Centro Histórico do Porto e Respetivos Responsáveis

N.º	Designação	Paróquia	Local	Entidade Responsável
1	Capela de Nossa Senhora da Esperança	Miragaia	Tomás Gonzaga (R. de)	Paróquia de Miragaia
2	Igreja Paroquial de São Pedro de Miragaia	Miragaia	S. Pedro de Miragaia (L. de)	Paróquia de Miragaia
3	Igreja do Convento de Santo António da Porta de Carros da Congregação de São Filipe	Santo Ildefonso	Almeida Garrett (P. de)	Irmandade de Santo António dos Congregados
4	Igreja Paroquial de Santo Ildefonso	Santo Ildefonso	Batalha (P. da)	Paróquia de Santo Ildefonso
5	Alminhas da Ponte	São Nicolau	Ribeira (Cais da)	Irmandade das Almas de S. José das Taipas
6	Capela de Nossa Senhora do Ó/ Capela de Nossa Senhora da Piedade/ Capela do Te	São Nicolau	Terreirinho (L. do)	Paróquia de São Nicolau
7	Capela de São Salvador do Mundo	São Nicolau	Mousinho da Silveira (R. de)	Paróquia de São Nicolau
8	Capela do Senhor Jesus da Ascensão/ Capela da Lada	São Nicolau	Lada (R. da)	Paróquia de São Nicolau
9	Capela-Oratório de Cristo Crucificado no final da Via Sacra/ Passo da Via Sacra	São Nicolau	Infante D. Henrique (R. do)	Paróquia de São Nicolau
10	Igreja de São João Novo	São Nicolau	S. João Novo (L. de)	Irmandade Sr. dos Passos Cruz de Cristo e N.ª S.ª do Rosário
11	Igreja da Venerável Ordem Terceira de São Francisco	São Nicolau	Infante D. Henrique (R. do)	Venerável Ordem Terceira de São Francisco
12	Igreja e Colégio de São Lourenço (vulgo Igreja dos Grilos)	São Nicolau	Colégio (L. do)	Seminário Maior de N.ª S.ª da Conceição
13	Igreja Paroquial de São Nicolau	São Nicolau	Infante D. Henrique (R. do)	Paróquia de São Nicolau
14	Capela de Nossa Senhora da Assunção/ Capela de Nossa Senhora de Agosto/ Capela	Sé	Actor Dias (L. do)	Confraria de Nossa Senhora de Agosto e São Bom Homen
15	Capela de Nossa Senhora das Verdades	Sé	D. Hugo (R. de)	Câmara Municipal do Porto
16	Capela do Senhor dos Passos/ Capela-Oratório de São Sebastião/ Passo da Via Sacra	Sé	S. Sebastião (R. de)	Seminário Maior de N.ª S.ª da Conceição (?)
17	Igreja de Santa Clara do Porto	Sé	Primeiro de Dezembro (L.)	Paróquia da Sé
18	Sé Catedral do Porto	Sé	Sé (Terreiro da)	Paróquia da Sé
19	Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade	Sé	Cimo de Vila (R. de)	Venerável Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade
20	Capela-Hospício de Nossa Senhora da Silva	Vitória	Caldeireiros (R. dos)	Confraria de Nossa Senhora da Silva
21	Igreja da Santa Casa da Misericórdia	Vitória	Flores (R. das)	Santa Casa da Misericórdia do Porto
22	Igreja das Almas de São José das Taipas/ Igreja das Taipas/ Capela de São José das	Vitória	Dr. Barbosa de Castro (R. do)	Irmandade das Almas de S. José das Taipas
23	Igreja e Mosteiro de São Bento da Vitória	Vitória	S. Bento da Vitória (R. de)	Frei Geraldo (Província Portuguesa da Ordem Beneditina, TNSJ, Arqu
24	Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Vitória	Vitória	S. Bento da Vitória (R. de)	Paróquia de Nossa Senhora da Vitória
25	Igreja, Enfermaria e Torre dos Clérigos/ Igreja, Casa dos Clérigos (secretaria e enferm	Vitória	Clérigos (R. dos)	Irmandade dos Clérigos

Nota: A imagem representa apenas um excerto de todo o trabalho desenvolvido. Não estão visíveis os dados referentes aos contactos e moradas das entidades responsáveis.

## Apêndice 18: Cronograma de Desenvolvimento da Atividade *Igrejas e Capelas do Centro Histórico do Porto*



Desenvolvido com recurso ao *Microsoft Project 2010*.

## Apêndice 19: Guiões Informativos da Atividade *Igrejas e Capelas do Centro Histórico do Porto*

### Igreja de Nossa Senhora do Terço e Caridade

#### Localização:

Rua de Cimo de Vila, Sé

#### Orago:

Nossa Senhora do Terço

#### Protecção Legal:

Imóvel não classificado mas que integra o *Centro Histórico do Porto* (Monumento Nacional – Património Mundial) e a *Zona Histórica do Porto* (Imóvel de Interesse Público).

#### Datação:

Século XVIII

#### Descrição Sumária e Histórica:

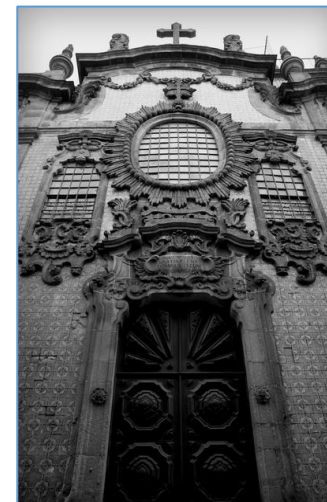
Consta-se que na Rua de Cimo de Vila e nas ruas contíguas existia um grupo de moradores que, em devoção à Nossa Senhora do Terço, se juntavam à noite para em conjunto rezarem o terço, num oratório que neste local existiria. Perante isto, o padre Geraldo Pereira em conjunto com o padre João Moreira juntam o seu próprio dinheiro ao das esmolas angariadas e compram, em 1754, um conjunto de casas velhas que, após demolição, dariam lugar a uma igreja em honra de Nossa Senhora. As obras começaram a 8 de Setembro de 1756, ficando concluídas três anos depois. A 8 de Dezembro de 1759, a igreja é benzida. Desconhece-se o autor do projecto mas Robert Smith atribui-o a Nicolau Nasoni.

A Imandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade foi fundada em 1762 e, em 1775, já a igreja estaria a ser ampliada por mostrar-se pequena para tantos devotos. Em 1781 é fundado o Hospital de Nossa Senhora do Terço e Caridade, que ainda hoje se encontra anexo à igreja e onde foi criada a primeira sala operatória que houve no país.

#### Detalhes:

A fachada, de granito lavrado, é, nas suas linhas gerais, semelhante à da igreja das Órfãs, tendo um grande óculo ovalado e duas janelas a ladeá-lo. O portal é emoldurado e sobre ele encontra-se uma cartela com a inscrição: *AVE MARIA, GRATIA PLENA, DOMINVS TECUM*. Mais acima, numa fita, outra legenda: *ILLVMINA... INTELLETU DAT PAP*. A João Joaquim Allão são atribuídas todas as guarnições da fachada, enquanto o trabalho do óculo é atribuído a um artista do Porto chamado Simão.

No interior, a igreja é modesta, de uma só nave e sem tribunas, por imposição do governo diocesano. Encontra-se forrada a azulejos amarelo-brancos, de relevo, coberta com abóbada de tijolo e tem quatro retábulos separados por pilastras. Do lado esquerdo, o do Senhor Jesus e o de Nossa Senhora da Conceição. Do lado direito, o de S. Francisco de Paula e de Nossa Senhora das Dores, sendo este último de época mais recente. A igreja está decorada com estuques semelhantes aos da igreja de Santo Ildefonso.



**Exemplo de um guião referente à Igreja de Nossa Senhora do Terço e Caridade. Nota: a imagem representa apenas um excerto do trabalho desenvolvido, incompleto por questões de espaço da página.**

## Apêndice 20: Atividades do DNCH 2015 por Tipologias

Tipo de Atividade	Número
Animação de Rua	1
Música/Dança	10
Teatro	2
Exposições	4
Mercados Urbanos	8
Oficina/Workshop	5
Passeio	6
Debate	1
Visita Guiada	22
Visita Guiada Exterior	7
Visita Livre	3
<b>Total</b>	<b>69</b>

Tabela 2 - Contabilização de atividades do DNCH 2015 por tipologias, feita a partir da análise ao programa.

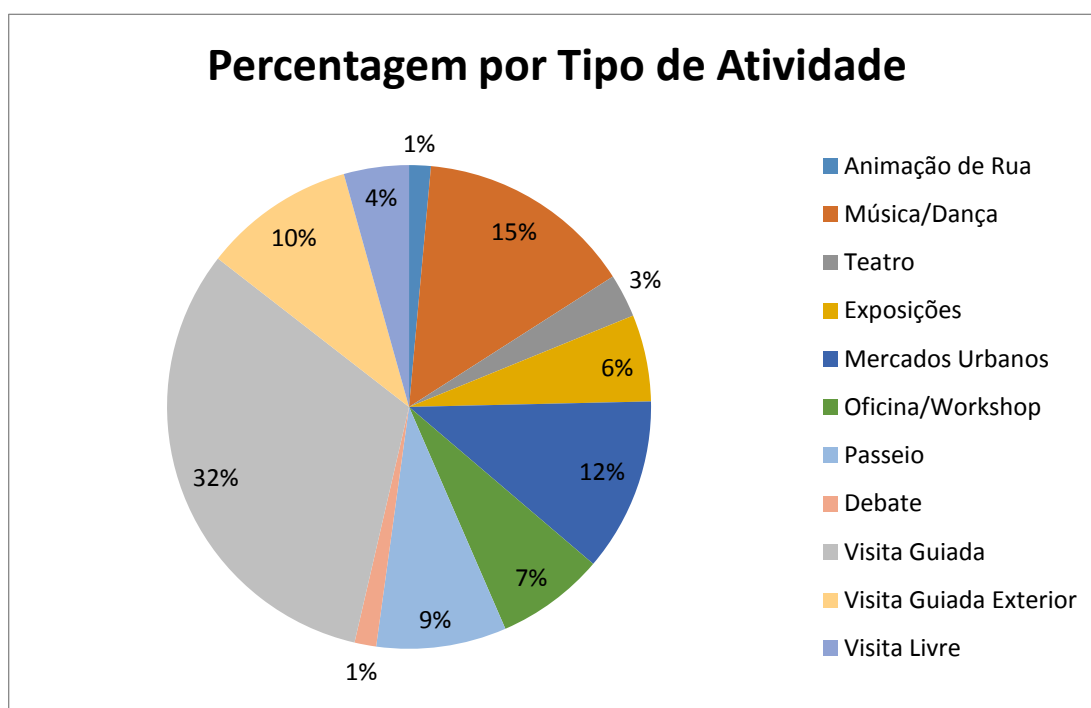
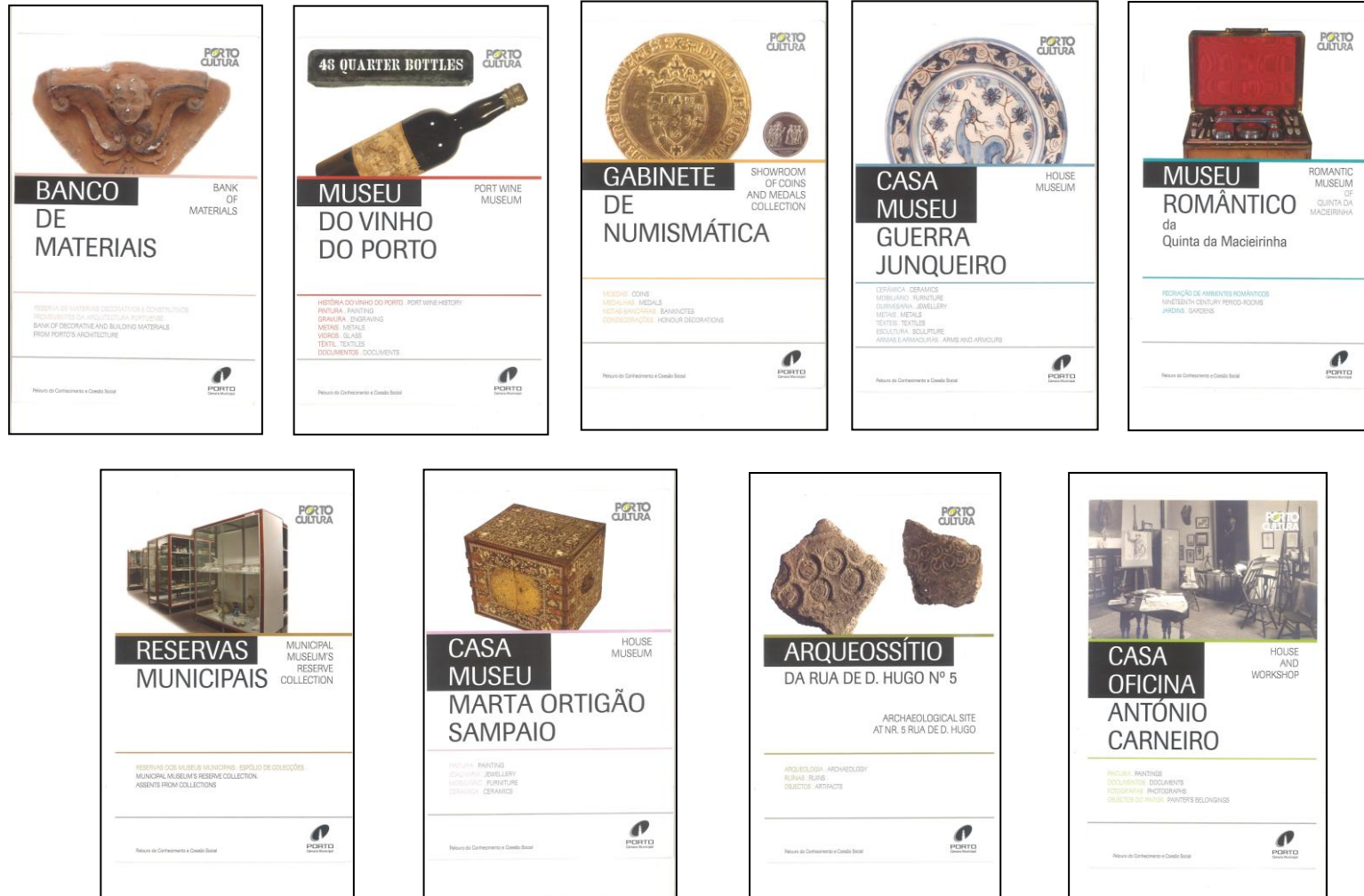


Gráfico 2 - Gráfico circular com percentagem de atividades por tipologia, feito a partir da Tabela 2.



# Anexos

## Anexo 1: Desdobráveis dos Núcleos Museológicos Municipais



## Anexo 2: Quadro Sinóptico de Competências e Serviços da DMMPC

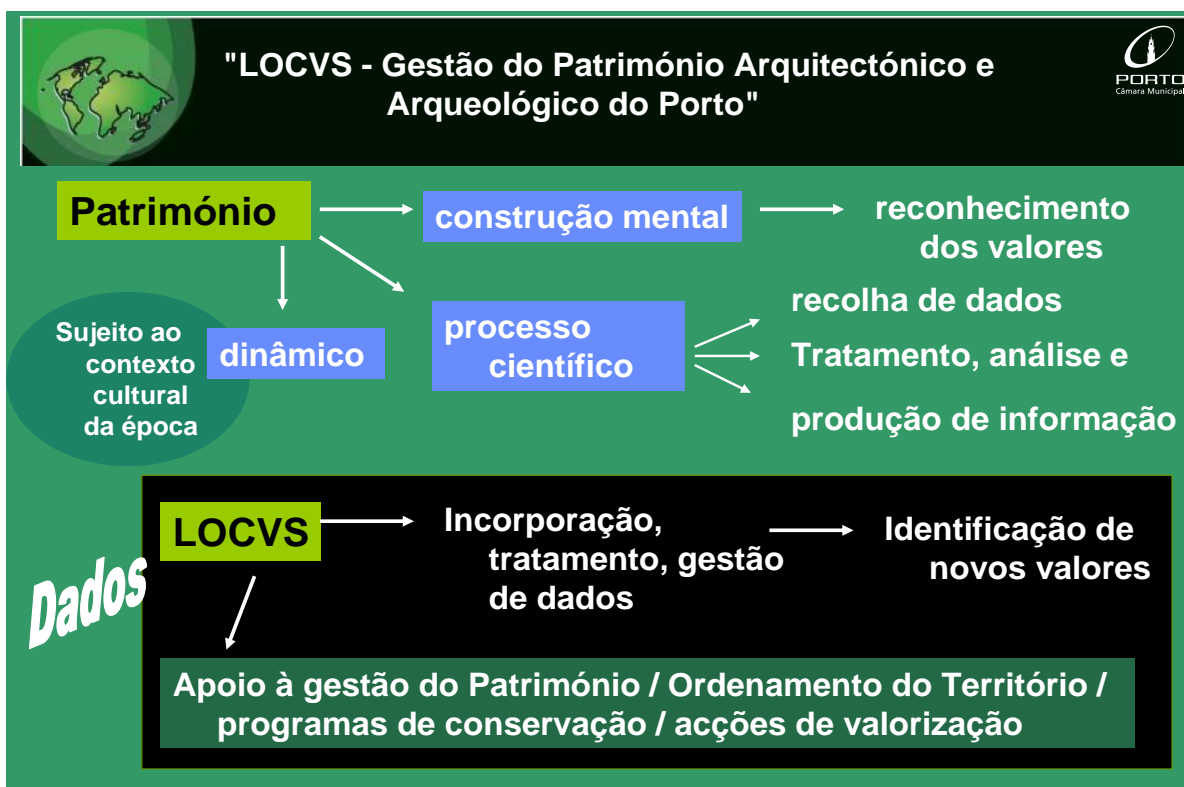
<b>Estudos e gestão da informação</b>	Inventário do Património Arquitetónico (IPAP, etc.)
	Relatórios de intervenções arqueológicas
	Carta do Património (PDM, etc.) – Arquitetónico e Arqueológico
	Estudos históricos e arquitetónicos
	Catálogos de Materiais (azulejos, cantarias, etc.)
	Gestão da Informação sobre Património Arquitetónico e Arqueológico – LOCVS
	Estudos de caracterização para informação de planos (ex.: Plano de Gestão CHP)
<b>Salvaguarda e conservação do Património</b>	Intervenções arqueológicas de salvaguarda
	Coordenação da atividade arqueológica no Concelho
	Conservação da Arte Pública (estátuas, esculturas)
	Conservação de Património Urbano (fontes, coretos, etc.)
	Conservação de monumentos – monitorização do Património Arquitetónico do Município
	Conservação de Espólios Arqueológicos (Incorporação de espólios e registos; gestão do depósito de materiais; tratamento laboratorial)
	Conservação de Sítios arqueológicos
	Assessoria Técnica - apoio à recuperação de imóveis protegidos
	Assessoria técnica – apoio ao restauro de elementos patrimoniais
	Apreciação de pedidos de licenciamento
	Elaboração e atualização da Planta de Condicionantes PDM
	Avaliação de cadernos de encargos
	Avaliação de pedidos de redução de taxa
	Banco de Materiais (centro de recolha e cedência de materiais)
Registo de Edificado	
<b>Divulgação e Valorização</b>	Calendário anual de eventos para promoção do Património: Dia Nacional dos Centros Históricos, Dia Internacional de Monumentos e Sítios, Jornadas Europeias do Património, etc.
	Programa Educativo – Conhecer pelo Património (Sessões em escolas, visitas guiadas, oficinas)
	Edições (publicações, edições digitais, produtos multimédia: ex.: CD-ROM <i>O nosso Património</i> )
	Mostras sobre temas diversos do Património



	Roteiros, visitas guiadas, etc.
	Programas de valorização articulados com outras entidades: Turismo, <i>Porto Lazer</i> , <i>Porto Digital</i> etc. (Caminhos de Santiago, Carta Digital do Património da AMP)

Fonte: PORTO. Câmara Municipal. Direção Municipal da Cultura – *Para quê um serviço municipal de património*, pp. 5-6.

## Anexo 3: Esquema de Funcionalidades do Software LOCVS

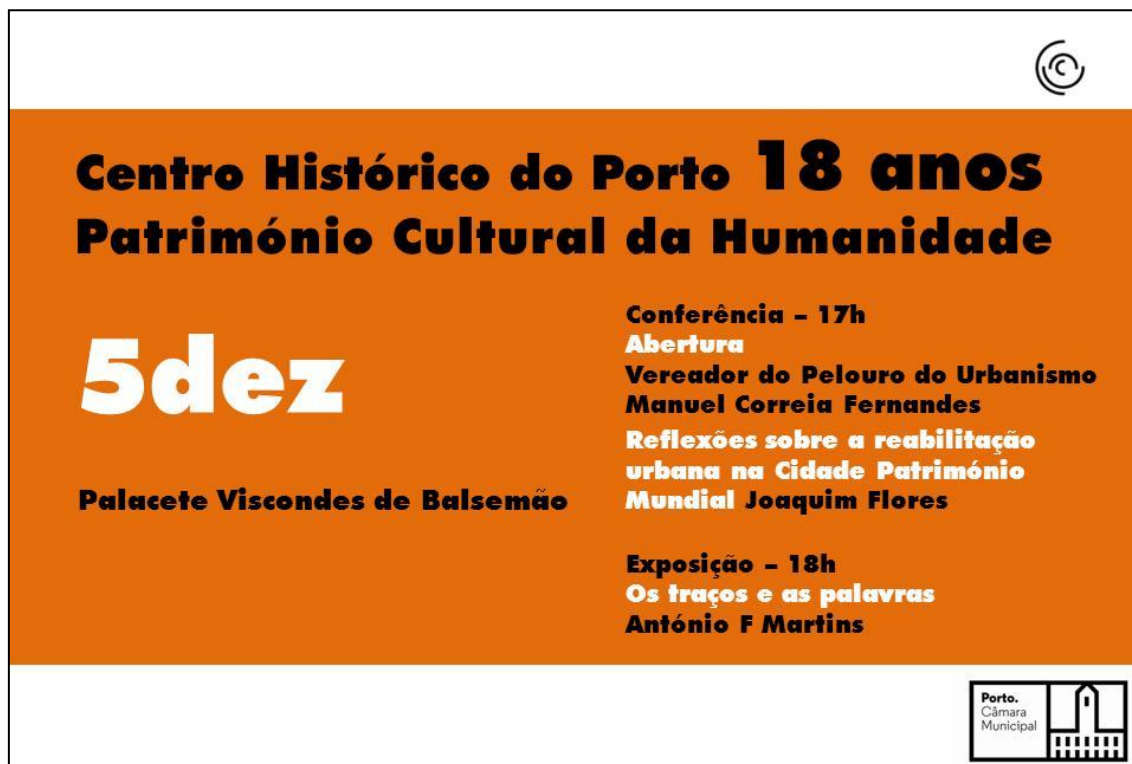



**EUE'09**  
Novos Mapas  
Um Rumo

**ESRI Portugal**  
Sistemas e Informação Geográfica

Fonte: PORTO. Câmara Municipal. Direção Municipal da Cultura – *Para quê um serviço municipal de património: apontamentos*. Porto: Câmara Municipal do Porto, [2009], p. 12.

## Anexo 4: 18.º Aniversário da Inclusão do Centro Histórico do Porto na Lista do Património Mundial da UNESCO






**Centro Histórico do Porto 18 anos  
Património Cultural da Humanidade**

**5dez**

**Palacete Viscondes de Balsemão**

**Conferência - 17h**  
**Abertura**  
**Vereador do Pelouro do Urbanismo**  
**Manuel Correia Fernandes**  
**Reflexões sobre a reabilitação**  
**urbana na Cidade Património**  
**Mundial Joaquim Flores**

**Exposição - 18h**  
**Os traços e as palavras**  
**António F Martins**



Anexo 4 - Webflyer do programa de 18.º aniversário da inscrição do Centro Histórico do Porto na Lista do Património Mundial da UNESCO. A autoria: Divisão Municipal de Museus e Património Cultural.

## Anexo 5: Planta da Área de Intervenção do CRUARB (1983)



Fonte: PORTO. Arquivo Geral Municipal do Porto – Ordem de Serviço n.º 329/83. In *Livro de Ordens de Serviço da Presidência*.

## Anexo 6: Limites da Zona Histórica do Porto – Imóvel de Interesse Público (1997)



Fonte: DECRETO n.º 67/97 de 31 de dezembro. D. R. I Série-B. N.º 301 (1997 – 12 – 31) p. 6902.

## Anexo 7: Área classificada do *Centro Histórico do Porto* e *Zona de Proteção*



Área classificada a verde, zona de proteção a vermelho. Fonte: LOZA, Rui Ramos, coord. – *Porto a Património Mundial: processo de candidatura da cidade do Porto à classificação pela UNESCO como Património Cultural da Humanidade*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1993.

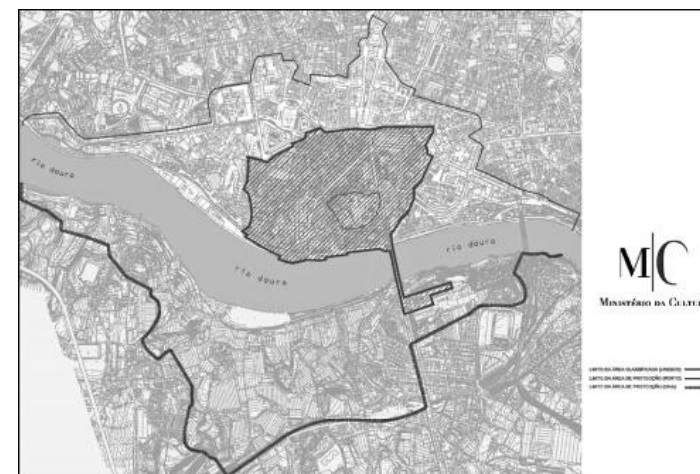


Imagem pequena e com fraca qualidade, por ser assim que se encontra no documento consultado. Fonte: AVISO n.º 15173/2010 de 30 de julho. *D. R. II Série*. N.º 147 (2010 – 07 – 30) p. 4952.

## Anexo 8: Calendarização do Desenvolvimento do DNCH 2015

Anexo 8 - Calendarização das diferentes etapas de desenvolvimento do DNCH 2015, com datas de envio de circulares e de reuniões.

<b>26-11-2014</b>	Circular 1: reunião preparatória
<b>02-12-2014</b>	Reunião preparatória edição 2015 – Casa Museu Guerra Junqueiro
<b>05-12-2014</b>	Circular 2: início dos trabalhos
<b>29-01-2015</b>	Circular 3: abertura da plataforma digital
<b>06-02-2015</b>	Circular 4: prolongamento do prazo para inserção de dados na plataforma digital
<b>24-02-2015</b>	Circular 5: pedido de validação dos dados
<b>19-03-2015</b>	Circular 6: webflyer (com link para Porto.) e desdobrável para divulgação
<b>15-04-2015</b>	Circular 7: reunião de balanço dia 23, 11h
<b>23-04-2015</b>	Reunião de balanço – Biblioteca do Seminário Maior de Nossa Senhora da Conceição (Sé)
<b>20-05-2015</b>	Circular 8: relatório síntese da edição de 2015

Fonte: PORTO. Câmara Municipal. Divisão Municipal de Museus e Património Cultural – Dia Nacional dos Centros Históricos 2015: relatório sintético [projeção visual]. Diapositivo n.º 4.

## Anexo 9: Imagem do DNCH 2015

**Porto**  
- 28 março march  
2015

Mais de 60  
atividades  
More than 60  
activities

**D I A**  
**N A C I O -**  
**N A L** national historical  
centres day **D O S**  
**C E N T R O S**  
**H I S T Ó -** Música  
**R I C O S** Music

Mercados  
de rua  
Street  
markets

Visitas guiadas  
Guided visits

ENTIDADES

Arquivo Distrital do Porto / Banco de Materiais – DMMPC / BlueBoats / BlueBus / Carristat / Casa do Infante – DMAH / Casa Museu Guerra Junqueiro – Museu Municipal / Centro Português de Fotografia / Clássico Porto / Divisão Municipal de Museus e Património Cultural-CMP / Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo / Reitoria da Universidade do Porto / Escola Superior Artística do Porto / Escola Artística e Profissional Anore / Fôki n' Viaz / Fundação da Juventude / Fundação Maria Isabel Guerra Junqueiro e Luís P. M. Carvalho / Igreja e Torre dos Clérigos / Instituto dos Vinhos do Douro e Porto / Museu da Ordem Terceira de S. Francisco / Museu de Arte Sacra e Arqueologia do Seminário Maior de N.ª S.ª da Conceição / Museu do Centro Hospitalar do Porto / Museu do Vinho do Porto – Museu Municipal / Museu dos Transportes e Comunicações / Associação Comercial do Porto- Palácio da Bolsa / Porto Vivo, SRU / Portugal Lovers / Rota do Douro / Santa Casa da Misericórdia do Porto / Sidelife / Teatro de Marionetas do Porto / Teatro Nacional de S. João / Universidade Lusófona do Porto / Via D'Ouro / World Of Discoveries – Museu Interativo & Parque Temático

APOIOS

Porto tours DOURAZUL (M)

MAIS INFORMAÇÕES EM:  
[www.porto.pt](http://www.porto.pt)

**Porto.**

Anexo 9 – Webflyer DNCH 2015. Aatoria: Another Collective.



## Anexo 10: Desdobrável DNCH 2015



Autoria: Another Collective. Fonte: ANOTHER COLLECTIVE – *Dia Nacional dos Centros Históricos* [Em linha]. [Consult. 6 de junho de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.anothercollective.pt/PT/projects/national-historical-centres-day-2015/>>. Desdobrável disponível para visualização online em: PORTO. Câmara Municipal – *Desdobrável Dia Nacional dos Centros Históricos 2015* [Em linha]. [Consult. 31 de agosto de 2015]. Disponível na Internet: <URL: [http://issuu.com/pelouroculturacmp/docs/desdobravel\\_vers\\_o\\_issu\\_dnch](http://issuu.com/pelouroculturacmp/docs/desdobravel_vers_o_issu_dnch)>.

## Anexo 11: Evento DNCH 2015 no Facebook

The image shows a Facebook event page for 'Dia Nacional dos Centros Históricos - Porto'. The page features a dark blue header with the Facebook logo and a 'Regista-te' button. Below the header, there are input fields for 'E-mail ou telefone' and 'Palavra-passe', along with an 'Iniciar sessão' button. The main content area displays the event title 'Dia Nacional dos Centros Históricos - Porto' in large, bold letters, with a date of 'MAR 28'. The event is organized by 'CMP - Porto Cultura' and is public. The event details include the date 'Sábado, 28 de Março às 9:00 em UTC' and the location 'Centro Histórico Do Porto'. A 'CONVIDADOS' section shows 1,100 people who attended, 97 who might attend, and 1,500 invited. The page also includes a list of participating institutions and a footer with privacy and terms of service links.

facebook Regista-te

E-mail ou telefone Palavra-passe

Iniciar sessão

Manter sessão iniciada Esqueceste-te da tua palavra-passe?

OS MEUS EVENTOS

- 31 Em breve
- Calendário
- Subscrição efetuada
- Anteriores
- Criar

actitudes

national historical

centres day

Mercados de rua Street markets

MAR 28

DIA NACIONAL DOS CENTROS HISTÓRICOS - PORTO

Público - Organizado por CMP - Porto Cultura

Aderir Guardar Convidar

Sábado, 28 de Março às 9:00 em UTC há cerca de 5 meses

Centro Histórico Do Porto Mostrar mapa

Dia Nacional dos Centros Históricos no Porto

CONVIDADOS

1,100	97	1,500
foi	talvez	convidados

Português (Portugal) - Privacidade - Termos - Cookies - Publicidade - AdChoices - Mais - Facebook © 2015

Fonte: FACEBOOK – CMP: Porto Cultura [Em linha]. [Consult. 31 de agosto de 2015]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.facebook.com/events/814882231925667/>>.

## Anexo 12: Mapa da Arquitetura Religiosa no Centro Histórico do Porto



Mapa desenvolvido em *AutoCad* a partir do inventário mostrado no Apêndice 17. Autoria: arquiteta Marta Cunha.

### Anexo 13: Formulário de Balanço Final do Evento

DIA NACIONAL DOS CENTROS HISTÓRICOS 2015				
Entidade	Actividade	Nº inscritos	Nº participantes	Notas e sugestões

Anexo 13 - Formulário interno da Divisão Municipal de Museus e Património Cultural, enviado às entidades parceiras para balanço final do evento. Desenvolvido com recurso ao *Microsoft Office Excel*.

## Anexo 14: Entidades Parceiras do DNCH 2015

### DNCH 2015: Entidades Parceiras

1. Arquivo Distrital do Porto
2. Associação Comercial do Porto - Palácio da Bolsa
3. Banco de Materiais – DMMPC/CMP
4. Carristur
5. Casa do Infante – AHMP/CMP
6. Casa Museu Guerra Junqueiro – Museu Municipal
7. Centro Português de Fotografia
8. Clássico Porto
9. Diocese do Porto (Paróquias)
10. Divisão Municipal de Museus e Património Cultural
11. Douro Azul
12. Escola Artística e Profissional Árvore
13. Escola Superior Artística do Porto
14. Fold n'Visit
15. Fundação da Juventude
16. Fundação Maria Isabel Guerra Junqueiro e L. P. de M.C.
17. Igreja e Mosteiro de S. Bento da Vitória
18. Igreja e Torre dos Clérigos
19. Igreja Monumento de S. Francisco
20. Instituto dos Vinhos do Douro e Porto
21. Instituto Superior de Ciências E. e do Turismo
22. Irmandade das Almas de S. José das Taipas
23. Museu das Marionetas do Porto
24. Museu de Arte Sacra e Arqueologia do Seminário Maior de N.ª S.ª da Conceição
25. Museu do Centro Hospitalar do Porto
26. Museu do Vinho do Porto – Museu Municipal
27. Museu dos Transportes e Comunicações
28. Museus da Universidade do Porto/Reitoria
29. Porto Lazer
30. Porto Vivo, SRU
31. Porto Tours
32. Portugal Lovers
33. Rota do Douro
34. Santa Casa da Misericórdia do Porto
35. SideRide
36. Teatro Nacional de S. João
37. Universidade Lusófona do Porto
38. Via D'Ouro
39. World Of Discoveries – Museu Interativo & Parque Temático

Fonte: PORTO. Câmara Municipal. Divisão Municipal de Museus e Património Cultural – *Dia Nacional dos Centros Históricos 2015: relatório sintético* [projeção visual]. Diapositivo n.º 2.



# Índices

## Índice Geral

Introdução.....	17
Capítulo I – A Divisão Municipal de Museus e Património Cultural .....	21
1 – Enquadramento.....	21
2 – O Serviço do Património Cultural .....	24
3 – Áreas de Atuação.....	26
3.1 - Conhecimento e Gestão da Informação.....	26
3.2 - Proteção e Conservação .....	27
3.3 - Divulgação e Educação .....	28
4 - Inserção do Estagiário e Atividades Desenvolvidas .....	29
4.1 - Dia Nacional dos Centros Históricos.....	30
4.2 - Programação do Património Cultural .....	31
4.3 - Investigação .....	32
Capítulo II – Património Urbano e Centros Históricos .....	33
1 – Nascimento e Evolução do Património Urbano.....	33
2 – Afirmação do Conceito de Centros Históricos .....	36
3 – Considerações Atuais.....	41
Capítulo III – O Centro Histórico do Porto.....	45
1 – Enquadramento Evolutivo do Local .....	45
2 – Antecedentes da Candidatura à Lista do Património Mundial.....	48
3 – Detalhes do Bem Inscrito .....	52
4 – Estado da Arte.....	55
Capítulo IV – O Dia Nacional dos Centros Históricos.....	59
1 – Enquadramento.....	59
2 – Descrição da Iniciativa.....	61

2.1 - Fundamentação.....	61
2.2 – Descrição e Implementação no Porto .....	63
3 – Alguns Factos e Números .....	68
3.1 – Entidades Promotoras de Atividades .....	69
3.2 – Número de Atividades.....	70
3.3 – Nota sobre o Estudo de Públicos .....	71
Capítulo V – O Dia Nacional dos Centros Históricos 2015 no Porto.....	73
1 – Caracterização e Análise.....	73
1.1 – Base de Trabalho.....	73
1.2 – Público-alvo .....	74
1.3 – Planeamento e Calendarização .....	75
1.4 – Equipa de Trabalho e Parcerias.....	76
1.5 – Análise SWOT .....	77
2 – Descrição dos Processos de Trabalho .....	80
2.1 – Pesquisa de Entidades Parceiras e Contactos.....	80
2.2 – Trabalhos na Plataforma Digital .....	81
2.3 – Plano de Comunicação .....	82
2.4 – Atividade Igrejas e Capelas do Centro Histórico do Porto .....	86
Capítulo VI – Balanço e Discussão Crítica.....	89
1 – Alguns Elementos para a Avaliação do Evento .....	89
2 – Recomendações e Propostas de Intervenção .....	92
3 – Questionando o Dia Nacional dos Centros Históricos.....	95
3.1 – À Luz da ‘Cidade Líquida’ .....	95
3.2 – Sobre o Calendário de Eventos Patrimoniais .....	97
3.3 – O Risco da ‘Folclorização’ do Património .....	99
4 – Considerações sobre os Serviços do Património Cultural da CMP.....	100
5 – Visão Global do Estágio e Análise Crítica da Atuação.....	103
Conclusão.....	105
Referências Bibliográficas .....	109



Apêndices.....	123
Anexos .....	175
Índices .....	191
Índice Geral.....	191
Índice de Figuras.....	194
Índice de Quadros.....	194
Índice de Apêndices.....	195
Índice de Anexos.....	196

## Índice de Figuras

Figura 1 - Unidades orgânicas da Direção Municipal da Cultural e respetivos responsáveis. ....	23
Figura 2 - Resultados da pesquisa por <i>Dia Nacional dos Centros Históricos</i> no motor de pesquisas <i>Google</i> . ....	65
Figura 3 - Resultados da pesquisa por <i>Dia Nacional dos Centros Históricos</i> no motor de pesquisas <i>DuckDuckGo</i> . ....	66
Figura 4 - Resultados da pesquisa por <i>Dia Nacional dos Centros Históricos 2015</i> no motor de pesquisas <i>DuckDuckGo</i> . ....	67

## Índice de Quadros

Quadro 1 - Objetivos estratégicos dos serviços do património da Divisão Municipal de Museus e Património Cultural. ....	25
Quadro 2 - N.º de entidades promotoras de atividades por ano. ....	69
Quadro 3 - N.º de atividades realizadas por ano. ....	70

## Índice de Apêndices

Apêndice 1: Calendarização de Estágio.....	123
Apêndice 2: O Palacete dos Viscondes de Balsemão.....	124
Apêndice 3: <i>Diários de Bordo</i> do Estágio.....	127
Apêndice 4: Trabalho de Cronologia Síntese Sobre a Cidade do Porto .....	150
Apêndice 5: Trabalho de Registo de <i>Portuenses Ilustres</i> .....	151
Apêndice 6: Registo de Dias Comemorativos Relacionáveis com a Cultura e o Património Cultural .....	152
Apêndice 7: Entidades Participantes no DNCH (2009-2014) .....	153
Apêndice 8: Contabilização de Atividades por Anos e Tipologias .....	155
Apêndice 9: Gráfico Circular com Percentagem de Atividades por Tipologia .....	156
Apêndice 10: Cronograma de Desenvolvimento do DNCH 2015 .....	157
Apêndice 11: Base de Dados de Possíveis Entidades Parceiras .....	163
Apêndice 12: <i>Microsite</i> DNCH .....	164
Apêndice 13: <i>Microsite</i> DNCH 2 .....	165
Apêndice 14: Relatório da Programação DNCH 2015.....	166
Apêndice 15: Apresentação dos Trabalhos dos Alunos de <i>Design Gráfico</i> .....	168
Apêndice 16: Documento <i>Online</i> com Programação do DNCH 2015.....	169
Apêndice 17: Inventário da Arquitetura Religiosa do Centro Histórico do Porto e Respetivos Responsáveis.....	170
Apêndice 18: Cronograma de Desenvolvimento da Atividade <i>Igrejas e Capelas do Centro Histórico do Porto</i> .....	171

Apêndice 19: Guiões Informativos da Atividade <i>Igrejas e Capelas do Centro Histórico do Porto</i> .....	172
Apêndice 20: Atividades do DNCH 2015 por Tipologias .....	173

## Índice de Anexos

Anexo 1: Desdobráveis dos Núcleos Museológicos Municipais .....	175
Anexo 2: Quadro Sinóptico de Competências e Serviços da DMMPC .....	176
Anexo 3: Esquema de Funcionalidades do <i>Software</i> LOCVS .....	178
Anexo 4: 18.º Aniversário da Inclusão do Centro Histórico do Porto na Lista do Património Mundial da UNESCO .....	179
Anexo 5: Planta da Área de Intervenção do CRUARB (1983).....	180
Anexo 6: Limites da <i>Zona Histórica do Porto</i> – Imóvel de Interesse Público (1997)..	181
Anexo 7: Área classificada do <i>Centro Histórico do Porto</i> e <i>Zona de Proteção</i> .....	182
Anexo 8: Calendarização do Desenvolvimento do DNCH 2015 .....	183
Anexo 9: Imagem do DNCH 2015.....	184
Anexo 10: Desdobrável DNCH 2015.....	185
Anexo 11: Evento DNCH 2015 no <i>Facebook</i> .....	186
Anexo 12: Mapa da Arquitetura Religiosa no Centro Histórico do Porto .....	187
Anexo 13: Formulário de Balanço Final do Evento .....	188
Anexo 14: Entidades Parceiras do DNCH 2015 .....	189

